

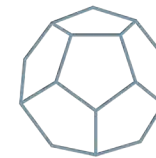
a paisagem no sertão cearense:

**| RE | descobertas e | RE | existências
à beira rio em sobral**



a paisagem no sertão cearense:

**| RE | descobertas e | RE | existências
à beira rio em sobral**



**antônio victor de mendonça moreira_
orientador: luis renato pequeno_**

a paisagem no sertão cearense:

**| RE | descobertas e | RE | existências
à beira rio em sobral**

universidade federal do ceará
centro de tecnologia
departamento de arquitetura e urbanismo

banca examinadora_

prof. dr. luis renato pequeno
orientador | dau - ufc

prof. dr. newton célio becker
convidado | dau - ufc

prof^a. dr^a. joisa barroso loureiro
convidada | dau - unifor

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação
Universidade Federal do Ceará
Biblioteca Universitária

M836p Moreira, Antônio Victor de Mendonça.
A paisagem no Sertão Cearense: |re| descobertas e |re| existências à beira rio em Sobral.
/ Antônio Victor de Mendonça Moreira - 2019.
172 f. : il. color.

Trabalho de Conclusão de Curso (graduação) - Universidade Federal do Ceará, Centro
de Tecnologia, Curso de Arquitetura e Urbanismo, Fortaleza, 2019.
Orientação: Prof. Dr. Luis Renato Pequeno.

1. Paisagem. 2. Planejamento Urbano. 3. Sobral. I. Título

CDD 720

antônio victor de mendonça moreira_
fortaleza, 2019

“Só a vida sem obstáculos, efervescente, leva a milhares de novas formas e improvisações, traz à luz a força criadora, corrige os caminhos equivocados. A vida pública em países com liberdade limitada está sempre tão golpeada pela pobreza, é tão miserável, tão rígida, tão estéril, precisamente porque, ao excluir-se democracia, fecham-se as fontes vivas de toda riqueza e progresso, espirituais.”

Rosa Luxemburgo

resumo_

A partir de 1990, a cidade de Sobral sofre um intenso processo de expansão da sua capacidade de influência na rede de cidades da zona Norte do estado do Ceará, como causa, sobretudo, da implementação de novas atividades produtivas no seu tecido intraurbano. Nesse contexto, edifícios comerciais e educacionais de grande porte, aliado à |re|descoberta das classes dominantes dos espaços livres públicos à beira rio da cidade, apontam para profundas modificações nas relações entre corpos |re|existentes e seus lugares de exercício das práticas do cotidiano. Nesse sentido, o presente trabalho busca compreender os processos transformadores da paisagem realizados pelos principais agentes atuantes no tecido espaço-temporal da Margem Direita do rio Acaraú em Sobral. Para tal, realiza-se uma breve revisão da literatura acerca de temáticas como paisagem, lugar, território, sistema de espaços livres e cidadania; aliado à trocas de saberes com moradores e usuários da Margem Direita, visando identificar as principais problemáticas presentes no local. Com isso, ao final, propõe-se um plano geral de intervenção, contendo diretrizes e ações transformadoras que possibilitam construir visões contra-hegemônicas de futuros possíveis.

palavras-chave: paisagem; planejamento urbano; sobral

justificativa_

Boa parte dos trabalhos científicos especializados nos campos de arquitetura e urbanismo têm como propósito geral compreender as diferentes formas sociais de adaptações e aglomerações no espaço natural, bem como atender às necessidades humanas; e propiciar o desenvolvimento de tecnologia aplicada.

Nesse contexto, busca-se ensaiar tentativas de produzir um modelo, onde encara-se sempre o real para obter informações que permitem construir sistemas analítico-propositivos, visando sua ampla compreensão. O objeto deste trabalho está no mundo existente, o que encontra-se aqui é a projeção desse objeto, formado por textos, imagens e mapas. Em específico, trata-se de um modelo de planejamento, na medida em que almeja-se otimizar parâmetros importantes dos sistemas postos na prática cotidiana. Esses modelos, entretanto, continuam sendo simplificações, ou seja, não mostram a real complexidade do objeto-concreto. A partir disso, o presente trabalho pretende levantar questões relevantes, até então pouco discutidas no ambiente acadêmico local, a respeito da paisagem enquanto experiência vivenciada, causa-consequência da produção social.

Para Tuan, a experiência pode ser direta e íntima, ou pode ser indireta e conceitual, mediada por símbolos. Uma pessoa pode conhecer um lugar tanto de modo íntimo como conceitual. Moradores de determinada cidade, a conhecem de modo íntimo, um motorista de táxi aprende a andar por ela; e técnicos, geógrafos, arquitetos, urbanistas, sociólogos, etc., a conhece conceitualmente (TUAN, 1983).

As ideias expressas anteriormente apenas balizam mudanças percebidas a partir da década de 1970, representando uma ruptura profunda na reflexão e no exercício do urbanismo moderno, onde o foco, restrito às pautas de cunho construtivo e sanitário, volta-se para questões intersubjetivas da sociedade. Com isso, no campo das Ciências Sociais e Geografia, potencializou-se estudos fenomenológicos acerca da paisagem, espaço e ambiente, sugerin-

do aprofundamentos em abordagens humanísticas e culturais das especificidades geográficas locais. Foi John Ruskin (COSGROVE, 1984) quem, no século XIX, sugeriu que a análise da paisagem não deve ater-se apenas à ciência, mas também à experiência que dela se pode ter. Isso possibilita estabelecer significados entre quem produz e quem vive o espaço.

Dessa maneira, este trabalho, almeja compreender os impactos atuais na paisagem a partir das atuais transformações na dinâmica do espaço-tempo de territórios ribeirinhos |re| descobertos em Sobral, elencando seus principais agentes transformadores das diversas dimensões do objeto-concreto. Em vista disso, a partir da década de 1990, a cidade de Sobral sofre um intenso processo de expansão da sua capacidade de influência na rede urbana regional, devido à implantação de novas atividades produtivas, sobretudo do setor secundário, associado à captação da administração pública de diversos mega equipamentos comerciais e institucionais privados.

Com isso, como aponta Villaça, o controle (através do domínio do Estado e do mercado) que as classes de mais alta renda exercem sobre o espaço urbano e sobre o sistema de locomoção constituem-se como força preponderante na estruturação do espaço intra-urbano (VILLAÇA, 2001). Nessa perspectiva, Sobral consolida-se como centro de planejamento e gestão urbana-regional da Zona Norte do estado do Ceará, culminando, em 2016, com a aprovação, por Lei Estadual, da Região Metropolitana de Sobral.

Logo, um dos rebatimentos desse processo de metropolização é, como afirma Landim (2004), a incorporação das cidades de porte médio valores que sintetizam padrões qualitativos dos grandes centros urbanos, sobretudo seus principais elementos e estruturas, ainda que organizados de uma maneira mais simples ou com um porte menor (LANDIM, 2004). Ou seja, conjuntos urbanos de porte médio, em intenso processo de expansão urbana, começam a reproduzir práticas segregadoras de produção socioespacial realizadas pela burguesia de cidades maiores, havendo, portanto rebatimentos no processo de produção e apropriação da paisagem.

objetivo geral_

Compreender as possibilidades de apropriação dos principais agentes transformadores da paisagem da Margem Direita do rio Acaraú em Sobral.

objetivos específicos_

I | Realizar uma breve revisão bibliográfica acerca de conceitos no que diz respeito ao sistema de espaços livres, paisagem, lugar, cidadania, e território;

II | Elucidar, sob uma perspectiva crítica, os principais agentes e suas contribuições na produção do espaço urbano da Margem Direita do rio Acaraú em Sobral;

III | Analisar os principais motores de crescimento da cidade de Sobral, bem como a relevância da implementação de grandes equipamentos de educação e serviços para a dinâmica urbana local;

IV | Propor possibilidades de ações que transformem a paisagem existente, focando na manutenção do equilíbrio ecossistêmico local, no fomento de práticas sociais emancipatórias, bem como instituindo mecanismos que promovam justiça social.

metodologia_

“Uma visão holística dos fenômenos considera que não basta descrever as diversas partes que o compõe, mas é necessário investigar as interações entre essas partes e as interações entre o fenômeno e o universo que o rodeia”. (SERRA, 2006)

Para Kant, um sistema consiste na unidade de diversos conhecimen-

tos a partir de uma totalidade de elementos que interagem entre si (KANT, 2012). Com isso, nas Ciências Sociais Aplicadas, em específico no estudo da Arquitetura e Urbanismo, os sistemas não devem ser caracterizados como “fechados”, ou seja, sem interação com o meio externo. Segundo Serra (2006), os sistemas nessas áreas do conhecimento são sempre “abertos”. Além disso, uma variável importante que deve ser levada em consideração nesses “sistemas abertos” é a noção de processo. Tudo está em constante transformação. Serra afirma que o modo como se sucedem os estados diferentes do sistema no tempo é o que classifica como processo.

Nesse contexto, a execução do trabalho divide-se em três etapas principais. A primeira, de aproximação, foca no desenvolvimento dos suportes teórico-conceitual e espaço-temporal. O suporte teórico-conceitual consiste na revisão bibliográfica de alguns conceitos centrais para este trabalho. O suporte espaço-temporal baseia-se na revisão, ao longo de diferentes escalas, do processo de ocupação e os principais agentes produtores da paisagem no sertão cearense. A segunda etapa, de caracterização, estrutura-se na apresentação da Margem Direita de Sobral, objeto empírico em estudo, sob algumas dimensões de análise. Por fim, a terceira e última etapa, de proposição, consiste na formulação de um conjunto de ações transformadoras, sendo apresentados, posteriormente, cenários possíveis para a paisagem da Margem Direita, levando em conta a equalização dos conceitos estudados nas etapas anteriores e as forças sociais, econômicas, culturais e ambientais atuantes em seus territórios.

Para tal, utilizou-se procedimentos empírico-objetivos, aliado à elaboração de resultados crítico-qualitativos, os quais devem retroalimentar o objeto-modelo analítico, visando otimizar as ações transformadoras apresentadas no objeto-modelo propositivo. Dos procedimentos empregados constam-se:

I| Coleta de dados primários e secundários, sendo estes de caráter quantitativo e qualitativo;

II| Entrevistas de caracterização com moradores e usuários da Margem Direita;

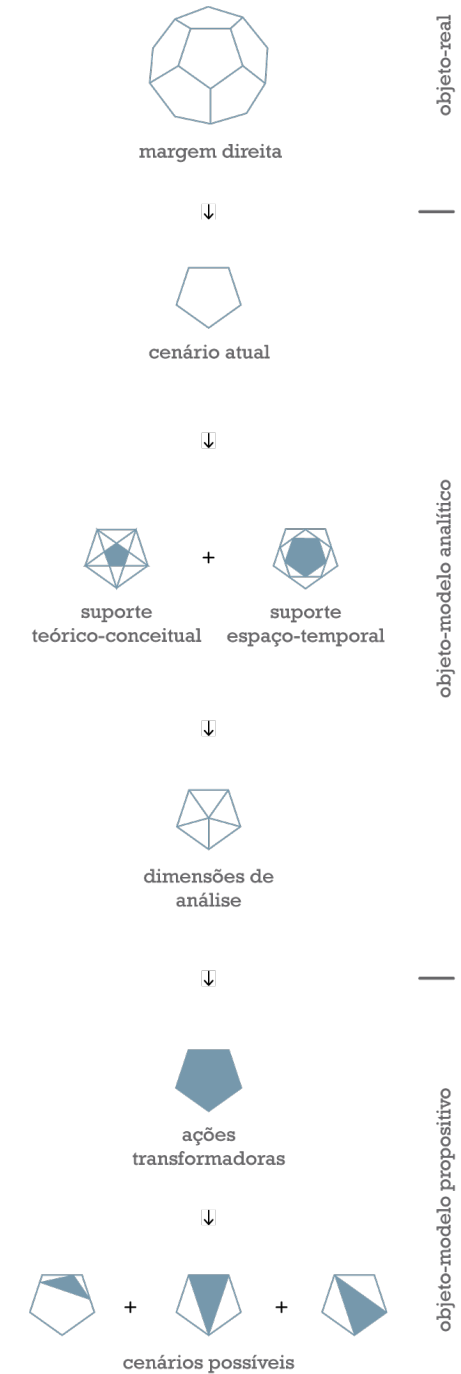


figura 01: diagrama de estruturação do trabalho
fonte: produzido pelo autor



figura 02: vista do rio acaraú
fonte: acervo pessoal do autor

III | Análise interescolar da relação entre ocupações humanas, corpos hídricos e espaços livres no Ceará, em Sobral e na Margem Direita;

IV | Leitura, interpretação e aplicação no objeto-modelo, o entendimento dos conceitos teóricos: Paisagem, Sistema de Espaços Livres, Território, Lugar, e Cidadania.

considerações iniciais_

Por que discutir produção da paisagem no sertão cearense ?

Sem dúvidas, a discussão sobre paisagem é um dos principais eventos que estimularam minha jornada no curso de Arquitetura e Urbanismo. Diante das dificuldades em analisar sob uma única ótica, múltiplas disciplinas que estudam manifestações humanas no espaço contribuíram para a formulação de conceitos a respeito da mesma temática.

A noção de paisagem, enquanto categoria de análise, recai primordialmente sobre as transformações do ser humano na natureza, seu habitat, palco de conexões inter e intrapessoais. Buscar compreender as complexas relações socioeconômicas existentes no Sertão Cearense, aliada aos processos até então invisíveis da produção da paisagem neste local configura-se como uma das principais razões para este trabalho de conclusão de curso existir.

Em 2017, tive o privilégio de estudar na Universidade Federal de Minas Gerais. Os ganhos foram imensuráveis. Em Belo Horizonte, aproximei-me brevemente das transformações de uso e ocupação do solo ao longo do Córrego Acaba Mundo, um dos afluentes do Rio das Velhas, e os principais rebatimentos na paisagem ao longo de sua calha.

A partir disso, pude perceber o esforço comum de entidades acadêmicas e de movimentos sociais da cidade na construção

de um arcabouço teórico-prático sobre a temática. Reconheço este momento como ponto de partida na construção e início efetivo da minha inquietude para compreender as diferentes ideias acerca de paisagem, território e cidadania, e suas repercussões específicas no caso do semiárido cearense.

Desde criança, minha percepção sobre as coisas cercava-se de preocupações e curiosidades a respeito de como “o mundo era mundo” e porque “era assim”. Ao longo de doze anos, morei em Sobral, cidade incrustada no sertão do Ceará. Com isso, entendo como indispensável a participação dos aspectos físicos e simbólicos que determinado território exerce na organização da esfera cidadã de um indivíduo. Parte do modo como enxergo a vida e seus fenômenos moldou-se sob este prisma.

Apesar de morar atualmente na capital do estado, estive imerso nas dinâmicas culturais do interior. As chuvas e procissões religiosas, por exemplo, eram verdadeiros espetáculos que modificaram a realidade ao nosso redor. No início do ano, o “inverno”, termo acordado por nós, sertanejos, como o período chuvoso no território, acalmava as conversas cotidianas na escola, nas filas de consultórios médicos, e nas mesas de almoço. As chuvas, essenciais para as dinâmicas ambientais e econômicas, tranquilizaram os pensamentos do sertanejo. Passada a preocupação por esperarmos mais um ano chuvoso, a euforia logo tomava conta das relações na cidade, quando começavam a cair as primeiras águas. A mudança no ambiente era sentida com o enverdecer das folhas, a explosão de flores mata à dentro, e com o retorno dos peixes nas lagoas e rios intermitentes.

Logo após o ciclo da água vir à tona na vida cotidiana da cidade, quadrilhas e festas juninas permeiam as conversas informais nas praças, escolas e associações religiosas. Massivos votos espirituais concentravam-se em agradecer pelas chuvas, ou, se estivéssemos em estiagem, chamá-las. Assim, os festejos de São Pedro, São Paulo e São João, referências importantes para os praticantes do Cristianismo, e o retorno da quadra chuvosa foram as primeiras evidências empíricas que eu percebi como significativas expressões física-culturais potencialmente transformadoras da paisagem no semiárido.

Até agora, os pontos que acabei de ilustrar podem parecer frívolos ou de caráter secundário na confirmação da paisagem, mas apresentam-se como pistas que encontram-se no objeto-concreto, com as quais relaciono intrínsecas ao exercício da cidadania. Atualmente, atividades sob o escopo da arquitetura paisagística baseiam-se na inserção de espaços livres para o convívio dos indivíduos, fortalecimento dos elos comunitários, e manutenção da sustentabilidade dos ecossistemas socioambientais, objetivando a garantia da qualidade de vida nas cidades do século XXI.

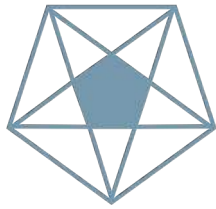
Entretanto, sob um ponto de vista crítico, a produção espacial extremamente desigual que ocorre no Brasil, sobretudo em regiões com alta concentração de renda, incorpora parte desses espaços livres como mercadoria para o consumo de poucos, como afirma Serpa, encaixando-se dentro de uma lógica de produção e reprodução do sistema capitalista na escala mundial (SERPA 2007).

Desse modo, como mencionado anteriormente, um dos rebatimentos desse evento é, como afirma Landim (2004), a incorporação das cidades médias algumas lógicas da produção espacial dos grandes centros urbanos. Assim sendo, conjuntos urbanos de porte médio em intenso processo de expansão começam a reproduzir práticas segregadoras de produção espacial realizadas por elites mais influentes das cidades de porte maior. Portanto, reconhecer fenômenos em processo nas cidades médias do interior do Ceará e suas repercussões físicas no espaço, apropriando-se do planejamento da paisagem em uma abordagem sistêmica, multidisciplinar e dinâmica é crucial para avançar no debate teórico na atualidade.



figura 03: vista igreja matriz de sobral
fonte: acervo pessoal do autor

A partir deste capítulo, pretende-se conformar um suporte teórico-conceitual acerca do caráter transdisciplinar da paisagem e sua relação dialética entre as diferentes estruturas físicas, socioeconômicas e culturais presentes no objeto-concreto. Para tal, apresenta-se diferentes compreensões dadas por pesquisadores e pesquisadoras da Geografia, Sociologia, Arquitetura e Urbanismo acerca de quatro conceitos elementares: lugar, território, Sistema de Espaços Livres (SEL), cidadania. Esses conceitos, ao final, entrelaçam-se e fundamentam a abordagem do quinto e último, a Paisagem, possibilitando, a partir disso, a conformação dos meios para sua transformação e apropriação no contexto da Margem Direita de Sobral.



A paisagem, como já apontava Sílvio Macedo, é compreendida enquanto produto, porque resulta de interações entre processos socioculturais e o meio físico em um determinado espectro temporal; ao mesmo tempo que é sistema, porque a partir de qualquer ação realizada sobre ela haverá uma reação correspondente, resultando em uma alteração morfológica.

Paralelamente, a conformação, acessibilidade, e qualidade dos SEL urbano, sobretudo aqueles destinados à vida pública, aliado às diferentes formas de apropriação dos agentes ligados aos processos socioculturais, interagem de maneira decisiva na produção e assimilação da Paisagem. Esses espaços livres são a base da construção de experiências tanto coletivas quanto individuais. Nesse sentido, as relações afetivas entre os diferentes corpos presentes nos espaços livres, condicionadas à diferentes escalas espaço-temporais, qualificam estes espaços em lugares. Com isso, outras relações imediatamente se incorporam: as diferentes relações de poder, recortando esses lugares em diferentes territórios. Não obstante, diferentes cargas subjetivas e simbólicas aplicadas por grupos e/ou indivíduos nesses territórios atravessam, por consequência à noção e prática da cidadania.

Assim, sob uma ótica dialética, pretende-se atrelar à compreensão de Paisagem três complexos conjuntos, onde um interage ao mesmo tempo como condicionante e produtor dos demais. Nesse sentido, a paisagem é compreendida neste trabalho como um fenômeno dinâmico, causa-consequência das vivências individuais e coletivas |I|; da produção socioeconômica do espaço |II|; atrelada ainda às diferentes escalas espaço-temporais de um determinado território |III|.

...

lugar_

Dentro do universo da arquitetura e urbanismo, questionamentos a respeito de lugar e espaço perpassam pensadores ao longo dos séculos. Para muitos, o foco de reflexões volta-se para o espaço como vazio. Zevi afirma que “as quatro fachadas de um edifício constituem apenas a caixa dentro da qual está encerrada a jóia arquitetônica, isto é, o espaço” (ZEVI, 1996). Essa é uma indicação que pode exemplificar uma maximização das questões físicas, a qual o espaço costumeiramente é associado a ausência de elementos.

Com isso, sob uma perspectiva etimológica, o termo “lugar”, para Ferreira, deriva do latim localis, este é “o espaço ocupado, localidade, cargo, posição.” Comparando com o termo “espaço”, ainda para Ferreira, deriva do latim spatium, é “a distância entre dois pontos, ou a área ou o volume entre limites determinados.”

Dessarte, Reis-Alves faz a seguinte colocação:

“Segundo as definições e as origens das duas palavras (lugar e espaço), entende-se como relação entre os dois conceitos que o lugar é o espaço ocupado, ou seja, habitado, uma vez que uma de suas definições sugere sentido de povoado, região e país. O termo habitado, de habitar, neste contexto, acrescenta à idéia de espaço um novo elemento, o homem. O espaço ganha significado e valor em razão da simples presença do homem, seja para acomodá-lo fisicamente, como o seu lar, seja para servir como palco para as suas atividades.” (REIS-ALVES, 2004)

Para Norberg-Schulz, a “transformação” do “espaço” em “lugar” perpassa a noção de habitar. O arquiteto afirma que “o lugar é a concreta manifestação do habitar humano” (NORBERG-SCHULZ, 1979 Apud. NESBITT, 2006). Ele interpreta o conceito de habitar como estar em paz em um lugar protegido (NESBITT, 2006). Para a autora, Norberg-Schulz associa o ato de delimitar ou “diferenciar”

determinado lugar no espaço com a “conversão no ato arquetípico da construção e a verdadeira origem da arquitetura.”

Nesbitt, a partir das reflexões de Norberg-Schulz, demonstra que o lugar é mais do que uma “localização abstrata”, sendo composto de elementos materiais concretos, como textura, cor e forma.

Assim:

“...um lugar é um fenômeno qualitativo ‘total’, que não pode se reduzir a nenhuma de suas propriedades, como as relações espaciais, sem que se perca de vista sua natureza concreta.” (NESBITT, 2006)

Na Geografia, o entendimento de lugar se aproxima bastante da compreensão de “mundo”, representando um dos constituintes básicos desta área de estudo. Para HOLZER (1994), cada pessoa possui um “lugar natural”, onde é definido pela “associação de espaços circundantes.” Assim, podemos perceber uma relação dialética adstrita entre as relações interpessoais e os lugares.

Com isso, as investigações de Yi-Fu Tuan, geógrafo sino-americano, principal representante da corrente humanista na geografia das décadas de 1970 a 1980, sinalizam uma relevância crucial na construção teórica deste trabalho.

A geografia humanista foca seus estudos na experiências de pessoas e grupos em um determinado espaço. Assim, Tuan dedica boa parte de sua vida contribuindo delicadamente na geografia humana, voltando-se para “as glórias e misérias da existência humana.”

Na qualificação e conceituação de lugar, Tuan afirma:

“Todos os lugares são pequenos mundos: o sentido do mundo, no entanto, pode ser encontrado explicitamente na arte mais do que na rede intangível das relações humanas. Lugares podem ser símbolos públicos ou campos de preocupação, mas o poder dos símbolos para criar lugares, depende, em

última análise, das emoções humanas, que vibram nos campos de preocupação.” (TUAN, 1979)

À vista disso, fica claro que os lugares são produzidos pela consciência humana e por sua interação intersubjetiva com as coisas e os outros, gerando, na visão de Tuan, “campos de preocupação.”

Por muito tempo, os lugares eram vinculados exclusivamente a seu significado locacional. O conceito primordial a ser utilizado pela geografia seria o de “localização”, definido como a relação entre o arranjo interno de traços, ou sítio com o seu entorno. Desta relação se definiria o lugar (HOLZER, 1994).

Para Tuan, o lugar diferenciava-se de localização por que “... ele (o lugar) é uma entidade única, um conjunto ‘especial’, que tem história e significado” (TUAN, 1979). Assim, o lugar “encarna” as experiências e desejos das pessoas. Com isso, há ainda, sob a ótica humanística, uma distinção entre espaço e lugar.

“O espaço é amorfo e intangível e não uma entidade que possa ser diretamente descrita e analisada. Contudo, ..., ele está sempre próximo e associado ao sentido e conceito de lugar.” (RELPH, 1976)

O autor faria, então, uma distinção entre tipos de espaço que nos levam aos significados de lugar: o espaço primitivo, o espaço perceptivo, o espaço existencial, o espaço arquitetônico, o espaço cognitivo e, o espaço abstrato.

Para o conceito aqui analisado, me deterei apenas em espaço vivido. Segundo Relph (1976), esse espaço contém o espaço sagrado e o espaço geográfico. Ambos são “centros de significado, ou focos de intenção e de propósito”; e o primeiro pode mediar as relações entre o homem e o cosmo; o segundo trata do:

“...o espaço significativa de uma cultura particular que é humanizado pela nomeação dos lugares, por suas qualidades para o homem, e por refazê-lo

para que sirva melhor às necessidades da humanidade.” (RELPH, 1976)

Holzer destaca outras duas características dos lugares: a identidade e a estabilidade. A identidade refere-se ao espírito, ao sentido, ao gênio do lugar (HOLZER, 1994). Ela nasce das intenções e experiências intersubjetivas, que resultam da familiaridade (RELPH, 1976). Isso congrega em um conjunto de conhecimentos minuciosos do lugar, e na formação de “raízes”, de um polo de significado que se torne “insubstituível.”

A estabilidade relaciona tempo e lugar. Assim, a “convivência temporal prolongada” (HOLZER, 1994) seria um fator fundamental na formação dos lugares.

Nesse sentido, Tuan afirma:

“Uma cena pode ser um lugar, mas a cena em si não é um lugar. Falta-lhe estabilidade: é da natureza da cena mudar a cada mudança de perspectiva. A cena é defendida por esta perspectiva, o que não é verdadeiro para o lugar: é da natureza do lugar aparecer como tendo uma existência estável, independente de que o percebe.” (TUAN, 1979)

Entretanto, não podemos concluir que o lugar ultrapasse momentos históricos, ou seja, de caráter atemporal, mas sim que:

“...o lugar denota a relação inseparável entre espaço e tempo: a pausa, ao permitir a localização, transforma-se em um pólo estruturador do espaço, o que implica no estabelecimento de uma ‘distância’, sendo este conceito, ao mesmo tempo, temporal e espacial.” (HOLZER, 1994)

É importante salientar, a relação fundamental entre distância e direção, onde, Dardel, define “situação”, considerada como “sítio estável e inerte”. Para o autor:

“A situação de um homem supõe um ‘espaço’ onde ele ‘se move’; um conjunto de relações e de trocas; direções e distâncias que fixam de algum modo o lugar de sua existência.” (DARDEL, 1990 APUD. HOLZER, 1994)

Portanto, o espaço existente e a mobilidade humana delineiam direções. Como resultado disso, a “espacialidade cotidiana é determinada como afastamento e direção” (HOLZER, 1994). As distâncias, então, podem ser experimentadas além da quantidade, mas como a “qualidade de se estar perto ou longe de algo.”

Em alguns momentos, Tuan aponta para o fato de que a experiência constitui os lugares em diversas escalas. Sob sua ótica, ela constituiria um todo intrínseco que inclui: o lar, como progenitor de significados; a cidade, como centro acumulador de significados por excelência; os bairros e as regiões; o estado-nação.

É necessário, portanto, levar em consideração que, seja individualmente ou coletivamente, o aumento da escala dificulta, progressivamente, um relacionamento espacial direto, acarretando “uma apreensão cada vez mais fragmentária dos lugares” (HOLZER, 1994)

Desses “pequenos mundos”, como os lugares eram compreendidos por Tuan, existe sempre uma dialética comparativa escalar entre as pessoas e os lugares. Nesse sentido, os territórios, então, se formam sob essas circunstâncias, “um conjunto de lugares hierárquicos, conectados por uma rede de itinerários.” (BONNEMAISON, 1981 APUD. HOLZER, 1994)

território_

Da mesma forma que o conceito de lugar, a definição de território, suas propriedades, e seus processos estão ligados intimamente ao espaço, cultura, e sociedade, perpassando autores e abordagens transdisciplinares, por vezes conflituosas entre si. Os

enfoques, ao longo das leituras realizadas, são percebidos primordialmente sob duas óticas distintas, porém complementares. Essas abordagens incluem as dimensões com foco nas questões físico-espaciais, e simbólico-perceptivas.

Segundo Raffestin (1993), território e espaço não possuem o mesmo significado. Mencionado anteriormente, o espaço, objeto intrínseco ao domínio de teóricos da Geografia, é algo preexistente, anterior à qualquer ação produtiva humana.

“O espaço é, de certa forma, ‘dado’ como se fosse matéria-prima. Preexistente a qualquer conhecimento e a qualquer prática dos quais será o objeto a partir do momento em que um ator manifeste a intenção de dele se apoderar” (RAFFESTIN, 1993).

Nesse sentido, Raffestin (1993) ainda pontua que o território se configura a partir do espaço, sendo resultado de uma ação conduzida por um ator “sintagmático” (ator que realiza um programa em qualquer nível). É necessário que um ator “territorialize (se aproprie) de forma concreta ou abstrata para que aconteça a transformação de espaço em território” (RAFFESTIN, 1993).

Para Souza, a conceituação de território foi “elaborada e delimitada pelos geógrafos, como expressão de poder sobre o espaço e seus recursos, de manutenção de um modo de vida, de uma identidade ou liberdade de ação atrelando-se à condições de dominação-influência-apropriação” (SOUZA, 1995).

Para Gomes, o território “é fundamentalmente um espaço definido e determinado por e a partir de relações de poder” (GOMES, 2002). Na visão do autor, ao mesmo tempo que se faz necessário compreender “quem produz em um determinado espaço” ou “quais as ligações afetivas e de identidade entre um grupo social e seus espaços”, é crucial conhecer “quem domina ou influencia e como domina ou influencia esse espaço.”

A partir dessas reflexões, o território exprime os conflitos e contradições sociais, uma vez que ele é “essencialmente um instru-

mento de poder” (GOMES, 2002). Nesse sentido, é importante me deter um pouco no conceito de “poder” em si, para depois retomar com mais clareza à temática abordada sobre território.

Na linguagem cotidiana, e no campo da Ciência Política, é possível perceber “superposições entre as noções ou os conceitos de poder, violência, dominação autoridade e competência” (MALUSCHKE, 1991 apud. GOMES, 1994).

Essas “superposições” são criticadas por Hannah Arendt:

“...por trás da confusão aparente e a cuja luz todas as distinções seriam, na melhor das hipóteses, de pequena importância, a convicção de que a questão política mais crucial é, e sempre foi, a questão de: Quem governa quem? Poder, força, autoridade, violência – nada mais são do que palavras a indicar os meios pelos quais o homem governa o homem; são elas consideradas sinônimos por terem a mesma função. É apenas depois que se cessa de reduzir as questões públicas ao problema de dominação, que as informações originais na esfera dos problemas humanos deverão aparecer, ou antes reaparecer, em sua genuína diversidade” (AREN- DT, 1985).

Nesse sentido, Arendt sintetiza sua conceituação a respeito de poder:

“O ‘poder’ corresponde à habilidade humana de não apenas agir, mas de agir em uníssono, em comum acordo. O poder jamais é propriedade de um indivíduo; pertence ele a um grupo e existe apenas enquanto o grupo se mantiver unido. [...]No momento em que o grupo, de onde origina-se o poder, desaparece, ‘o seu poder’ também desaparece” (AREN- DT, 1985).

Complementarmente, para Michel Foucault, o poder não localiza-se apenas em uma instituição específica, e muito menos como algo que se oferta, por pactos jurídicos ou políticos. Para o autor:

“Trata-se ... de captar em suas extremidades, em suas últimas ramificações ... captar o poder nas formas e instituições mais regionais e locais, principalmente no ponto em que ultrapassando as regras de direito que o organizam e delimitam ... Em outras palavras, captar o poder na extremidade cada vez menos jurídica de seu exercício” (FOUCAULT, 1979).

Sob a ótica de Foucault, o poder é intrinsecamente ligado a “direito, e verdade, existindo um triângulo entre os itens citados” (RAITZ, 2010). O poder, portanto, trata-se de uma relação flutuante, não estando em uma instituição ou alguém específico.

“Nesse triângulo, o filósofo vem demonstrar o poder como direito, pelas formas que a sociedade se coloca e se movimenta, ou seja, se há o rei, há também os súditos, se há leis que operam, há também os que a determinam e os que devem obediência. O poder como verdade vem se instituir, ora pelos discursos a que lhe é obrigada a produzir, ora pelos movimentos dos quais se tornam vitimados pela própria organização que a acomete e, por vezes, sem a devida consciência e reflexão” (RAITZ, 2010).

Nesse contexto, de volta às reflexões iniciais sobre território, Foucault aprofunda convicções sobre a dimensão simbólica do espaço vinculada ao poder, e avança na ideia de haver uma “subjetividade” que a atravessa necessariamente, gerada pelas interações cotidianas de seus moradores, individual ou coletivamente, deixando marcas objetivas embebidas de significados subjetivos, que embutem estratégias de dominação no contexto da sociedade de classes (FOUCAULT, 1979).

Entretanto, o geógrafo brasileiro Milton Santos, apropriando-

-se de princípios existencialistas e materialistas da Geografia Crítica, dedica tempo, na definição do “espaço geográfico” e suas relações com o uso e produção de territorialidades, no atual período e meio “técnico-científico-informacional” que estamos vivendo.

O espaço geográfico, na ótica de Santos, consiste em uma totalidade. Para isso, o autor propôs a análise do espaço a partir da indissociabilidade e da holística entre forma e conteúdo - estrutura, processo e função (SANTOS, 1985). Nesse contexto, Santos afirma que a formação social é indissociada da formação espacial, assim cada sociedade tem seu próprio espaço e sua própria formação socioespacial (SANTOS, 1975).

O Estado-Nação seria, ainda sob o prisma de Santos, constituído por: governo, povo, soberania, e território, onde:

“O território é imutável em seus limites, uma linha traçada de comum acordo ou pela força. Este território não tem forçosamente a mesma extensão através da história, mas em um dado momento ele representa um dado fixo. Ele se chama ‘espaço’ logo que encarado segundo a sucessão histórica de situações de ocupação efetiva por um povo, como resultado de ocupação de um povo, do trabalho de um povo, resultado do povo realizado segundo as regras fundamentadas do modo de produção adotado e que o poder soberano terna em seguida coercitivas. É o uso deste poder que, de resto, determina os tipos de relações entre as classes sociais e as formas de ocupação do território” (SANTOS, 1978).

O território, para Milton Santos, não é organizado somente pelo Estado, como também, não está restrito à dimensão política do espaço, ou seja, não é apenas um espaço delimitado pelas relações de poder (SOUZA, 2013). Está presente também o seu uso e apropriação por outros agentes. O território engloba as relações de poder, assim como, “as relações econômicas e simbólicas.”

Portanto, a compreensão de território deve vir conjunta à de lugar, onde ambas são atravessadas pelas relações de poder entre sujeitos e grupos, conformando, com isso, experiências afetivas no nível individual e coletivo. Nesse sentido, o sistema físico-espacial, em suas formas públicas e privadas, é essencial na percepção, manifestação e transformação dessas relações de poder sobre os corpos.

sistema de espaços livres_

Como dito anteriormente, a contribuição de Milton Santos para a constituição teórica sobre território, e espaço é de natureza central para este trabalho. Dando prosseguimento a suas contribuições, na visão do autor, o espaço é entendido como um híbrido entre materialidade e sociedade, entre forma e conteúdo, entre fixos e fluxos, entre inércia e dinâmica, entre sistema de objetos e sistema de ações. (SANTOS, 1996)

Paralelamente, os espaços livres são, na visão de Miranda Magnoli (1982), todos os espaços “livres de edificação”, ou seja, todos os espaços descobertos, sejam eles urbanos ou não, vegetados ou pavimentados, públicos ou privados.

“No contexto urbano tem-se como espaços livres todas as praças, largos, pátios, quintais, parques, jardins, terrenos baldios, corredores externos, vilas, vielas e outros mais por onde as pessoas fluem no seu dia-a-dia em direção ao trabalho, ao lazer, ou à moradia, ou ainda exercem atividades específicas tanto de trabalho, como de lazer” (MACEDO, 1995).

A relação entre espaços livres de propriedade pública e de propriedade privada é assimilada por meio de um sistema. Essa relação sistêmica permite o reconhecimento de áreas livres públicas, passíveis de apropriação, que possam interligar os espaços de forma qualitativa para a vida urbana.

Assume-se que um sistema é o conjunto de relações funcionais, estruturais e morfológicas ocorridas em um espaço e entre diferentes espaços. Dessa forma relaciona-se o conceito de sistema ao domínio de conjunto, sendo reunião de elementos em inter-relações, cuja organização contém um significado.

Na visão de Morin (2008), o conceito de sistema exprime ao mesmo tempo unidade, multiplicidade, totalidade, diversidade, organização e complexidade. “Um sistema é um objeto complexo, suficientemente aberto, pois estabelece relações com outros sistemas e suficientemente fechado, caso contrário não se constituiria como sistema” (MORIN, 2008).

Milton Santos articula a ideia de sistema à noção de estrutura espacial, moldando, nesse sentido, a definição de espaço como sistema complexo (QUEIROGA, 2007). No que se refere ao comportamento evolutivo das estruturas e dos sistemas, o autor evidencia três princípios: o da adição externa, responsável pela evolução exógena do sistema; o intercâmbio entre subsistemas (ou subestruturas), que permite falar de uma evolução interna do todo, uma evolução endógena; e uma evolução particular a cada parte ou elemento do sistema tomado isoladamente, evolução igualmente interna e endógena (SANTOS, 1988).

Desta maneira, Eugênio Queiroga (2011) entende o sistema de espaços livres (SEL) urbanos como sistema aberto, aliado aos “elementos e as relações que organizam e estruturam o conjunto de todos os espaços livres de um determinado recorte urbano – da escala intra-urbana à regional” (QUEIROGA, 2011).

Toda cidade possui um sistema de espaços livres. Este SEL está em constante processo de transformação e adequação às novas demandas e pressões sociais (QUEIROGA, 2011). Suas principais designações, na visão do autor, são: palco para o desempenho da vida cotidiana |I|; elemento intrínseco da paisagem urbana |II|; memória coletiva e imagem da cidade |III|; e componente da articulação da esfera de vida pública e de vida privada dos cidadãos |IV|.

“O sistema de espaços livres públicos constituem no principal subsistema de espaços livres voltados à esfera de vida pública, notadamente os bens de uso comum do povo” (QUEIROGA, 2011).

Para Queiroga (2011), os espaços livres públicos formam um subsistema dentro do sistema de espaços livres. O principal elemento desse subsistema é a rua/calçada, elo fundamental de conexão na cidade, por onde ocorre grande parte da vida cotidiana. Parques, praças, calçadões, unidades de conservação de proteção integral, lagoas, e rios se constituem nos demais elementos desse sistema.

A calçada é eminentemente pública. Entretanto, por ser o limite entre o público e o privado, a calçada consegue assumir caráter ambíguo, sobretudo devido à vinculação entre este elemento e os processos que se desenvolvem no contexto em que está inserida (COELHO, 2006).

“No jogo das escalas, como aquela do planejamento, a linha da calçada não existe, portanto, não há diferenciação entre o que se imagina como função da rua no sistema de circulação, e como as pessoas se utilizam desses mesmos lugares. Na abstração do desenho, esses espaços insignificantes deixam de existir como lugares e passam a ser regulamentados por meio de índices, coeficientes e usos. Em contraposição, na escala do real, a somatória das atividades aí desenvolvidas significa parte considerável da presença humana na cidade” (COELHO, 2006)

A cidade é percebida por meio dos percursos e é através deles que até hoje nós a vivenciamos e construímos seu cotidiano. Coelho (2006) afirma que a rua perde, ao longo dos séculos, sua concretude como espaço de apropriação em nome dos meios técnicos e de planejamento. Assim, há um esvaziamento desse elemento em uma linha abstrata que comporta funções exclusivamente de deslocamento e transporte (COELHO, 2006).

A autora assegura que até meados do século XIX, a rua, além de festas e procissões, que representavam fenômenos espetaculares, era o espaço de convívio vinculado ao cotidiano e ao trabalho. A relação que os cidadãos têm com a rua é de extensão do seu espaço privado, onde atividades ligadas ao cotidiano se desenvolvem e permitem a convivência e como coloca Corbin (2001), trabalho, lazer e morar se confundem no tempo e no espaço, assim como a vida privada e a vida pública (COELHO, 2006).

Historicamente, o processo de planejamento do SEL das cidades brasileiras ocorre vinculado às demandas da classe dominante, asseguradas no parcelamento do solo e formas de propriedade, tanto públicas quanto privadas.

“Na urbanização contemporânea brasileira, empreendimentos privados de grandes proporções assumem, por vezes o papel de provimento de espaços livres formalmente bastante qualificados, no entanto, via de regra, apresentam acessibilidade muito reduzida e altamente controlada, enfraquecendo a esfera de vida pública” (QUEIROGA, 2011)

O planejamento dos espaços livres públicos, e sua implantação, quando há, constituem “motores de complexas transformações urbanas” voltadas ao consumo da classe média (SERPA, 2007). Dessa forma, contudo, as tipologias mais recorrentes de espaços livres destinados à vida pública têm formas espontâneas, não atendendo, via de regra, às legislações urbanísticas vigentes.

Portanto, como evidenciado, o Sistema de Espaços Livres, sobretudo de caráter público, cumpre uma função crucial na manutenção das relações indivíduo-grupo, indivíduo-espaço, e grupo-espaço, tais como: manifestações políticas, sociais, musicais, religiosas, etc. As transformações simbólicas de espaço em lugar e espaço em território se dão primordialmente nesse sistema. A partir dessas complexas relações, surge a percepção do indivíduo como cidadão, membro pertencente e atuante em uma comunidade plural, interagindo em um ou mais territórios.

dimensões da cidadania_

A cidadania não pode ser atrelada à uma conceituação estática, mas a uma evolução de lutas desenvolvidas em diversas regiões, o que significa que seu sentido varia no tempo e no espaço. O entendimento de ser cidadão se adequa conforme os diferentes povos e nações, não apenas pelas regras que definem quem é ou não titular da cidadania (por direito territorial ou de sangue), mas também pelos direitos e deveres distintos que caracterizam o cidadão em cada uma das Nações contemporâneas.

Mesmo dentro de cada Estado-nacional o conceito e a prática da cidadania vêm se alterando ao longo dos últimos duzentos ou trezentos anos. Isso ocorre, sobretudo, devido ao grau de participação política de diferentes grupos (o voto da mulher, do analfabeto, etc.); aos direitos sociais; e à proteção social oferecida pelos Estados aos que dela necessitam.

Ser cidadão é conquista de direitos. Direito à vida, à liberdade individual, à propriedade, à igualdade perante a lei, ou seja é ter direitos civis. Além disso, ser cidadão é também poder decidir sobre os rumos de sua localidade, participar das decisões políticas, ter direito ao voto, e ser votado, ou seja é ter direitos políticos. Os direitos civis e políticos não asseguram a democracia sem os direitos sociais, aqueles que garantem a participação do indivíduo na riqueza coletiva: o direito à educação, ao trabalho, à cidade, à saúde, à moradia, etc.

Para Roberts (1997), as dimensões da cidadania relacionam-se de forma dialética. A cidadania social afeta diretamente a qualidade da cidadania civil tanto quanto a da cidadania política (ROBERTS, 1997).

“Os status adquiridos pelos membros de uma comunidade, pelo costume ou pela lei, em consequência de seus direitos/obrigações civis, políticos e sociais, inevitavelmente invadem os limites uns dos outros. Às vezes, essas invasões fortalecem a

cidadania em todos os seus aspectos; às vezes, privilegiam um aspecto em detrimento de outro; às vezes enfraquecem-na em toda sua extensão. Uma cidadania civil fraca pode prejudicar o desenvolvimento da cidadania política, mesmo quando existe democracia formal” (ROBERTS, 1997).

Exercer a cidadania plena é ter direitos civis, políticos e sociais, fruto de um longo processo histórico que levou a sociedade ocidental a conquistar parte desses direitos. Na visão de Milton Santos, a cidadania é algo que se aprende, podendo, por este meio, tornar-se um estado de espírito, enraizado na cultura (SANTOS, 1987).

O autor complementa:

“É, talvez, nesse sentido, que se costuma dizer que a liberdade não é uma dádiva, mas uma conquista, uma conquista a manter. Ameaçada por um cotidiano implacável, não basta à cidadania ser um estado de espírito ou uma declaração de intenções. Ela tem o seu corpo e seus limites como uma situação social, jurídica e política” (SANTOS, 1987).

A cidadania para ser validada deve poder ser reclamada (SANTOS, 1987). Para tal, a Constituição, documento que delimita e referencia os órgãos constituídos no Estado e as relações dos subordinados com o poder Estatal, elaborada em 1988, foi norteadada por princípios democráticos, sociais, visando garantir o cumprimento do exercício da cidadania no país.

“A dignidade da pessoa humana é fixada como um dos fundamentos da República Federativa do Brasil, seguido pela positivação dos direitos e garantias fundamentais em uma estrutura de texto que reforça a proteção aos direitos do indivíduo, o papel do Estado e sua finalidade “ (CASIMIRO, 2003).

Entretanto, a luta pela cidadania não se encerra na produção de uma lei ou da Constituição porque a lei é apenas uma “concre-

ção”, um “momento finito de um debate filosófico sempre inacabado” (SANTOS, 1987). Dessa forma, o indivíduo deve estar sempre vigiando a si mesmo para não se prender pela alienação circundante, assim, o cidadão, a partir das conquistas obtidas, “tem de permanecer alerta para garantir e ampliar sua cidadania.”

Paralelamente, a noção de propriedade urbana, anterior ao texto constitucional de 1988, era caracterizada em termos absolutos, com pouca adequação à realidade social ou a sua função coletiva. A partir disso, a constituição vigente assegura o direito de propriedade, desde que atenda sua função social. A função social, na visão de Hannah Arendt, sob a descrição de Celso Lafer (2003), tem por substrato a consecução da promoção do desenvolvimento pleno do grupo social no espaço urbano e também na relação cidade/campo, entendido como um direito difuso dos seus habitantes, de modo que sejam considerados em sua individualidade e ao mesmo tempo enquanto componentes de uma sociedade, na própria concepção pública/privada.

Para Casimiro (2003), a função social da cidade recebeu maior lapidação durante o IV Congresso Internacional de Arquitetura Moderna em 1933, em Atenas. Elaborou-se a Carta de Atenas, onde em seu item 77 restavam indicadas as seguintes funções urbanas elementares: habitação, trabalho, recreação e circulação no espaço urbano (CASEMIRO, 2003).

Na nossa Carta Magna, dentre os direitos sociais vigentes, o direito à moradia, ao trabalho, à saúde, entre outros, está o direito ao lazer e ao acesso ao lazer (CASEMIRO, 2003).

“A promoção do lazer passa, também, a ser um dever do Estado e um direito do cidadão, que está vinculado à sadia qualidade de vida, podendo se apresentar sob a forma de acesso ao esporte, cultura, arte, propiciando atividades físicas ou intelectuais que promovam o desenvolvimento do ser humano” (CASEMIRO, 2003).

Na produção contemporânea do espaço urbano brasileiro,

empreendimentos imobiliários de grande porte assumem, por vezes, o papel de desenvolvimento e qualificação das áreas de lazer, apresentando, via de regra, “acessibilidade muito reduzida e altamente controlada, enfraquecendo a esfera de vida pública” (QUEIROGA, 2011). Nesse sentido, Queiroga (2011) ainda afirma que “há crescente dependência em relação ao mercado na constituição de sistema de espaços livres, em especial em áreas destinadas às elites.”

Na visão de Queiroga (2011), a relação entre os espaços livres e a esfera de vida pública acontece sob dois âmbitos correlacionados: um diz respeito a uma esfera pública geral, referente a toda a vida em público; e outra a uma esfera pública política, envolvendo as ações políticas, dentro do entendimento de Hannah Arendt sobre o tema.

“Destá maneira os espaços livres públicos, sobretudo os bens de uso comum do povo, são, por excelência, espaços da esfera pública em geral, podendo, em determinados eventos, constituírem espaços da esfera política” (QUEIROGA, 2011).

A vida privada e social se desenrolam nos espaços edificados, lugares individuais por excelência. Contudo, a vida pública necessita dos espaços livres, sobretudo os espaços livres públicos como suporte “físico-material” para ocorrer, caracterizados neste trabalho como lugares coletivos. “São eles os espaços de maior acessibilidade, de maior capacidade para receber a diversidade, a pluralidade, e o imprevisto, características de uma esfera pública mais rica” (QUEIROGA, 2011).

Portanto, as condições necessárias para o exercício e desenvolvimento pleno da cidadania atravessa, primariamente, a relação dialética no território de forças internas, percebidas nos itinerários que conectam seus lugares individuais e coletivos, com forças externas de conexão, percebidas nos itinerários que o conecta aos diferentes territórios do tecido urbano. Esses itinerários, presentes tanto nas forças internas quanto externas concretizam-se nos SEL público, principalmente como ruas, calçadas e praças. Essas intrin-

casas relações são a base físico-simbólicas para um dos eixos definidores da Paisagem neste trabalho.

paisagem_

Como explicitado no início do capítulo, a paisagem é um conceito multifacetado, contido em diversas áreas do saber científico. Sua compreensão liga-se verdadeiramente ao escopo do arquiteto e urbanista, não sendo fácil dar conta completamente do significado do termo e do objeto, tendo em vista sua complexidade e abrangência. Entretanto, a partir da discussão teórica de alguns recortes conceituais sobre o termo, variando a partir do tempo e da área do conhecimento, aliado aos conceitos apresentados anteriormente sobre lugar, território, SEL e cidadania, constrói-se, ao final deste tópico, uma noção central acerca da Paisagem, a qual possibilita utilizá-la como instrumento de planejamento e transformação das dinâmicas da Margem Direita de Sobral, nos capítulos posteriores.

“A paisagem é sempre uma herança. Na verdade, ela é uma herança em todo o sentido da palavra herança: herança de processos fisiográficos e biológicos, e patrimônio coletivo dos povos que historicamente as herdaram como território de atuação de suas comunidades.” (AB’SABER, 1977)

Diferentemente do conceito de lugar, a concepção moderna de paisagem possui um início datado. Segundo HOLZER (1994), o conceito surgiu no Ocidente, com a experiência da Itália Renascentista, momento próspero para inovações tecnológicas, atrelado à “um novo sistema de representação do espaço.” Neste sentido, o termo nasce intimamente com a constituição de um “novo mundo”, onde proclamava-se a presença dos Estados Nacionais e sua expansão colonial.

Entretanto, há ambivalências e usos conflitantes entre técnicos e parcela da sociedade não especializada, às vezes utilizando de forma indistinta e até inadequada os termos paisagem e lugar. Holzer afirma que uma das principais dificuldades enfrentadas ao

trabalhar conceitualmente termos, principalmente os mais complexos, é o do idioma.

Para geógrafos, que fundaram esta disciplina dentro do ambiente acadêmico, o termo fugiu ao seu sentido estrito de “espaço que se abarca com o olhar”, começando a associar-se a amplas porções de terra, mais vastas do que a vista pode alcançar, onde, para Holzer, houve um afastamento de seu significado original, que está relacionado “às técnicas de perspectiva e de pintura a cavalete.”

“O sentido coloquial da palavra é muito forte, dificultando sua adoção como conceito, ao guardar uma necessária ambiguidade entre ‘espaço de terreno’ (realidade geográfica) e ‘lance de vista’ (percepção). No uso coloquial é priorizado o entendimento da paisagem como a própria imagem (figura) construída na percepção do observador.” (SANDEVILLE JR., 2005)

No senso comum, a paisagem nunca está no primeiro plano, referindo-se apenas à percepção visual à distância, onde o observador encontra-se “fora” do objeto apreciado, não o associando a demais condicionantes. Entretanto, Sandeville Jr. argumenta que esse sentido coloquial ficaria melhor encaixado no conceito de panorama. Dessa forma, paisagem não deixa de ser a forma ou visual, mas segue além.

O espectro entrava-se ainda mais quando buscamos referências etimológicas para a palavra paisagem, cuja retomada pode contribuir no desmembramento do termo exclusivamente como ideia de forma ou visualidade. Dentro da campo da geografia, os pioneiros na utilização da expressão foram os teóricos alemães e franceses, entre os séculos XVI e XVII. No caso dos alemães, a referência, segundo Holzer, pode ser atribuída ao termo “Landschaft”, uso mais complexo do que empregados nos idiomas correlatos em inglês ou de origem latina.

“Esta palavra alemã circunscreve uma área com elementos e conteúdos muito mais amplos do que

podemos encontrar em outros idiomas, englobando toda uma região com suas complexidades morfológicas, e não se limitando, portanto, ao sentido estrito daquilo que se abarca com o olhar, à cena.” (HOLZER., 1994)

Na língua inglesa, “Landscape”, derivada do holandês “Landschap”, a qual foi empregada inicialmente com um viés artístico por pintores dos Países Baixos, para descrever, segundo Sandeville Jr., “uma imagem que retrata a paisagem.” Em português, a palavra paisagem foi incorporada ao idioma do correlato em francês “Paysage”. Resultando de uma somatória de “pays”, referindo-se a país, região, território; aliado ao sufixo “age”, derivado do latim “aticium”, nas palavras de Sandeville Jr., termo designado à ação, resultado da ação, situação. Dessa forma, na perspectiva da língua portuguesa, a palavra paisagem foi forjada não apenas para referenciar o espaço físico, mas para uma apropriação deste espaço por um povo, cultura, ou nação.

Isso posto, fica mais claro compreender a correlação entre aspectos culturais da vida humana e determinada porção do território. Daí é insuficiente mensurar a paisagem apenas tendo em base sua percepção visual do espaço físico. Ainda segundo Sandeville Jr. (2005), a mera redução da paisagem à seu potencial cênico revela alguns problemas enfrentados tanto por técnicos quanto pelos demais integrantes da nossa sociedade.

“É necessário distinguir, definitivamente, paisagem da representação pictórica ou figurativa da paisagem. Ou seja, aquilo que na pintura corresponde a uma representação, domínio do imaginário e uma inequívoca problemática cultural, transposto como base de entendimento para o espaço a que, simbolicamente, refere-se, conduziria a uma percepção, na maioria das vezes, estática e não-essencial.” (SANDEVILLE JR., 2005)

Paisagem, mais do que um fenômeno observado, refere-se a um espaço vivenciado, do contato das pessoas com seu entorno.

Complementa Sandeville Jr., “...antes de qualquer coisa, o fato de as paisagens terem significados, certos saberes característicos e culturais, que lhe são indissociáveis, e frutos da interação de múltiplos processos imbricados que a constituem como tal.”

Complementarmente, Silvio Macedo (1999) pontua que a paisagem relaciona-se dialeticamente como produto e sistema, ao dizer:

“Como um produto porque resulta (a paisagem) de um processo social de ocupação e de gestão de determinado território. Como um sistema, na medida em que a partir de qualquer ação sobre ela impressa, com certeza haverá reação correspondente, que equivale ao surgimento de uma alteração morfológica parcial ou total.” (MACEDO, 1999)

Milton Santos, entretanto, apresenta um contraponto aos pensamentos de Sandeville Jr., ao desassociar paisagem das vivências humanas e sociais, fazendo as seguintes reflexões acerca de paisagem:

“Paisagem e espaço não são sinônimos. A paisagem é o conjunto de formas que, num dado momento, exprimem as heranças que representam as sucessivas relações localizadas entre homem e natureza. O espaço são essas formas mais a vida que as anima. A palavra paisagem é freqüentemente utilizada em vez da expressão configuração territorial. Esta é o conjunto de elementos naturais e artificiais que fisicamente caracterizam uma área. (...) A paisagem se dá como um conjunto de objetos reais-concretos. (...) Cada paisagem se caracteriza por uma dada distribuição de formas-objetos, providas de um conteúdo técnico específico. Já o espaço resulta da intrusão da sociedade nessas formas-objetos.” (SANTOS, 2002)

A partir da década de 1950 a 1980, potencializou-se estudos

nos campos da Geografia e Ciências Sociais acerca de “paisagem cultural”. Esse termo foi cunhado pelo geógrafo estadunidense Carl Sauer. Para Sauer, a paisagem era entendida possuindo uma individualidade que só se torna reconhecível quando comparada com outras paisagens.

“Por definição a paisagem tem identidade baseada numa constituição reconhecível, limites e relações genéricas com outras paisagens, que constituem um sistema geral (...) a paisagem não é simplesmente a cena vista por um observador. É uma generalização derivada da observação de cenas individuais.” (SAUER, 1983)

Prosseguindo com as ideias de Sauer, Denis Cosgrove se preocupa em estudar a ideia de paisagem sob dois pontos de vista: por meio do uso da terra, que torna o trabalho humano visível nas distintas regiões; e pela representação do mundo como uma fonte de apreciação estética.

Assim, para Cosgrove (1984), caberiam dois meios distintos, mas conectados de se usar o termo paisagem: uma representação artística e literária do mundo visível, visto pelo espectador; e uma verificação empírica e técnica, através de métodos científicos, da integração dos fenômenos naturais e humanos em uma porção delimitada da superfície terrestre.

Posteriormente, o geógrafo francês Augustin Berque atribui um enfoque objetivo na análise da paisagem, aliado às experiências coletivas. Com isso, o autor exprime:

“Como manifestação concreta a paisagem se oferece a objetivação anaítica do tipo positivista; mas ela existe incontinente em sua relação com um sujeito coletivo: a sociedade que a produz, a reproduz e a transforma em função de uma certa lógica” (BERQUE, 1984)

Nesse contexto, Berque utiliza conceitos como de ‘paisagem-

-marca' e de 'paisagem-matriz' HOLZER (1994). Na visão de Berque, a paisagem é marca porque manifesta uma civilização e é matriz porque participa dos esquemas de percepção, concepção e ação. Com as definições do autor, coloca em questão as relações objetivas e subjetivas entre o homem e o lugar, tendo a paisagem como mediadora:

“... a paisagem não reside somente no objeto, nem somente no sujeito, mas na interação complexa entre os dois termos. Esta relação que coloca em jogo diversas escalas de tempo e de espaço, implica tanto a instituição mental da realidade quanto a constituição material das coisas.” (BERQUE, 1994)

...

A partir do que já foi exposto até agora, o termo paisagem, utilizado ao longo deste trabalho, surge da interseção de três campos de definição, recortados teoricamente a partir dos conceitos de lugar, território, sistema de espaços livres e cidadania. Dessa forma, a paisagem é entendida como a relação dinâmica entre as vivências humanas, manifestadas nos lugares individuais e coletivos; a interação dos diferentes agentes responsáveis pela produção socioeconômica do espaço; aliado às diferentes relações do homem com o meio físico em um determinada escala espaço-temporal.

Nesse sentido, concentrou-se esforços para a caracterização do suporte teórico-conceitual, relacionando as potencialidades das vivências humanas no território, manifestadas sob o caráter de lugares individuais e coletivos e seus itinerários. Nos próximos capítulos, portanto, volta-se o foco para elucidar o suporte espaço-temporal, elencando os principais atores que condicionaram a produção socioeconômica da Margem Direita em Sobral, seguindo a bacia hidrográfica do Rio Acaraú, ao longo dos séculos XVIII, XIX, XX e XXI, garantindo, portanto, a apreensão holística da noção empregada ao termo Paisagem.



figura 04: fluxograma dos conceitos abordados
fonte: produzido pelo autor

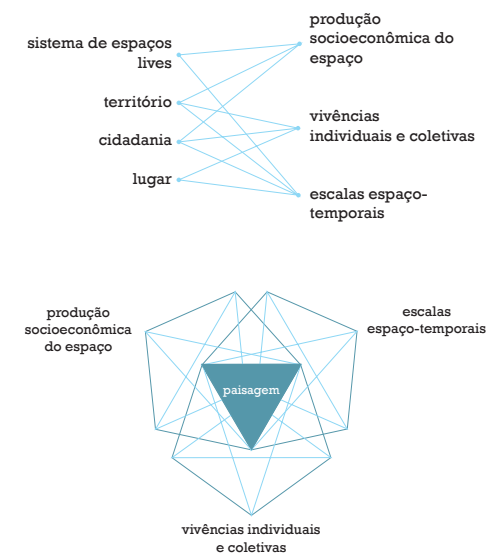
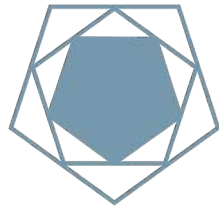


figura 05: matriz de definição de paisagem
fonte: produzido pelo autor

Este capítulo tem por objetivo caracterizar o suporte espaço-temporal, consistindo, por conseguinte, na compreensão do processo histórico da produção da paisagem no sertão do Norte do Ceará, levando em conta, sob diferentes escalas, o rio Acaraú como principal eixo condutor.

A Bacia do Rio Acaraú corresponde a uma das principais regiões de ocupação do semiárido cearense, sendo palco para o desenvolvimento de importantes atividades econômicas, como a pecuária e cotonicultura, praticadas extensivamente ao longo dos séculos XVIII a XX. Aliado a isso, desenrolou-se complexas relações sociais baseadas no etnocídio e genocídio de povos indígenas e africanos, devido à colonização portuguesa do território. Isso ocorreu, sobretudo, por meio do fenômeno da catequização, e da estrutura latifundiária monocultora estabelecida violentamente por grandes e médios proprietários de terra.

No final do século XX, Sobral, principal núcleo urbano banhado pelo rio Acaraú, sofre uma intensa expansão e valorização das terras urbanas, devido à implantação de novas ativida-



des produtivas do setor secundário, aliado à captação de grandes equipamentos comerciais e institucionais. Com isso, a cidade consolida-se como polo de planejamento e gestão urbana-regional da zona norte do estado do Ceará, culminando, em 2016, com a aprovação, por Lei Estadual, da Região Metropolitana de Sobral.

Concomitantemente à consolidação de um polo industrial na cidade, a partir de 1999, foi implementado o tombamento federal do sítio urbano de Sobral, pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), constituindo-se como uma das maiores áreas protegidas do Brasil. Nesse sentido, entidades públicas e privadas valeram-se da preservação como motor de desenvolvimento e planejamento urbano, institucionalizado por meio de planos e incentivos fiscais oferecidos à grandes e médias instituições.

Em Sobral há uma relação dialética – compreendida enquanto fenômenos presentes no mundo, sendo enxergados como um todo, gerando movimentos e contra-movimentos fundamentais para o conhecimento de sua totalidade – na paisagem entre as margens esquerda e direita do rio Acaraú. Essa relação cria na cidade paralelismos comunicantes. O rio torna-se espelho a partir de sua (re) descoberta pela elite. Sua margem esquerda impõe exuberância, sendo pioneira na ocupação da cidade, reconhecida por seu valor histórico, e cobiçada pela maioria dos agentes produtores da cidade. Por sua vez, a Margem Direita, intencionalmente mais sóbria, passa veloz aos olhos descuidados de quem cruza as pontes existentes, importantes conectores entre as margens.

Contudo, os territórios, lugares, e relações sociais da Margem Direita acontecem pujantes, atenuadas pela sobriedade imposta por sua vizinha. Uma margem existe por causa da outra. A exuberância-sobriedade presente nessa relação é obtida pelo equilíbrio instável entre as forças atuantes na paisagem.

...

ceará ocupado_

O Ceará, dentro do projeto de dominação portuguesa, assumiu um caráter periférico frente ao conjunto de interesses econômicos e geopolíticos da Metrópole em relação à totalidade das terras sob seu domínio nas Américas (JUCÁ NETO, 2012). Esse projeto de dominação se valeu por um baixo investimento técnico da Coroa Portuguesa, visto que seu objetivo inicial focava-se em conter invasores estrangeiros sob o território, e no descobrimento de riquezas minerais e vegetais relevantes para o mercado consumidor europeu da época.

Segundo Jucá Neto (2012), somente a partir do final do século XVII, e por todo o século XVIII, com o fim da União Ibérica, Portugal iniciaria efetivamente a ocupação dos “Grandes Sertões” (JUCÁ NETO, 2012). O Sertão, distante da noção de civilização entendida pelos europeus, era sinônimo de selvageria. Por muito tempo, foi visto como uma “Terra de Bárbaros” ou dos “Tapuias”, como atestou a cartografia setecentista (JUCÁ NETO, 2012). Aliado a isso, os interiores nordestinos foram terras que abrigavam diversos indivíduos subversivos às “normas metropolitanas impostas no litoral”, região dominada pela economia da cana-de-açúcar e cristianizada por Portugal já no fim do século XVII.

Nesse sentido, foram realizadas algumas expedições à Capitania do Ceará. A primeira expedição, chefiada por Pero Coelho de Souza, em 1603, havia saído da Capitania de Pernambuco, deslocando-se rumo a Serra da Ibiapaba. Segundo Xavier (2009), a bandeira levantada por essa expedição pretendia reconhecer e explorar terras localizadas entre Pernambuco e Maranhão, bem como expulsar os franceses do território maranhense, entretanto, devido aos confrontos com grupos indígenas, e ao intenso período de seca, o movimento se dissipou.

Essa passagem histórica ilustra as constantes e violentas batalhas travadas entre os agentes portugueses, exploradores pagos pela Coroa e jesuítas, contra etnias indígenas, dentre elas Tabajara, Kariri e Tremembé, ao longo de boa parte do período colonial.

Esses conflitos em série acarretaram em um profundo genocídio – destruição de um grupo étnico, exterminando seus indivíduos – e etnocídio – destruição da cultura de uma etnia por outro grupo étnico – dos primeiros habitantes do território cearense, deixando marcas visíveis até os dias de hoje.

De um modo geral, as ações urbanizadoras portuguesas sobre o território cearense foram heterogêneas, sistemáticas e planejadas. A heterogeneidade do espaço e das redes é a regra, percebida pelas desigualdades dos usos, e os diferentes papéis assumidos pelos agentes atuantes na produção do espaço.

“Elas (ações portuguesas) se diferenciavam no tempo e no espaço dentro das mais variadas escalas, estando diretamente relacionadas às prioridades e às potencialidades de cada lugar ocupado, variando de acordo com as suas especificidades econômicas e pela importância de suas posições geográficas para o movimento lusitano de ocupação e fixação na América Portuguesa, após o fim da União Ibérica” (JUCÁ NETO, 2012).

A pecuária, e todas as atividades por ela beneficiadas, foi o principal vetor de ocupação do sertão. No início do século XVIII, a atividade pecuarista sofreu duras penas por sua atuação no litoral açucareiro, devido à constante expansão das áreas produtivas para o cultivo do açúcar. Dessa forma, as boiadas adentraram o interior do Nordeste, acompanhando os vales de rios, na busca de terras propícias à pastagem. O bioma da caatinga, por sua vegetação esparsa, o relevo majoritariamente plano, o quadro hidrográfico, e a presença de lambedouros contribuíram para a expansão da atividade rumo ao interior (JUCÁ NETO 2012 apud. PRADO JR, 2000).

A Caatinga – derivação da língua tupi ka’a (mata) somado à tinga (branco) – é mata branca. Essa denominação decorre da coloração típica branca-acinzentada, percebida no período de estiagem, onde boa parte das plantas perdem as folhas no intuito de diminuir a evapotranspiração, e conseqüentemente a perda de água. Esse é o único bioma exclusivamente brasileiro, o que significa dizer que



figura 06: bioma da caatinga
fonte: thiago cóstackz

boa parte do seu patrimônio biológico não pode ser encontrado em outras partes do planeta. A caatinga subdivide-se em agreste e sertão. O agreste é a sub-região de transição entre áreas secas (Sertão) e úmidas (Zona da Mata). Por sua vez, o sertão, de clima quente e seco, compõe boa parte do bioma descrito. O Ceará, junto com Rio Grande do Norte, Pernambuco, e Bahia, encontram-se predominantemente dentro dessa sub-região.

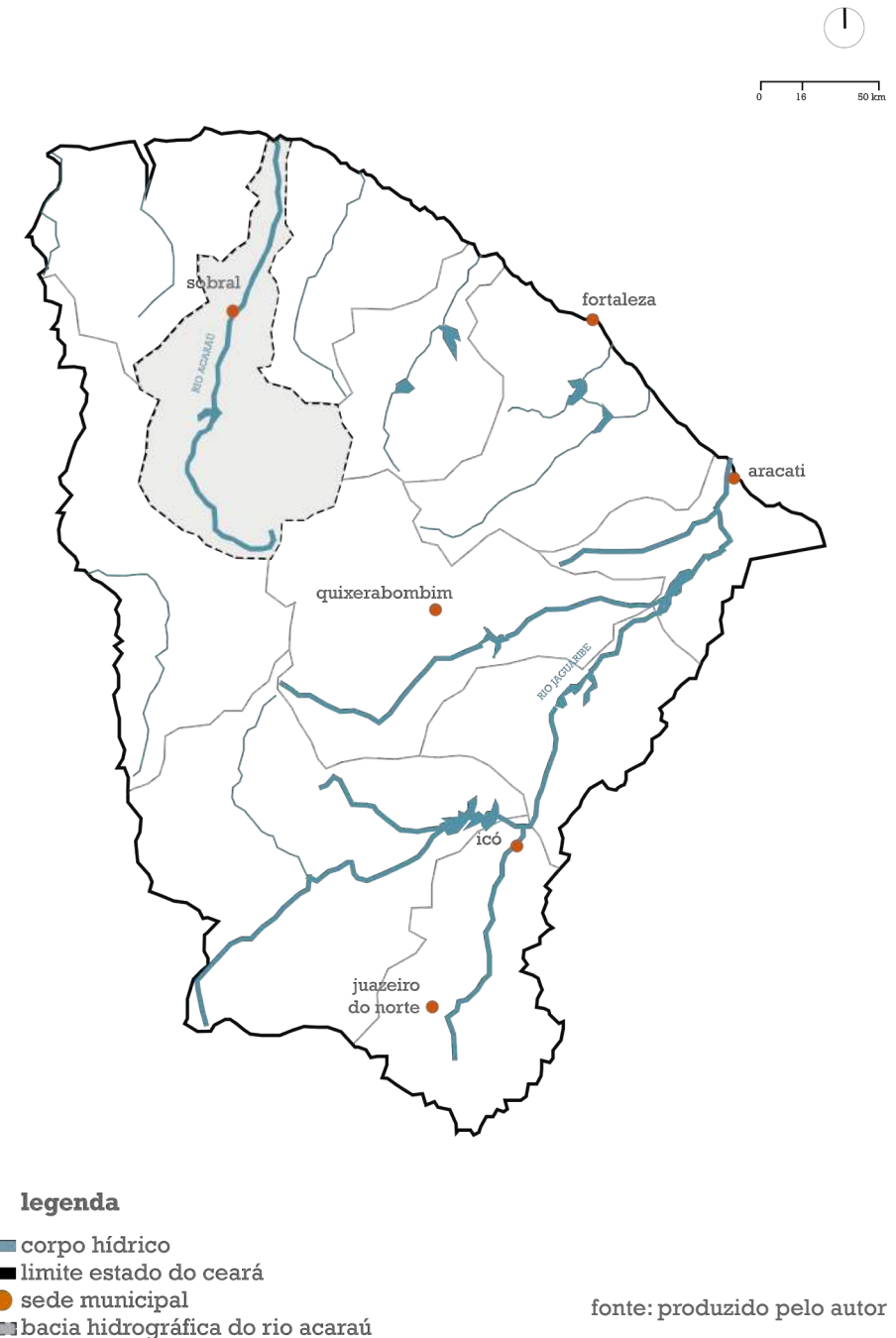
a ribeira do acaraú_

A bacia hidrográfica do rio Acaraú localiza-se na região centro-norte, e ocupa cerca de 20% do território cearense. Em termos hidrológicos, a região tem uma área drenada total de 14.427 km², com 315 km de extensão no sentido Sul-Norte. Destacam-se como principais afluentes os rios Groaíras e Jucurutu, pela margem direita; e o Jaibaras, pela margem esquerda. Nessa bacia foram construídos inúmeros açudes os quais desempenham importante papel na irrigação e abastecimento da população residente, dentre eles: Jaibaras, Forquilha, Araras Norte, entre outros (IPECE, 2002).

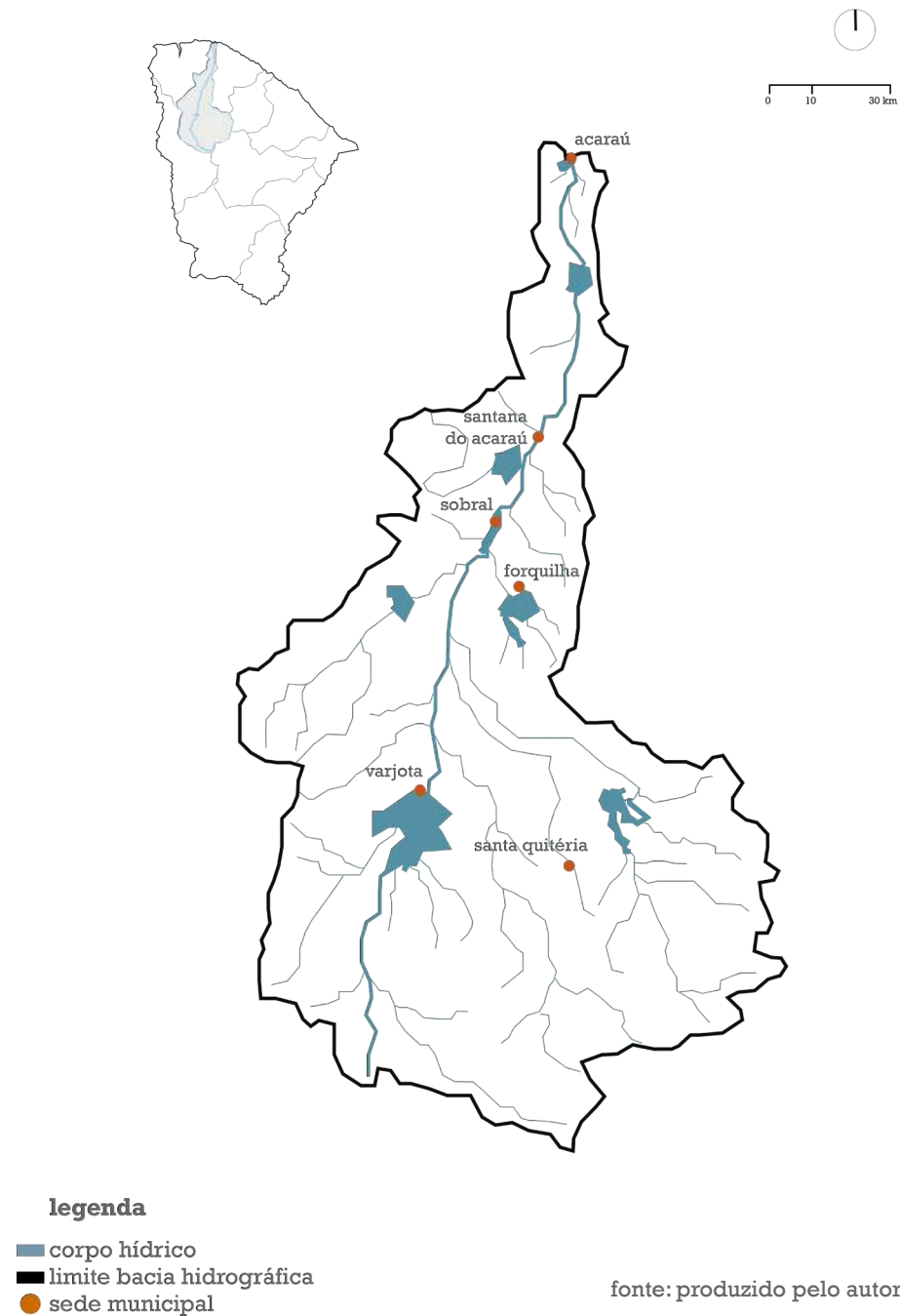
A pecuária, desde o início de sua implantação, praticada no interior do Ceará de forma extensiva e com baixa rentabilidade, esteve à serviço da atividade açucareira do litoral. Com isso, os principais assentamentos urbanos, já institucionalizados por Carta Régia, localizavam-se em pontos estratégicos para a produção e circulação das boiadas. Eles se encontravam nos cruzamentos das estradas de boiadas e na foz dos principais rios da Capitania: os rios Jaguaribe, Acaraú e Coreaú” (JUCÁ NETO, 2009).

As rotas das boiadas estavam localizadas predominantemente entre a ribeira do Jaguaribe, interligando com o Rio São Francisco a estrada de Quixeramobim, Boa viagem, Sobral e Piauí, bem como Camocim e Acaraú. Com isso, os povoados que compreendiam o percurso do gado, posteriormente se tornaram pontos referenciais para a produção das carnes de charque – técnica que utilizava o corte e a salga da carne, com objetivo de aumentar sua durabilidade – no fim do século XVIII, e por todo o século XIX.

CEARÁ E A BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO ACARAÚ



BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO ACARAÚ E SUA REDE URBANA



As charqueadas organizavam-se da seguinte maneira: o gado era abatido, sua carne salgada, e cortada para alimentar o mercado consumidor do litoral, já o couro era utilizado na produção de sola, vaquetas e peiças. Girão (1995) enfatiza que o comércio do couro alavancou o crescimento dos centros urbanos baseados na pecuária. As produções de charque tornaram-se um negócio tão vantajoso que contribuiu para a região Jaguaribana, e o baixo Acaraú – que contemplava as atuais cidades de Granja, Camocim e Sobral – complexificar suas atividades comerciais.

É necessário compreender que as oficinas de charque beneficiaram os grandes proprietários e criadores de gado, correspondendo à figuras representativas na esfera política e social. Paralelamente, a Igreja Católica também assumiu uma postura central na vida cotidiana do lugar, pelas figuras inicialmente dos jesuítas, e posteriormente dos padres paroquiais. As igrejas, símbolos máximos da dominação religiosa, apresentavam uma arquitetura singela com características pastoris. Essas construções, em sua maioria, mixam elementos sóbrios, dado a escassez de materiais e conhecimento técnico, aliado à ideologia de mundo Barroca europeia, típica do período colonial.

Ao norte do Estado, a Ribeira do Acaraú assumiu no século XVIII um papel estratégico na liderança da rede urbana regional. Segundo Chaves (2016), os carros de boi, carregados de carne, couro e sola, partiam de Sobral até o porto de Acaraú. O intuito era abarcar nos principais portos da colônia, entre eles o de Pernambuco. Quando voltavam, os comerciantes traziam mercadorias como pratarias, porcelanas, cristais, móveis e materiais de construção. Essas atividades contribuíram para a Vila de Sobral carregar o título de Princesa da Região Norte. Dessa forma, imersa dentro do contexto da “cultura do couro”, Sobral desenvolve-se, e molda a base de suas principais estruturas socioeconômicas, entre os séculos XVIII e XIX.

Os ciclos da seca, já registrados com as primeiras expedições ao Ceará, são importantes marcos transformadores das dinâmicas da paisagem e do território. Dessa forma, entre 1790 a 1793, o sertão registrou uma grave seca que, segundo Jucá Neto (2012), desestabilizou a economia pecuarista na Capitania. A partir do século

XIX, com as sucessivas secas, somado a concorrência com o charque do Sul do Brasil, e a mudança das demandas do mercado europeu, a economia pecuarista no Ceará recebe um caráter secundário. Desse modo, o algodão “[...] ganhou preferência europeia, como matéria prima têxtil, com o advento da Revolução Industrial, o algodão rompe o exclusivismo pastoril no Ceará [...]” (CHAVES 2016 apud. GIRÃO, 1995).

“O investimento na produção algodoeira não prejudicou a atividade extensiva da pecuária, pelo contrário, a existência das duas atividades possibilitou ainda mais a permanência no sertão, sendo favorável principalmente para os fazendeiros que estabeleceram parcerias no cultivo desse produto” (CHAVES, 2016).

Segundo Chaves (2016), o cultivo do algodão no território cearense ocorria desde o período colonial, através dos povos indígenas. Esses grupos já praticavam o plantio, intensificando-se no século XIX, período em que o produto passaria a ter valor no mercado externo.

O plantio e cultivo do algodão disseminou-se no vale do baixo e médio Jaguaribe e no Vale do Acaraú (CHAVES, 2016). No período imperial, o Ceará se tornou referência na cotonicultura. Durante o crescimento dessa atividade, a cidade de Fortaleza, segundo Chaves (2016), teria destaque pelo fato da exportação seguir diretamente de seu porto. A partir disso, o litoral intensificou seu povoamento, em contraponto ao processo de ocupação no período colonial, onde a concentração de riquezas ocorreu inicialmente no sertão, valorizando as vilas interioranas durante o período das charqueadas (CHAVES, 2016).

Por meio da atividade algodoeira, a presença negra se aguçou no Ceará, sendo utilizada sua mão-de-obra de forma intensiva, como nas demais províncias do Império. Não deve-se ignorar a presença fundamental desse grupo étnico na construção identitária do Ceará, visto que pode haver no imaginário popular a cruel ideia de “escassa presença negra na cultura cearense porque a escravidão

foi pouco expressiva.” Segundo Chaves (2016), a população negra estava presente de forma ativa na construção da história cearense. Legitimar a ideia de que o negro estava sempre sujeito à escravidão, invisibiliza e diminui sua participação na construção histórica do Brasil. É importante pensar que esses negros também faziam suas reivindicações e possuíam seus costumes (CHAVES, 2016).

No campo religioso, eram organizadas festas aos santos, geralmente feitas no período natalino, com intuito de ligar homens e mulheres às divindades. Funes (2007) destaca que no Ceará a Irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos possuía maior representatividade nas cidades de Quixeramobim, Aracati, Tauá, Fortaleza e Sobral. Chaves (2016) explicita que nessas festas aconteciam missas, novenas, leilões, e cortejos. Esses espetáculos eram pontuados pela miscigenação de matrizes religiosas tanto africanas quanto européias. “As cerimônias representavam um momento não apenas de festividade, mas de reafirmação dos costumes religiosos africanos de renovação e transgressão da vida cotidiana” (CHAVES, 2016).

sobral: | re | descobriram o rio ? _

Atualmente, a cidade de Sobral, distante 238 km de Fortaleza, é a sede administrativa do município de Sobral. Em divisão territorial datada de 1993, o município é constituído de 11 distritos: Sobral, Aracatiaçu, Bonfim, Caioca, Caracará, Jaibaras, Jordão, Rafael Arruda, Patriarca, São José do Torto e Taperuaba (IBGE, 2017). O município além de contar com uma população próxima de 200.000 habitantes – conforme estimativas do IBGE em 2017 – ainda constitui-se como principal aglomerado urbano da região Norte, e uma das mais importantes cidades do Ceará.

O vale do Acaraú, onde hoje localiza-se Sobral, foi inicialmente ocupado por povos indígenas nativos, sobretudo tribos de origens Tapuias. Isso ocorreu graças à fertilidade da terra para produção de alguns insumos agrícolas. A partir da dominação européia sobre território indígena – resultando em escravização, genocí-

dio e etnocídio de diversas tribos – garantida pela catequização e mercantilização de terras, alguns núcleos urbanos asseguraram o povoamento português na ribeira. Isso ocorreu baseado no labor agrícola, por meio do desenvolvimento de fazendas pecuaristas e algodozeiras, ao longo dos séculos XVIII a XX.

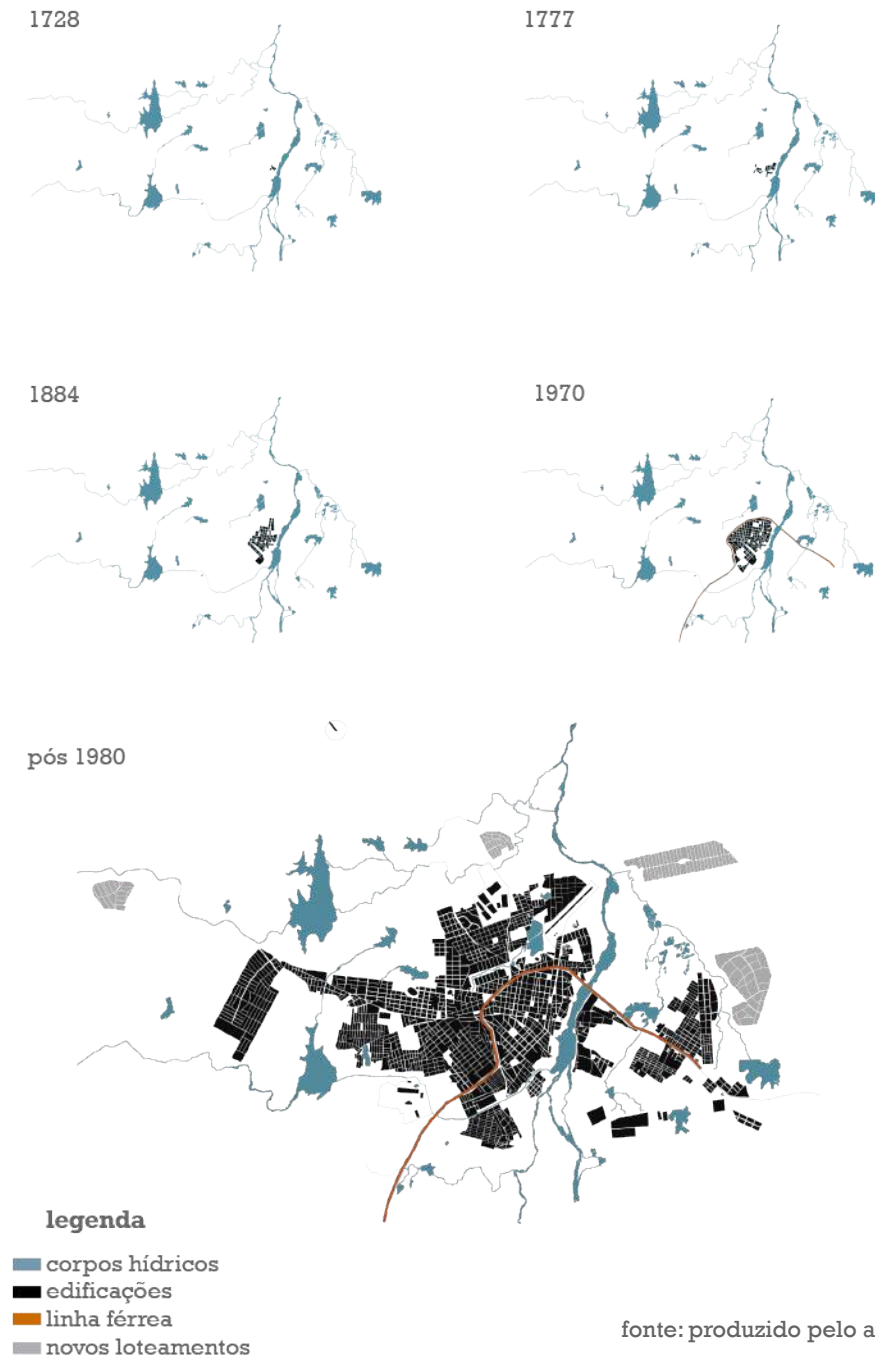
Como afirma Rocha (2017), em Sobral a espontaneidade do desenho antecedeu o ordenamento sistemático da malha urbana, percebido de modo intensivo a partir do século XIX. O papel da elite comercial e eclesiástica local, marcada por sua presença nos campos da medicina e educação, foi motor chave para o desenvolvimento da cidade até meados do século XX. Membros do clero e da burguesia sempre estiveram presentes na composição da Câmara Municipal, participando de forma ativa nas decisões de planejamento e gestão da cidade. Já nas primeiras ações sobre o território, a Igreja e a burguesia – inicialmente agrária e posteriormente comercial – fundaram os principais povoamentos que deram origem à cidade. Duarte Júnior (2012) afirma que Sobral nasce em torno de 1728, a partir da instalação de uma grande propriedade agrícola na margem esquerda do Acaraú, conhecida como Fazenda Caiçara, nas proximidades da Catedral da Sé.

“Com a criação do Curato da Ribeira do Acaraú, a 28 de março de 1772, afirma-se como seu primeiro núcleo de povoamento a área hoje situada em torno da Igreja Matriz de Nossa Senhora da Conceição, popularmente conhecida pelos sobralenses como a Sé Catedral” (DUARTE, 2012).

Poucos anos após, constrói-se a Igreja de Nossa Senhora do Rosário dos Pretinhos, constituindo-se como o segundo núcleo urbano originário da cidade. Duarte (2012) aponta que esses dois núcleos expandem-se e, por volta de 1795, conectam-se, a partir de algumas vias estruturantes – dentre elas a Cel. Sabóia e Cel. José Silvestre –, dos largos, e mercados públicos – atual Praça da Coluna da Hora. Esse é, precisamente, o início do arranjo urbanístico do atual centro de Sobral (DUARTE JÚNIOR, 2012).

Nesse sentido, como afirma Rocha (2017), a historiografia sobralen-

PROCESSO HISTÓRICO DE OCUPAÇÃO DA CIDADE DE SOBRAL



fonte: produzido pelo autor

se, até o início do século XX, não possuía nenhuma produção sistemática de relevância, dada a dificuldade de coleta de dados primários. Entretanto, a obra de Dom José Tupinambá da Frota, *História de Sobral*, publicada pela primeira vez em 1953, marcou o início das investigações historiográficas locais (ROCHA, 2017).

“O autor (D. José) trata sobejamente do papel da Igreja na Cidade, descrevendo em detalhes a construção e posteriores reformas dos templos de sua diocese. Dom José transcreve integralmente vários documentos dos séculos XVIII e XIX, muitos deles já desaparecidos. Graças a ele, temos raras informações dos livros de foros dos patrimônios das irmandades, sobre o qual se estabeleceu a Cidade” (ROCHA, 2017).

Dando continuidade aos trabalhos de Dom José, o Padre Francisco Sadoc de Araújo ilustra conhecimentos acerca da construção cultural da sociedade sobralense, ainda sob uma perspectiva da elite. Em contraponto a visão dos da classe dominante, torna-se essencial destacar a presença de matrizes religiosas africanas na composição da paisagem local no século XIX. Em *História da cultura Sobralense*, de 1978, Padre Sadoc conta brevemente sobre Manuel de Sousa Leal, negro alforriado originário da Costa de Mina – atual Golfo da Guiné – o qual herdou grande quantidade de bens. Tal personagem contribuiu decisivamente na manutenção e aquisição de patrimônios vizinhos à Capela de Nossa Senhora do Rosário, uma das paróquias mais antigas da cidade. No período da festa em homenagem à santa, as ruas eram ocupadas por comemorações da Coroação dos Reis do Congo, nome dado aos festejos. Os espetáculos foram registrados pela última vez em janeiro de 1889. Mesmo após a abolição da escravatura, os negros continuaram a tradição do Reisado Africano por mais algum tempo. Até hoje, a igreja ainda é conhecida como Igreja de Nossa Senhora do Rosário dos Pretinhos, por sua relação histórica com negros escravizados.

Concomitantemente às manifestações das massas invisibilizadas, a partir da consolidação e elevação do status de cidade, Sobral, por todo o século XIX e XX, presenciou a transferência da he-

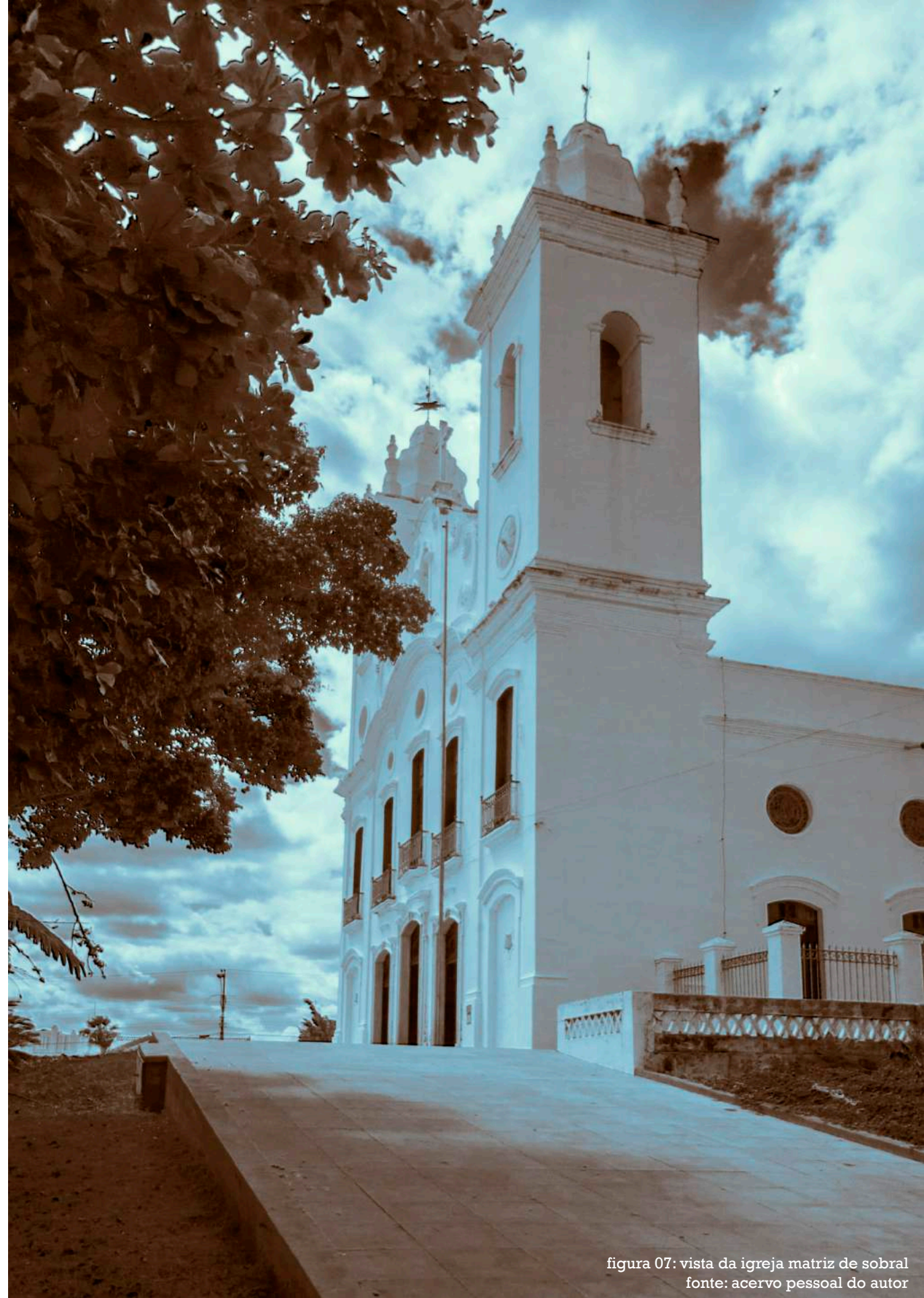


figura 07: vista da igreja matriz de sobral
fonte: acervo pessoal do autor

gemonia do poder clerical no ordenamento da cidade para o poder civil. O discurso higienista, encabeçado por médicos ocupando cadeiras na Câmara, influenciou diretamente na produção do SEL urbano. Na visão de Rocha (2017), a Câmara Municipal passou progressivamente a protagonizar o desenho da cidade.

“Os médicos, por sua vez, estavam ligados ao Estado, através de contratos municipais e provinciais e do estabelecimento de relações familiares. Muitas das vezes as funções de médico e político se reforçavam mutuamente. Os casamentos constituíam-se em alianças políticas e os sobrenomes identificavam-se com os partidos” (ROCHA, 2017).

As principais intervenções higienistas na cidade – tendo como prerrogativa a eliminação de epidemias que assolavam a região – foram pontuadas sobretudo pela brutal dominação dessa burguesia dominante, por meio da edificação de dois cemitérios, alinhamento das edificações pelas principais vias, e “aformoseamento da cidade”, incluindo a construção de praças e largos públicos (ROCHA, 2017). O período imperial ainda é caracterizado por uma forte intervenção estatal na produção do espaço público. Contudo, apesar da dificuldade de acesso à conteúdos historiográficos da época, é importante ressaltar as manifestações mútuas de intervenção dos demais agentes, historicamente marginalizados, tais como grupos praticantes de religiões de matrizes africanas, operários, e trabalhadores negrxs precarizadxs pela atuação em atividades insalubres.

A partir da década de 1980, com a instalação de parques industriais de porte expressivo, principalmente relacionados à fabricação de calçados e materiais para construção civil, consolidou-se a formação de nova uma classe operária urbana. Surgiram, com isso, os primeiros conjuntos habitacionais monofuncionais da cidade, como o COHAB I e COHAB II, no atual bairro Sinhá Sabóia. Aliado a isso, houve um intenso crescimento urbano, além dos principais “muros” da cidade formal: a linha férrea, e o rio Acaraú. Nesse sentido, consolidam-se as novas periferias sobralenses, marcadas por intensas desigualdades sócio-espaciais. Os conflitos são potencialmente tensionados entre os territórios de uma nova burguesia

comercial emergente e da massa heterogênea de proletários dependentes das condições precarizadas de trabalho oferecidas pelo indústria e setor terciário, sendo este majoritariamente estabelecido na região central da cidade.

Com isso, os fatos citados anteriormente apenas balizam a complexidade e o dinamismo da composição socioeconômica, também testemunhada pelos SEL públicos da cidade. Boa parte dos festejos religiosos; compra e venda de produtos; intervenções governamentais; aliado à inúmeras atividades de lazer, circulação e afeto baseadas na vida cotidiana da população manifestavam-se nas praças, largos, calçadas e mercados públicos de Sobral. Assim, vislumbra-se a importância dada ao SEL, desde as primeiras conformações urbanas no território até a atualidade. Seu papel é central na articulação das vivências cotidianas públicas, da paisagem, e da formação identitária do lugar.

E o rio? Sem dúvidas, o rio Acaraú, constituindo-se como espinha dorsal desse sistema, é um dos principais elementos naturais conformadores da paisagem, juntamente com a Serra da Meruoca (DUARTE JÚNIOR, 2012). Dialeticamente, sua invisibilização pela cidade formal - entendida enquanto espaço onde concentra boa parte dos investimentos urbanos públicos e privados - é demasiada. Isso é perceptível logo no início da pesquisa, havendo carência de fontes historiográficas precisas acerca de relatos que ilustram a relação cotidiana dos agentes conformadores da paisagem sobralense, sobretudo os de classes subalternizadas. Duarte Júnior (2012) aponta para uma condição de Sobral existir “dando de costas para o rio”, onde é expresso pelo autor como característica típica dos núcleos urbanos mais antigos no Ceará.

Paralelamente, em escala nacional, o manejo dos recursos hídricos naturais – via de regra marginalizados – e o planejamento desses espaços atendem às demandas da classe social dominante. O Rio Acaraú, seus riachos, e áreas de várzea constituíam-se até pouco tempo como as principais fontes de coleta para consumo de água da população e simultaneamente de despejo de resíduos decorrentes de suas atividades. Por ser uma área invisível, até o início do século XX, as duas margens do Acaraú abrigavam inúmeras famílias margi-



figura 08: vista da igreja nossa senhora dos pretinhos
fonte: acervo pessoal do autor

nalizadas da dinâmica imobiliária formal. Nesse sentido, à montante do Acaraú, Rocha (2017) evidencia que ainda no final do século XIX havia diversos focos de ações poluidoras, tais como olarias, abatedouros de gado, depósitos de lixo, paióis, etc. Paradoxalmente, as principais fontes de coleta de água para consumo localizavam-se à jusante, portanto estando susceptíveis à contaminação.

“Observando a faixa de rio reservada para captação de água para consumo, verificamos que existiam atividades insalubres associadas ao abastecimento de água a montante da Cidade, porém a sotavento da mesma. [...] supomos que quando os camaristas necessitavam definir locais para atividades insalubres, tais como salgadeiras, cemitérios, muxinga e o paiol, depararam-se com um paradoxo. Os ventos dominantes sopram de leste para oeste e as águas do Acaraú seguem ao contrário deste sentido” (ROCHA, 2017).

Complementarmente, na ótica de Tucci (2017), em países capitalistas periféricos como no Brasil, ainda é perceptível no século XXI medidas higienistas e pré-higienistas adotadas pelos principais gestores e planejadores do espaço urbano, onde não há um tratamento massivo do esgoto produzido, aliado à implementação de tecnologias voltadas para a recuperação e conservação dos ecossistemas ribeirinhos.

“Nos países em desenvolvimento, as cidades variam de estágio. Inicialmente, quando a população é pequena, o abastecimento é realizado a partir de poços ou de um corpo d’água próximo, e o esgoto é despejado na drenagem (quando existe) ou evolui para poços negros ou fossas sépticas. Existe o risco de a água de abastecimento ser contaminada pelo próprio esgoto. [...] Esse estágio é anterior ao higienismo, o que provoca a proliferação de doenças transmitidas pela água. Nesse estágio pré-higienista, doenças como diarreia são a principal causa de mortalidade infantil” (TUCCI, 2017).

Nesse sentido, a partir de 1960, os centros históricos urbanos brasileiros sofrem um processo de esvaziamento das elites, as quais se direcionam para outras partes da cidade. Em Sobral, os bairros Campo dos Velhos e Derby Clube intensificam seu uso habitacional pelas classes dominantes, sofrendo atualmente um intenso processo de valorização imobiliária. Nessa perspectiva, Villaça (2001) indica que os grandes centros das cidades brasileiras foram abandonados pelas camadas de alta renda, abrindo espaço para a ocupação de comércios e serviços destinados ao atendimento das camadas populares (VILLAÇA, 2001). No caso sobralense, percebe-se ainda uma hibridização de serviços no centro histórico destinados tanto à burguesia local, quanto às classes subalternizadas.

A partir de 1990, com a alavancada de uma nova classe média – composta por indivíduos com nível educacional alto e de trabalho qualificado – aliado à ascensão do “novo proletariado terciário” – composto por trabalhadores de baixa qualificação e remuneração – Angelo Serpa (2007) aponta para a implantação de grandes áreas livres públicas – parques, calçadas, orlas, etc. – como forte instrumento de controle social, valorização imobiliária e |re|novação urbana.

“No mundo ocidental, o lazer e o consumo das novas classes médias são os ‘motores’ de complexas transformações urbanas, modificando áreas industriais, residenciais e comerciais decadentes, recuperando e ‘integrando’ waterfronts, desenvolvendo novas atividades de comércio e de lazer festivo” (SERPA, 2007).

Nesse contexto, no início do século XXI, a |re|descoberta pela elite e posterior urbanização da Margem Esquerda do rio Acaraú, inaugurada em 2004 – juntamente com a |re|qualificação da Boulevard do Arco de Nossa Senhora de Fátima e do Parque da Cidade – esteve em linha com uma série de ações de cunho empresariais concretizadas pela administração pública de Sobral a partir dos anos 2000. Isso ocorreu no tecido urbano formal e informal da cidade visando, sobretudo, à valorização do patrimônio arquitetônico, e a consolidação da cidade como principal pólo cultural, simbó-



figura 09: vista da rua dom expedito para a comunidade dos gaviões
fonte: acervo pessoal do autor

lico, administrativo, e econômico da zona Norte do Ceará.

...

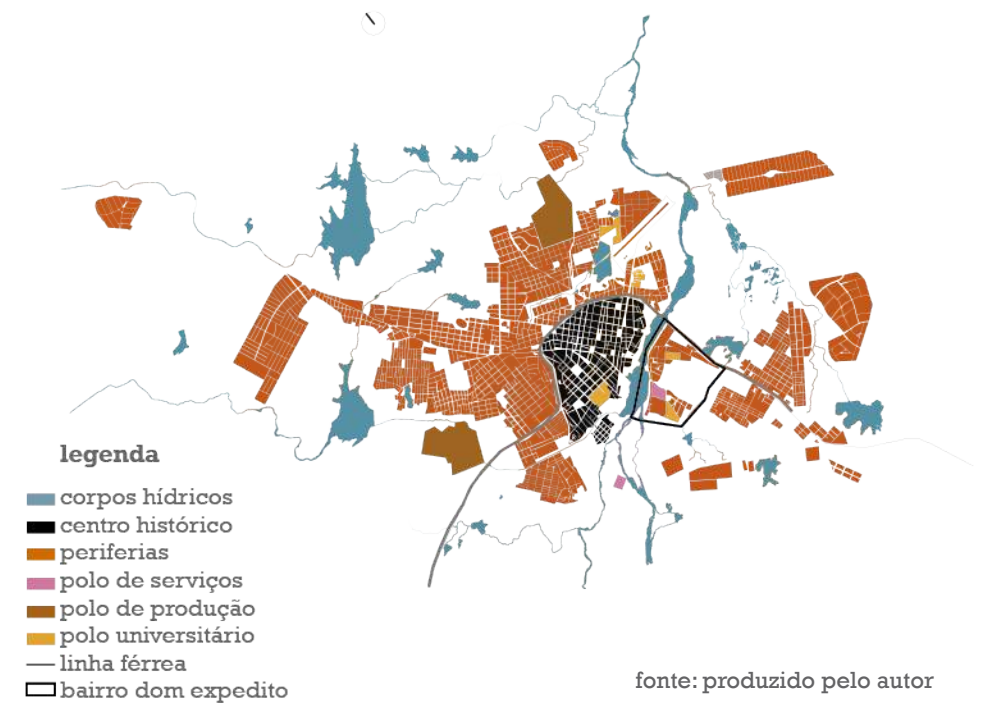
Todavia, como já foi exposto, o rio Acaraú esteve presente na paisagem de Sobral desde suas conformações iniciais. A |re|tomada e |re|descoberta de suas margens caracteriza simbólica, política e economicamente os principais interesses da classe dominante para os espaços livres públicos da cidade. A pretensa urbanização de uma margem, culminou, em 2012, no rebatimento caricatural da ação na sua vizinha, a Margem Direita. Contudo, seus territórios, lugares, e relações sociais acontecem pujantes, por vezes mascaradas pela sobriedade imposta.

Como afirma Ferreira (2013), olhar tais obras somente dos pontos de vista histórico, arquitetônico e paisagístico, no entanto, dificulta perceber as reais dinâmicas que constroem o lugar, sendo este socialmente praticado e vivido no presente coletivo (FERREIRA, 2013). Ferrara (1999) apontava para esse sentido, afirmando que as experiências comunitárias da periferia são exterminadas ao privatizar as aspirações coletivas (FERRARA, 1999).

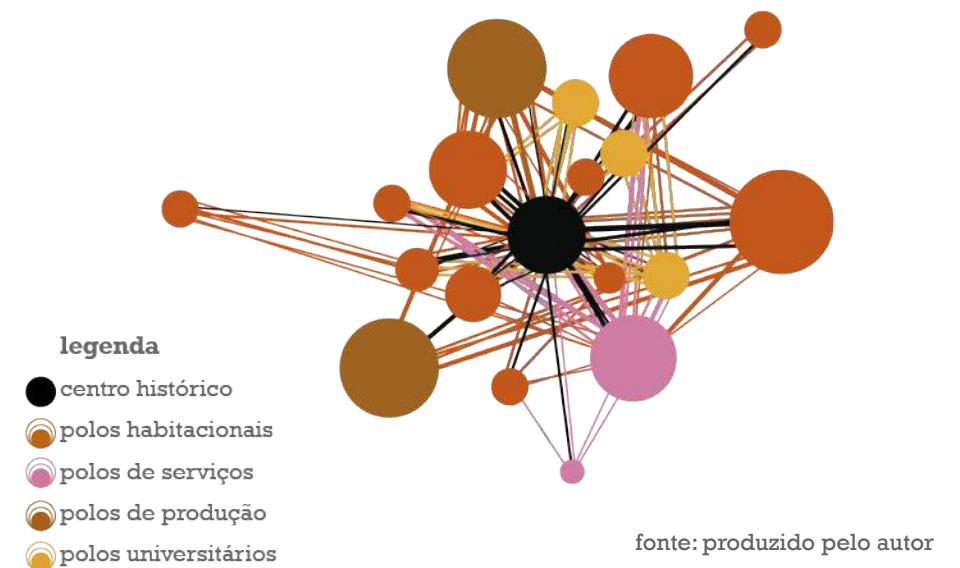


figura 10: trecho da requalificação da margem direita
fonte: acervo pessoal do autor

RELAÇÃO CENTRO x PERIFERIAS

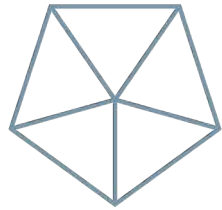


CAMPOS DE FORÇAS ATUANTES



**4 | re | existências presentes:
a margem direita**

A partir da discussão teórica sobre paisagem, lugar, território, cidadania, e Sistema de Espaços Livres (SEL), proposta no capítulo 2; aliada às investigações acerca dos principais agentes responsáveis pela produção da paisagem do Sertão Cearense e da Ribeira do Acaraú no espaço-tempo, realizada no capítulo 3; pretende-se, com este capítulo, aprofundar a caracterização da Margem Direita, apresentando, sob algumas dimensões de análise, seu cenário atual, tendo em vista as dinâmicas e vivências de seus moradores.



Baseado no objeto-concreto posto no mundo real, realiza-se uma contextualização das principais forças ambientais, econômicas e sociais atuantes nos territórios da Margem Direita. Em seguida, apresenta-se uma análise dos territórios |re|existentes, restringindo-se a cinco diferentes dimensões: ambiental, socioeconômica, morfológica, cultural e normativa. Dessa maneira, a partir da observação de diversas problemáticas encontradas no objeto-concreto, aliado às discussões feitas com moradores locais é possível elaborar um plano de ações transformadoras para a paisagem da Margem Direita, possibilitando

novos rearranjos entre os cidadãos e o meio físico. A partir disso, pretende-se construir um objeto-modelo propositivo, focando na apresentação de paisagens contra-hegemônicas, ou seja, visões de futuro representadas por cenários possíveis para o lugar.

...

contextualizando o lugar_

A Margem Direita de Sobral está localizada administrativamente no bairro Dom Expedito, este possuindo uma população próxima de 2.900 habitantes. Até os anos de 1990, o bairro, assim como a maioria das periferias sobralenses, caracterizava-se por monofuncionalidade de uso e ocupação do solo; baixa capilaridade de transporte público; aliado à escassez de equipamentos de saúde, lazer e educação.

Como descrito nos capítulos anteriores, a cidade formal desenvolveu-se “de costas” para o rio Acaraú, sendo suas margens, até pouco tempo, não atrativas às classes dominantes. Nesse sentido, o processo de ocupação das margens esquerda e direita ocorreu de forma lenta e contínua, guardando grandes similaridades entre si, sobretudo quanto à íntima ligação dos moradores com o rio | I |; à morfologia das edificações e espaços livres | II |; e à caracterização socioeconômica de seus habitantes | III |.

A Margem Direita, por assumir uma posição de proximidade entre o centro da cidade e áreas industriais, absorveu uma grande quantidade de trabalhadora, em geral pouco especializadas e de baixa remuneração salarial. Com isso, criam-se complexas relações entre as duas margens, emergindo figuras que até hoje desempenham atividades cruciais para a conformação da paisagem e o senso identitário do lugar, como as lavadeiras e os canoeiros.

Entretanto, essa situação muda drasticamente após a década de 1990, com a “monumentalização” da cidade de Sobral, especialmente sob a administração de Cid Ferreira Gomes, prefeito por dois mandatos, entre os anos de 1997 e 2004. Segundo Ferreira (2013), Cid Gomes, assumindo o discurso da modernização e dinamização, instrumentaliza uma série de ações físicas e administrativas na cidade, cruciais para sua atual consolidação como pólo simbólico-econômico da Zona Norte do Estado.

“[...]Sobral foi o primeiro município do Ceará a ser tombado pelo IPHAN como principal estratégia de

Cid Ferreira Gomes na intenção de modernizar o espaço urbano do município, operacionalizando forças para que o passado triunfante da urbe fosse glorificado e cristalizado sob o signo de Patrimônio Histórico Nacional. A monumentalização se integra ao conjunto de ações que formam a “Sobral no Rumo Certo”, e abre as portas para a requalificação de espaços no entorno da área tombada e fora dela, inserindo a cidade em um novo perfil de competitividade e desenvolvimento” (FERREIRA, 2013).

Ainda segundo Ferreira (2013), no governo Cid Gomes, as principais ações com o discurso modernizador realizadas nos espaços públicos foram:

- I | Fortalecimento da política cultural, desencadeando no processo de tombamento pelo IPHAN do sítio Histórico da cidade de Sobral;
- II | Requalificação do Beco do Cotovelo;
- III | Requalificação do Arco de Nossa Senhora de Fátima;
- IV | Urbanização da Margem Esquerda do Rio Acaraú;
- V | Construção da Ponte Othon de Alencar;
- VI | Construção do Parque da Cidade

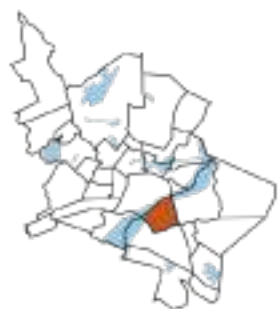
As transformações na gestão e produção dos espaços livres públicos de Sobral passam a refletir uma reorganização do eixo político-econômico da cidade, assumindo um caráter eminentemente empresarial. Esse modelo empreendedor, em linha com as dinâmicas da “Era Jereissati” – período de influência de Tasso Jereissati na administração do governo do Estado do Ceará, a partir de 1987 –, desencadeou, na ótica de Ferreira (2013), o encarecimento do custo de vida local; a modificação do perfil de alguns bairros periféricos; aliado à intensificação da especulação imobiliária na cidade.

Nesse sentido, a Prefeitura de Sobral segue até os dias atuais o teor desenvolvimentista iniciado por Cid Gomes, ainda legitimado positivamente por algumas parcelas da sociedade local. A partir disso, o poder público municipal levanta o slogan de criar um “centro expandido” para justificar as atuais mudanças na dinâmica da

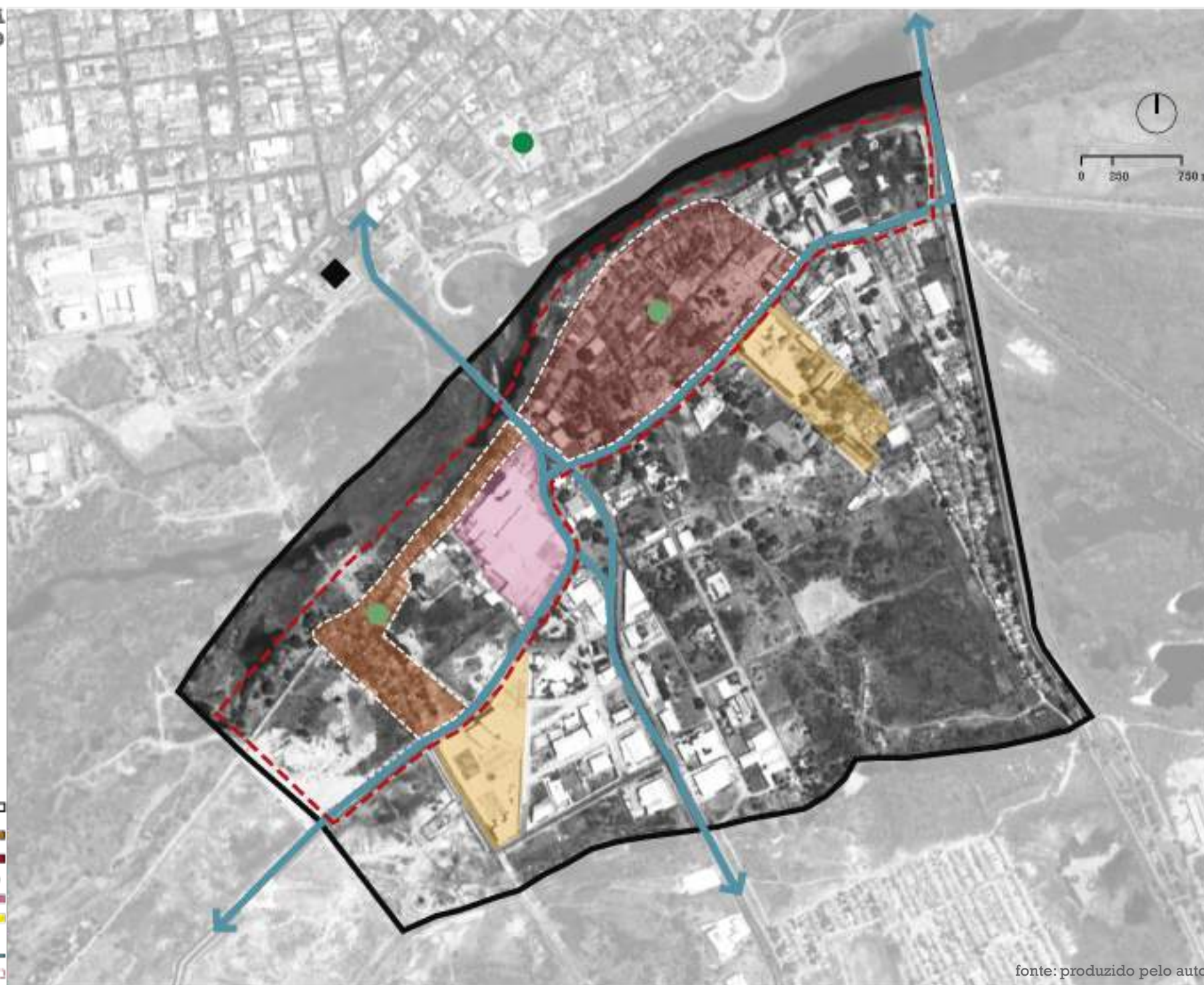


figura 11: vista do túnel ligando os territórios da comunidade dos gaviões e a beira do rio
fonte: acervo pessoal do autor

LOCALIZANDO A ÁREA DE ATUAÇÃO



divisão administrativa da cidade de sobral



fonte: produzido pelo autor

Margem Direita. Essa atitude é reforçada, sobretudo, por iniciativas privadas, como a instalação de grandes equipamentos comerciais, como o Sobral Shopping – atual North Shopping Sobral –, concessionárias de veículos, e postos de gasolina; somado à fixação de robustas estruturas para sedes das Universidades INTA e Luciano Feijão. Apenas em 2012, concluiu-se a urbanização de um trecho da Margem Direita, potencializando as tensões entre o diálogo das duas margens.

Tais ações, sistematicamente alinhadas aos interesses de burguesias locais, nacionais e internacionais, assinalam agudas mudanças na paisagem da Margem Direita. As práticas socioculturais e vivências dos moradores desaparecem na visão homogeneizadora das forças dominantes, sendo, portanto, crucial sua existência para o entendimento das reais dinâmicas da periferia. Isso é potencialmente dramatizado a partir da atual conjuntura político-econômica na esfera nacional brasileira, onde legitima-se nas periferias – composta majoritariamente por trabalhadoras e trabalhadores negrxs – a militarização da violência, praticada sobretudo pelas forças policiais; a intensa criminalização e repressão de articulações e movimentos de base popular; somado à extensa precarização do trabalho assalariado.

Portanto, a partir desse contexto, pretende-se analisar de maneira sistemática o intrincado quadro que se formula no lugar. Foca-se na exposição de fenômenos que interferem na constituição da atual paisagem da Margem Direita, valendo-se posteriormente para a formulação das plano de ações transformadoras. Para tal, apresentam-se análises de algumas dimensões da realidade, separadas apenas por uma questão metodológica, mas que relacionam-se intimamente entre si. São elas:

I | **Dimensão ambiental:** aborda, sob um enfoque biofísico, um conjunto de fatores que compõe o suporte natural, levando em consideração suas sucessivas adaptações às necessidades humanas;

II | **Dimensão socioeconômica:** caracterização da população através de aspectos demográficos, habitacionais, de uso e ocupação do solo;

III | **Dimensão morfológica:** referente a qualidade material e cognitiva dos principais elementos estruturantes da malha urbana, sobretudo a configuração das edificações e espaços livres;

IV | **Dimensão cultural:** aborda as principais relações de poder presentes no território, aliado às manifestações populares em espaços públicos, tanto coletivas quanto individuais.

V | **Dimensão normativa:** exposição de planos, zonas de uso e ocupação do solo, bem como instrumentos jurídico-legislativos incidentes na área em estudo.

dimensão ambiental_

O principal fator condicionante da dinâmica ambiental ao longo do rio Acaraú é o clima semiárido. Desse modo, as temperaturas médias elevadas, geralmente, situando-se entre 25°C e 29°C, resultam em índices de evapotranspiração superiores a 1.000 mm anuais. A pluviometria é variável espacialmente, situando-se em geral entre 500 mm e 1.000 mm anuais nas áreas periféricas e zonas mais úmidas da bacia hidrográfica e, varia de 500 mm a 700 mm entre áreas do sertão central, onde o período seco se estende por até nove meses (BEZERRA, 1997).

Atualmente, a ineficiente estrutura de serviços públicos destinados à captação de esgotamento sanitário, à coleta de lixo, e à drenagem representam os principais problemas decorrentes das ações antrópicas vivenciados na Margem Direita. A partir disso, torna-se comum despejos clandestinos de resíduos domésticos, industriais e até mesmo hospitalares no curso hídrico do rio Acaraú (CALIXTO et al., 2015). Esses eventos alteram a qualidade das águas – representada por um conjunto de características de natureza química, física e biológica –, modificando conseqüentemente a dinâmica do ecossistema urbano local. Os principais impactos percebidos são:

I | Presença de aguapés (*Echornia crassipes*) na superfície



figura 12: vista da orla da margem direita
a partir da margem esquerda
fonte: acervo pessoal do autor

do rio Acaraú, representando importantes bioindicadores de poluição aquática. Tais espécies funcionam como filtros de toxinas e microorganismos;

II|Diminuição ao longo do tempo de atividades recreativas e de contato direto dos moradores com o rio Acaraú, devido à interferências em indicadores de balneabilidade da água;

III|Assoreamento do leito do rio, devido a alta deposição de resíduos, acentuando os impactos negativos de enchentes nos períodos chuvosos mais intensos;

IV|Em áreas densamente ocupadas, percebe-se a desaparecimento da mata ciliar e sua fauna, potencializando a erosão dos solos e assoreamento do leito fluvial, acarretando em inundações periódicas nos períodos mais chuvosos.

Nesse sentido, é flagrante a ausência do poder municipal na prestação de alguns serviços básicos para manutenção da qualidade do ecossistema local. Na Comunidade dos Gaviões, território com ausência serviços públicos, localizado às margens do rio Acaraú, registra-se constantes inundações decorrentes das principais quadras chuvosas. Entretanto, ao contrário do senso comum, após entrevistas realizadas com alguns moradores a respeito dos principais problemas ambientais percebidos no lugar, aferiu-se uma postura política crítica frente aos problemas descritos anteriormente, sobretudo na percepção da falta de coleta periódica de lixo em terrenos baldios, ligado à ausência do poder público.

dimensão socioeconômica

O Bairro Dom Expedito conta com uma população fixa de 2.837 habitantes, segundo o censo IBGE 2010, sendo majoritariamente de idade entre 15 a 64 anos, do sexo feminino. Crianças de 0 a 4 anos e idosos acima de 65 anos somam uma população próxima a 400 habitantes. Entretanto, devido à carência de fontes estatísticas seguras que retratam o atual quadro socioeconômico da Margem Direita – como nível de escolaridade, renda média, atividades produtivas e raça – detive meus estudos às respostas e percepções de

alguns moradores entrevistados, aliado ao mapeamento dos equipamentos sociais presentes – como escolas, posto de saúde, edificações religiosas, etc. –, bem como o atual quadro de uso e ocupação do solo.

Com a instalação do North Shopping Sobral, as Universidades INTA e Faculdade Luciano Feijão, a população flutuante do bairro expandiu-se substancialmente. Dada a escala regional dos equipamentos citados, o perfil dessa população é bastante diversificado. Entretanto, percebe-se no cotidiano do lugar a presença de jovens estudantes – boa parte pertencente à uma elite local – vindos de outros bairros e até de cidades próximas. O problema imediato percebido, tanto por moradores da Margem Direita quanto por usuários, é o intenso congestionamento nos dois principais eixos de acessos do lugar, as pontes Othon de Alencar e Monsenhor Aloísio Pinto.

Recentemente, muitos usuários transitam entre seus locais de estudo e o shopping, na tentativa de usufruir de espaços de convivência e consumo. Entretanto, como afirma Montaner (2014), o shopping center visa degradar a qualidade do espaço livre público da praça, dos mercados, das ruas e pequenos comércios. “Quando o consegue, as conquistas sociais obtidas no espaço público voltam a se restringir sob as normas, a vigilância e a privatização” (MONTANER, 2014). Aliado ao esfacelamento da vida pública, em várias cidades os shopping centers dizimam pequenos comércios próximos, precarizando a mão-de-obra local, as quais submetem-se a lógica das grandes cadeias comerciais e franquias, mudando, como afirma Montaner (2014), o modelo de cultura vigente.

Tal situação, descrita por Josep Maria Montaner, é sustentada por diversos relatos da população residente. Questionando alguns moradores sobre seus principais locais de trabalho, percebe-se que além da Grendene e comércios varejistas no centro da cidade, muitos estão atualmente trabalhando em franquias comerciais no shopping, e ocupando postos de serviços gerais nas instituições de ensino citadas. Nesse sentido, o lugar é pouco suprido por mobiliário e equipamentos urbanos de permanência, pontos de ônibus, espaços recreativos, e de lazer comunitário.

No que tange às questões de gênero, a figura feminina ainda assume caráter central na estrutura do lar, ocupando, corriqueiramente, uma posição de chefia. As mulheres incubem diversas funções dentro da lógica familiar, tem que dividir seu tempo em trabalhos não domésticos, e posteriormente no trabalho doméstico, realizando jornadas duplas e, por vezes, triplas de trabalho. Isso é consequência da sobreposição de estruturas de opressão ainda vigentes na atualidade. Na visão de FARIA et al. (2018), em nossa realidade, isso significa estabelecer conexões entre o processo de colonização do Brasil e a formação do capitalismo patriarcal e racista que conforma a sociedade atual.

Nesse sentido, tais estruturas condicionam a frequente ausência da figura masculina e, conseqüentemente, paterna no cotidiano residencial. Nesse sentido, o principal meio de transporte da família, geralmente monopolizado pela figura masculina, intra e inter bairro é a motocicleta. Muitos desses homens, ao serem questionados sobre a utilização e vantagens de possíveis modais de transporte coletivo para a região, afirmam veementemente preferir o uso do transporte individual. Esse desejo e preferência pelo transporte individual privado, na visão de Ferrara (1999), funciona como signo de publicidade da posse e do poder, e até mesmo de masculinidade.

Dentro dessa dinâmica domiciliar, o bairro Dom Expedito, segundo o PLHIS Sobral, abriga, em termos relativos, uma das maiores taxas de residências em áreas de risco da cidade de Sobral (cerca de 50% dos domicílios totais do bairro). O bairro, predominantemente residencial, sofre atualmente com mudanças profundas no uso e parcelamento do solo. Nesse sentido, percebe-se situações de conflito a partir da (re)existência dos territórios presentes no lugar.

Ao sul, na Comunidade dos Gaviões, com maior precariedade habitacional do que ocupações ao norte, há uma invisibilização e pressão imobiliária por parte dos principais atores públicos e privados. Os Gaviões – auto titulação dada pelos moradores – enxergam-se atualmente murados. Isso ocorre ao norte-leste pelo rio Acaraú, e ao sul-oeste pelo shopping e grandes terrenos vazios – variando a posse entre proprietários públicos e privados. Contudo, a ausên-

cia do Estado, sobretudo no âmbito do fornecimento de elementos básicos promotores da qualidade tanto natural quanto construída da vida, é constantemente denunciada pelos moradores entrevistados, sendo estes majoritariamente com renda familiar entre um e dois salários mínimos.

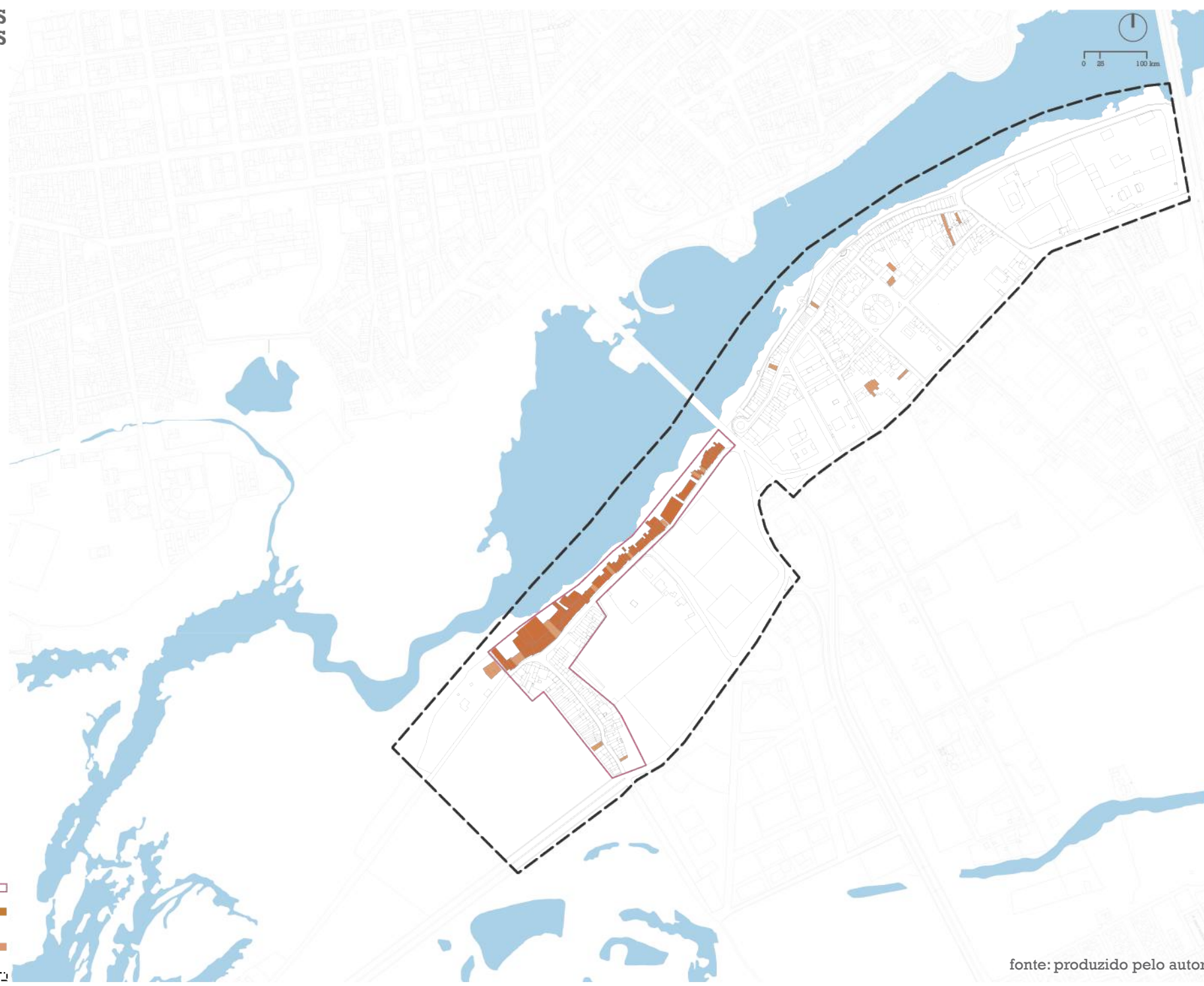
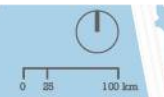


figura 13: trecho da rua espanha
no território “comunidade dos gaviões”
fonte: acervo pessoal do autor



figura 14: trecho da rua dom expedito
no território “beira do rio”
fonte: acervo pessoal do autor

COMUNIDADE DOS GAVIÕES

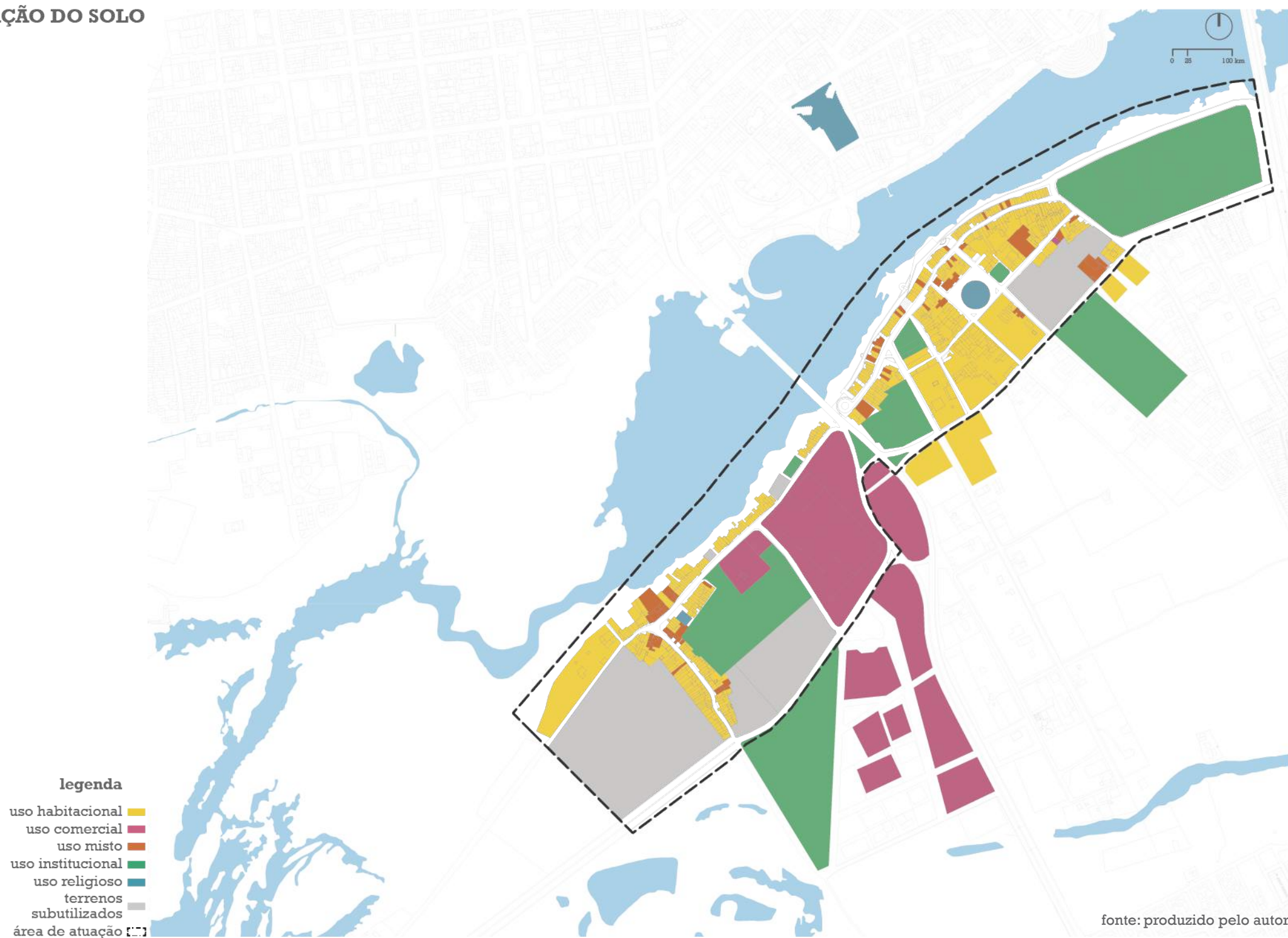


legenda

- zeis da comunidade dos gaviões
- casas em áreas ambientalmente frágeis
- casas em ruínas e/ou em condições estruturais precárias
- área de atuação

fonte: produzido pelo autor

USO E OCUPAÇÃO DO SOLO



dimensão morfológica_

As edificações da Margem Direita guardam íntimas semelhanças morfológicas com construções da margem vizinha. Marcadas por um processo lento e contínuo de autoconstrução, as edificações, em sua maioria com apenas um pavimento, possuem frente estreita e fundo de lote alongado. As edificações ocupam praticamente a completude do lote, não havendo recuo frontal e lateral. Os materiais construtivos empregados são de fácil acesso aos moradores, usualmente girando em torno dos subprodutos da indústria da cerâmica, onde sua aplicação in natura é principalmente observada na cobertura. Variando na forma de implantação, a cobertura-tipo das edificações da Margem Direita é composta por duas águas. É interessante perceber a lógica deste elemento construtivo no lugar, caracterizando-se, portanto, como signo de manifestações da vida privada e de status social.

Em casas de famílias com maior poder aquisitivo, geralmente proprietárias de pequenos comércios locais, a cobertura desaparece por uso da platibanda, a qual recebe algum tipo de coroamento ou tratamento decorativo na fachada. Corriqueiramente, casas com dois ou mais pavimentos – estas sendo minorias – ocupam o térreo com usos mais públicos, geralmente pequenas mercearias e lojas de vestuário, sendo reservado os andares superiores para a vida privada, funcionando como moradia para os proprietários. As demais casas expõem, com beirais modestos, sua cobertura. O desejo de negar práticas construtivas populares do passado, ainda praticadas no presente, simboliza expor a expansão da capacidade de consumo, publicizando a vida privada.

Em paralelo, o SEL da Margem Direita exprime relações complexas, onde seus subsistemas interagem dialeticamente entre si, muitas vezes não possuindo limites bem definidos. O subsistema dos espaços livres privados, constituídos, para esta análise, por jardins, quintais e terrenos livres de edificação, estão ligados predominantemente à esfera da vida privada. Nesses espaços, as famílias sentem-se livres para criar animais, preparar alimentos, estender e lavar roupas. Os quintais estão locados predominantemente nos fun-



figura 15: vista da rua lucimar
fonte: acervo pessoal do autor

dos do lote, próximos à cozinha e banheiro. Em alguns quarteirões da Margem Direita, a disposição dos quintais formam verdadeiros claustros. Esses bolsões de área verde no miolo do quarteirão exercem algumas funções vitais para a manutenção da qualidade ecossistêmica local, olhando sobretudo do ponto de vista infraestrutural – por servir como área de drenagem pluvial – e cultural, por ainda permitir práticas importantes do cotidiano da vida doméstica. Aliado à isso, encontram-se ainda nesse subsistema grandes terrenos privados não edificadas, onde boa parte deles ainda pertencem às tradicionais famílias abastadas da cidade, não cumprindo, em sua maioria, a função social da propriedade, imposta pelo Estatuto da Cidade.

No que diz respeito ao subsistema de espaços livres públicos, o rio Acaraú assume a posição de principal elemento conformador. Entretanto, o protagonismo das relações cotidianas dos moradores, ao contrário do senso comum, está nas calçadas. A Rua Dom Expedito, dialogando através do paralelismo eminente com seu elemento conformador principal – o rio Acaraú – torna-se ao mesmo tempo palco e ator dos principais eventos do dia-a-dia. Ao fim da tarde, por uma breve caminhada na rua em questão, flagra-se diversos focos de atividades comerciais – um casal de idosos entrando na mercearia próxima, coligado com o churrasqueiro/morador arrumando seu local de vendas para o público. Isso ocorre concomitantemente às andanças barulhentas de jovens em suas bicicletas, em contraste, por sua vez, ao silencioso grupo de moradores sentados em círculo na frente de uma casa, inquietos provavelmente com a presença de um corpo estranho no lugar. Por meio dessa breve descrição pode-se inferir as complexas teias de contato humano presentes no espaço-tempo da Margem Direita. As práticas cidadãs, conflituosas por excelência; o SEL; e, sobretudo, suas interações dialéticas são fundamentais para a tentativa de compreender o fenômeno da paisagem nessa parte do Sertão Cearense.

Entretanto, é preciso apresentar contra-movimentos que ocorrem simultaneamente aos fatos descritos. A ausência do Estado nesses territórios é suprida pela privatização e individualização de alguns trechos desses espaços públicos. A complexidade de apropriações é essencialmente contraditória. Torna-se evidente, portanto, a carência de espaços livres adequados ao lazer e entretenimen-

to comunitário. Serpa (2007) afirma que a privatização dos espaços livres de uso coletivo é, no entanto, um problema que atinge as cidades como um todo, sem distinção de classes. Aumenta-se a vigilância e o controle, ao mesmo tempo que a acessibilidade, devendo ser de caráter integral, é gravemente tolhida. Em alguns trechos, moradores avançam seus quintais para as calçadas no intuito de secar suas roupas. Em outros, cercam-se terrenos vazios para servir de estacionamento à alta demanda de automóveis utilizados por usuários do shopping e instituições de ensino.

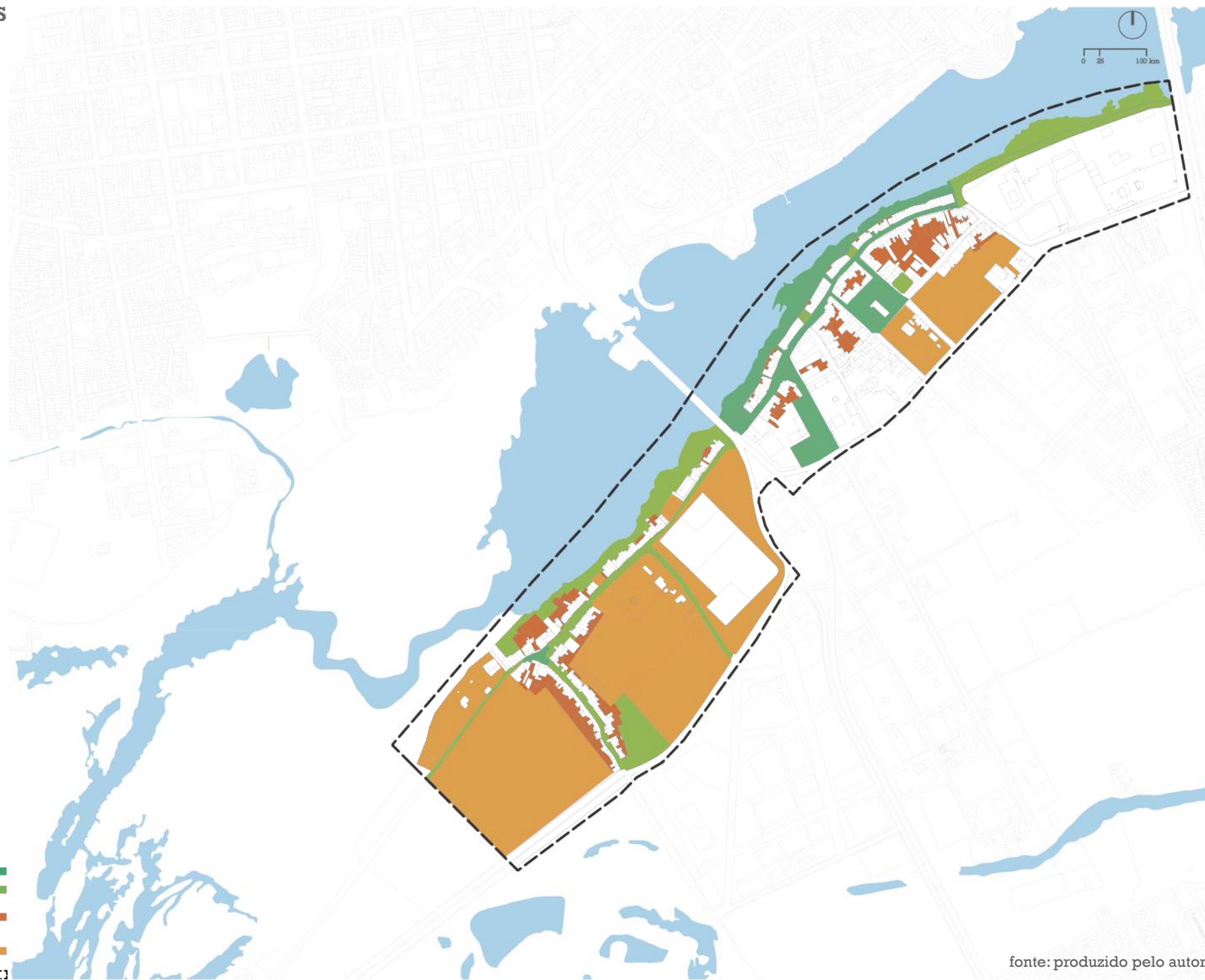
Conquanto, o quarteirão onde está locada a Igreja de São Pedro, principal edificação católica do lugar, carece da pujança percebida nas calçadas da Rua Dom Expedito. Porém, os moradores de certa forma não utilizam o lugar como suporte de suas práticas cotidianas, poupando seu uso pleno para manifestações festivas pontuais. Em 2012, após a requalificação realizada pela Prefeitura de um trecho da Margem Direita, diversos quintais foram suprimidos das residências adjacentes ao rio, dando lugar a uma série de equipamentos de lazer de uso comum – anfiteatro, playground, ciclofaixa, etc. – A paisagem foi evidentemente alterada, conformando, com isso, novas relações entre os moradores foram estabelecidas com a nova intervenção no lugar.



figura 16: vista da igreja de são pedro
fonte: acervo pessoal do autor

SISTEMA DE ESPAÇOS LIVRES

- legenda**
- espaços livres públicos ativos
 - espaços livres públicos degradados
 - espaços livres privados - jardins e quintais
 - espaços livres privados - estacionamentos e terrenos vazios
 - área de atuação



fonte: produzido pelo autor

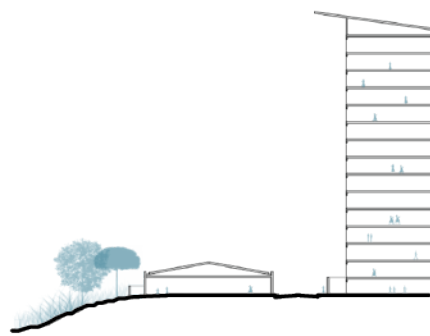
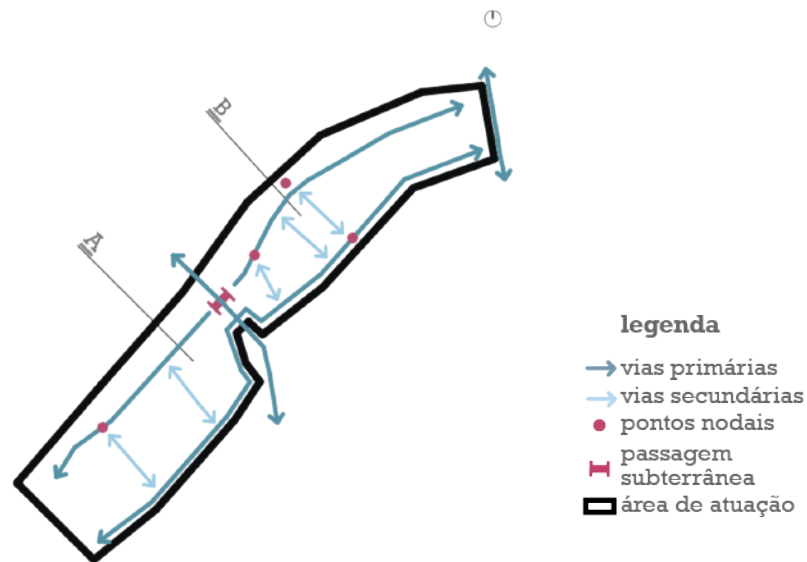
CHEIOS E VAZIOS



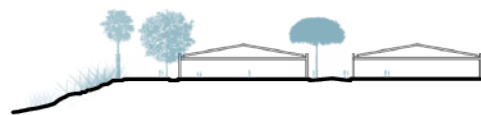
legenda
edificações ■
área de atuação [---]

fonte: produzido pelo autor

DIAGRAMA DE CONEXÕES E FLUXOS



corte A



corte B

fonte: produzido pelo autor

dimensão cultural

Para compreender esta dimensão é necessário primeiramente afirmar o caráter hierárquico, já apontado por Serpa (2007), da produção cultural de determinada localidade, “devendo-se reconhecer a existência de culturas dominantes e subdominantes ou ‘alternativas’, não apenas no sentido político, como também em termos de sexo, idade e etnicidade” (SERPA, 2007). As diversas manifestações culturais das periferias – novenas, quadrilhas, maracatu, práticas religiosas de origem africana, costura artesanal, etc. – são historicamente invisibilizadas pela grande mídia e repreendidas de maneira truculenta pela cultura dominante. Essa relação hierárquica deve ser progressivamente desconstruída no dia-a-dia da produção cultural urbana.

Nesse contexto, a Margem Direita conta com uma forte interação entre atividades produtivas, manifestações católicas e o rio Acaraú. Dessa complexa relação surgiram diversas práticas que marcam atualmente o senso identitário comum, contribuindo, portanto, para a formação da paisagem. A partir disso, a Igreja de São Pedro, principal marca do poder da Igreja Católica no lugar, carrega consigo diversas significações. A escolha do santo que dá nome à capela, um dos homenageados nas festas juninas, é justificado pelos moradores por ser padroeiro das chuvas e dos pescadores. Consequentemente, as atividades de pesca, recreação, transporte de uma margem a outra, e lavagem de roupas, ainda presentes no dia-a-dia da paisagem, asseguram as pontes entre dimensões econômicas, culturais e religiosas. A partir dessa complexa teia, diversos espetáculos importantes manifestam-se na paisagem local. Nesse sentido, o depoimento de um morador detalha brevemente o panorama de conformação dessas festas:

“No mês de julho ocorrem as festas de São Pedro que são organizadas pelo Conselho da Igreja, grupos do bairro e alguns convidados. Além dos dias de novena, ocorre a procissão juntamente com a primeira comunhão dos grupos. São montadas barracas, feitos leilões e sorteios para arrecadação de

dinheiro” (Ulysses Sousa, 30 anos, morador da Margem Direita).

Nesse sentido, as quadrilhas são grandes espetáculos populares que ocorrem aos pés da igreja de São Pedro. A paisagem transforma-se a partir das intensas articulações entre associações comunitárias, e moradores locais focados na produção dos eventos juninos que ocorrem por Sobral e outras cidades do Ceará. A praça e quadra próximas à igreja são usadas como espaços de ensaio para as pessoas envolvidas no evento durante todo o ano. A manutenção de práticas cidadãs expressas por esses espetáculos populares é, afinal, a grande marca da vida pública local, sendo portanto um importante fator qualitativo de coesão entre os habitantes e os espaços livres públicos.

Entretanto, esses espaços públicos possuem precárias condições de permanência, sendo uma das principais questões levantadas pelos usuários. A pouca visibilidade dessas lugares para o restante da cidade legitima e reproduz o estigma de homogeneização da periferia atribuído pela classe dominante. |Re| existir nesse contexto, portanto, torna-se pauta fundamental nas lutas políticas e culturais do cotidiano da Margem Direita.



figura 17: vista de trecho da margem direita
fonte: acervo pessoal do autor



figura 18: canoieiro transportando passageiros da margem direita para a margem esquerda
fonte: acervo pessoal do autor



figura 19: lavadeira no rio acarau
fonte: acervo pessoal do autor

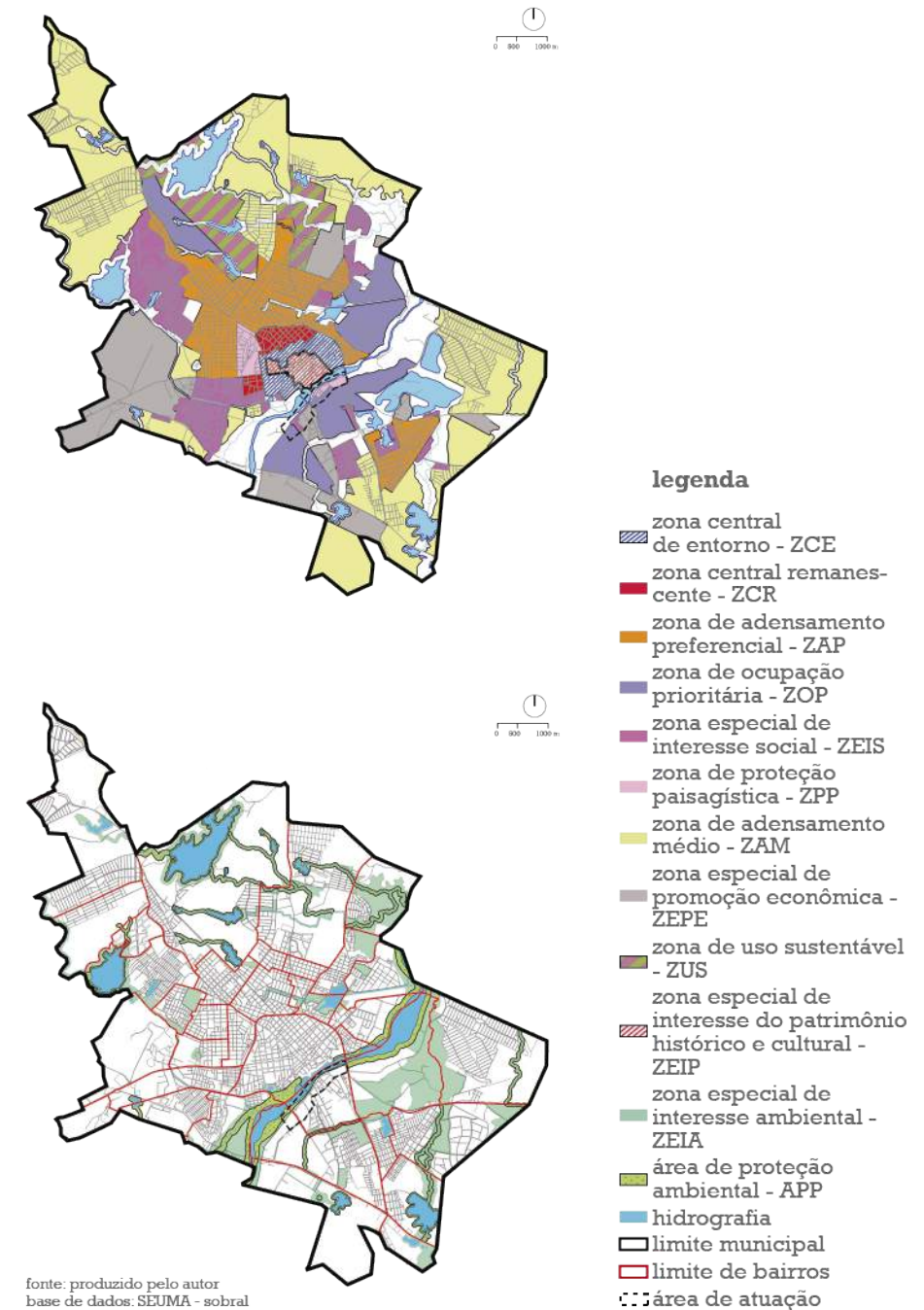
dimensão normativa

No que tange às políticas vigentes de ordenamento e desenvolvimento urbano, conta-se, desde de 2001, com a Lei Orgânica do Município de Sobral, a qual assegura uma série de diretrizes e dispositivos legais para controle de uso do solo e expansão da cidade. Dentre os instrumentos e atividades presentes na lei, de competência do governo municipal, estão listadas: o Plano Diretor Participativo, vigente desde 2008 (PDP-2008); Zoneamento do uso e ocupação do Solo, revisado em 2018; orçamento e planos plurianuais.

A partir da década de 1990, a intensa expansão dos setores secundário e terciário da economia sobralense condiciona profundas mudanças políticas, sociais e espaciais na cidade. Atualmente, a instalação de universidades; presença de fábricas ligadas à construção civil e calçados; aliado à grandes equipamentos comerciais, estruturam três principais vetores de crescimento da cidade formal, já citados no PDP 2008, onde focam-se os principais investimentos tanto públicos quanto privados da cidade. São eles: Toda a Margem Direita do Rio Acaraú |I|, sobretudo no eixo da Avenida Monsenhor Aloísio Pinto; o eixo da Avenida Dr. Guarani |II|, principalmente nas proximidades do Aeroporto e do campus da UVA, havendo atualmente intensa atuação do mercado imobiliário para população de alta renda; e ao longo da CE-440 |III|, no sentido da serra da Meruoca, contando com a presença de novos loteamentos.

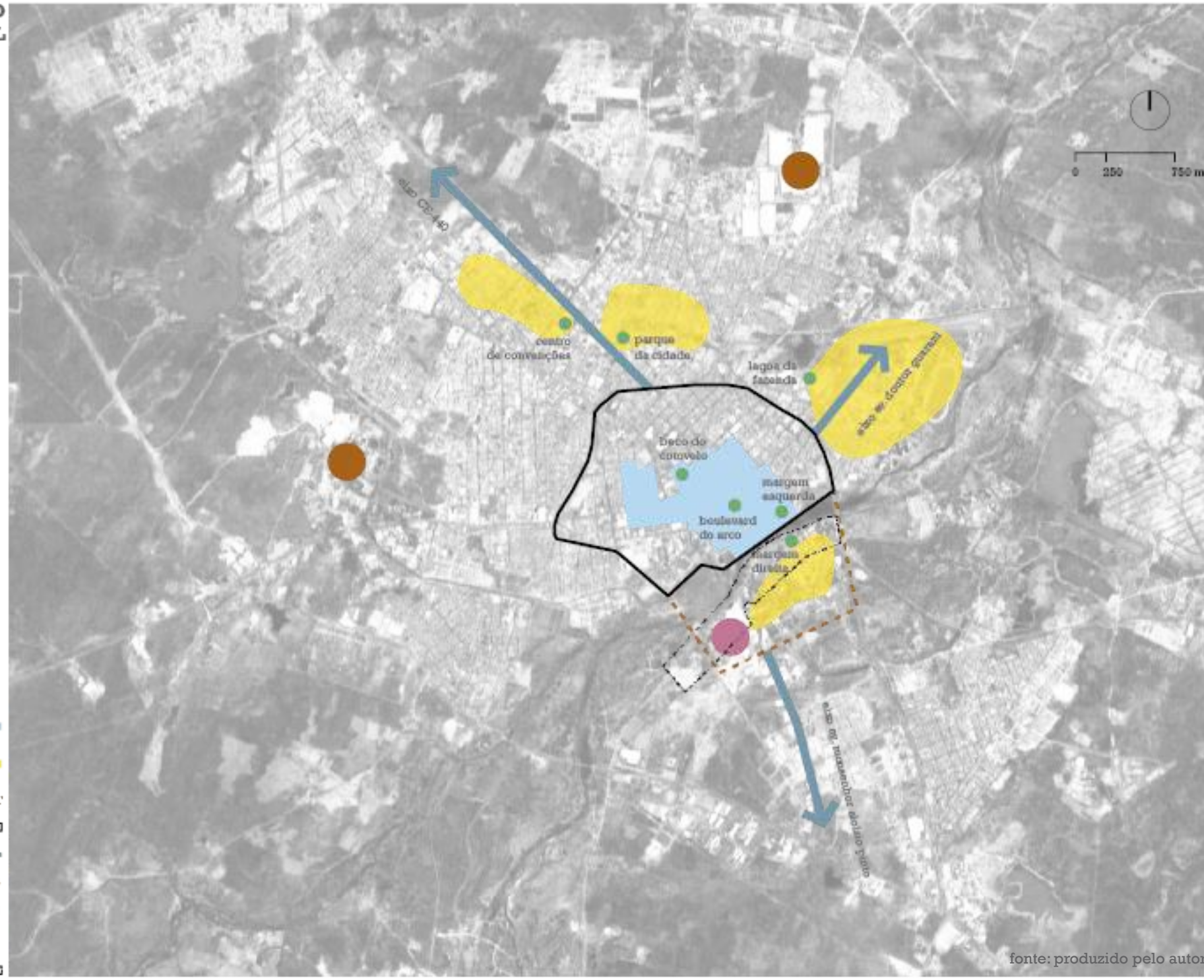
A cidade de Sobral organiza-se de forma “radial” e “tentacular” (QUEIROGA, 2011), aglutinando em seu centro atividades de lazer e serviços; e ao longo dos seus diferentes braços de urbanização, vinculados sobretudo ao três eixos viários citados, derivam atividades de habitação e produção. Sobral caracteriza-se ainda por possuir grande dispersão populacional, aliado à baixa articulação, monofuncionalidade e precariedade habitacional em diversos bairros periféricos. Essas questões encontram-se presentes nos dois principais instrumentos de planejamento do território utilizados atualmente pela Prefeitura, sendo eles o Plano de Mobilidade de Sobral (PlanMob) e a Lei de Uso e Ocupação do Solo (LUOS).

MACROZONAS DE QUALIFICAÇÃO URBANA E AMBIENTAL DO MUNICÍPIO DE SOBRAL



VETORES DA EXPANSÃO URBANA DE SOBRAL

- legenda**
- área tombada pelo IPHAN
 - áreas de intensa valorização imobiliária
 - centro expandido
 - centro da cidade
 - vectores de expansão
 - polo industrial
 - polo de serviços
 - intervenções em espaços públicos pós anos 2000
 - área de atuação



fonte: produzido pelo autor

Atualmente, o Poder Público, nas suas esferas federais, estaduais e municipais, se esforça na contínua elaboração de planos estratégicos e revisões de ordenamento do uso e ocupação do solo para garantir o adensamento e valorização da terra urbana, adequando-se, portanto, às novas necessidades das classes dominantes. Em 2018, ainda sob uma ótica empresarial, a administração pública municipal, apresentou à população, mediante algumas audiências públicas, o Plano de Mobilidade e posteriormente a revisão da LUOS.

Em meados de 2012, o Poder Público Municipal sanciona o Plano de Mobilidade de Sobral (PlanMob), sendo um instrumento decorrente da Política Nacional de Mobilidade Urbana, Lei nº 12.587/2012. As principais diretrizes citadas no plano são: favorecer a ocupação urbana compacta e densa restringindo a expansão dos limites urbanos, a fim de minimizar o tempo gastos nos deslocamentos e favorecer os meios de deslocamento sustentáveis; incentivar o adensamento na área central; criar centralidades urbanas nos bairros, a fim de diminuir a necessidade de deslocamento ao centro da cidade; propor normas urbanísticas que favoreçam à mobilidade urbana sustentável; entre outras. A partir disso, lista-se uma série de intervenções no sistema de transportes urbano, incluindo a implementação de bicicletas compartilhadas em alguns pontos da Margem Direita, bem como um novo eixo cívico pedonal ligando as duas margens.

Em 2018, a Câmara Municipal sancionou a lei nº 60/2018, referente ao uso e ocupação do solo da cidade de Sobral (LUOS), mecanismo sujeito à regulamentação legislativa e revisão periódica, já previsto no PDP-2008. A partir disso, foram realizadas uma série de modificações no zoneamento incidente na Margem Direita, sob as seguintes diretrizes: viabilizar atividades socioeconômicas compatíveis com o desenvolvimento sustentável, valorizando a paisagem e a proteção do meio físico, como elemento fundamental da paisagem urbana (I); Resgatar áreas de orla fluvial e margens de curso d'água, objetivando a proteção e preservação do meio ambiente (II); e garantir a mobilidade e acessibilidade nas áreas urbanas (III).

Dentre as principais alterações feitas, em comparação com

o zoneamento anterior, salienta-se: delimitação da Zona Especial de Interesse Social (ZEIS) da Comunidade dos Gaviões; criação da Zona de Proteção Paisagística (ZPP) da Margem Direita; criação da Zona de Ocupação Prioritária (ZOP); criação da Zona Especial de Interesse Ambiental (ZEIA).

A partir disso, é importante elucidar a presença de alguns pontos controversos na nova LUOS. Para este trabalho, foca-se na delimitação das zonas especiais, sobretudo as ZEIS e ZPPs. Essas zonas configuram-se, de maneira prática, como garantias normativas para a permanência e a manutenção do modo de vida da população da Margem Direita. O que deve ser questionado, entretanto, é a justificativa por trás da metodologia de aplicação das ZPPs, estando fortemente submetidas à hegemonia do Centro Histórico de Sobral e seu homogeneizante no processo de planejamento da cidade.

Logo, delimitou-se, segundo a nova lei, duas zonas de proteção paisagística para a cidade de Sobral, ambas vinculadas à uma relação estritamente visual e hierárquica entre os principais elementos paisagísticos levantados pelo processo de tombamento do Sítio Histórico de Sobral, realizado pelo IPHAN no início dos anos 2000. Nesse sentido, o valor aplicado à paisagem não deveria estar estritamente ligado às forças visuais externas aos territórios impactados, mas concebido como interação entre forças externas e internas do território. Tais forças são caracterizadas pelas interações humanas e seu meio físico, respeitando as diferentes escalas espaço-temporais de percepção.

Após a exposição das cinco dimensões de caracterização da Margem Direita, levantou-se as principais problemáticas detectadas nos seus territórios constituintes. O intuito é estruturar um plano geral de intervenção, para, em seguida, expor cenários possíveis de paisagens futuras.

...



figura 20: trecho da margem direita
 fonte: acervo pessoal do autor

Portanto, a partir da caracterização da Margem Direita sob as cinco dimensões elaboradas anteriormente (ambiental, socioeconômica, morfológica, cultural e normativa), sistematiza-se uma síntese das principais questões presentes atualmente nos territórios.

Nesse sentido, foram costuradas dezesseis problemáticas-síntese a partir das dimensões analisadas. Essas questões, cruzadas com conceitos norteadores, servirão para elaborar um plano de ações transformadoras para a paisagem da Margem Direita, possibilitando novas composições entre os processos humanos e ambientais.



- p.1** | moradias em áreas ambientalmente de risco;
- p.2** | vazios urbanos subutilizados;
- p.3** | pressão e especulação imobiliária exercidas por grandes equipamentos comerciais e institucionais;
- p.4** | conflitos de uso e ocupação do solo;
- p.5** | desarticulação comunitária entre os diferentes territórios presentes;
- p.6** | invisibilização de práticas culturais, religiosas e artísticas da margem direita para o restante da cidade;
- p.7** | esvaziamento das memórias afetivas individuais e coletivas dos moradores com o rio acaraú;
- p.8** | situação de fragilidade socioeconômica de grupos historicamente oprimidos;
- p.9** | espaços livres públicos ambientalmente degradados e desconectados entre si;
- p.10** | presença histórica de focos domésticos, comerciais e industriais de poluição e contaminação dos ecossistemas ribeirinhos;
- p.11** | sistema de drenagem pluvial e coleta de esgoto insuficientes para atender a demanda local;
- p.12** | privatização dos espaços públicos para realização de atividades domésticas e de estacionamento;
- p.13** | rede de equipamentos e mobiliário urbano insuficiente para dar suporte às atividades e eventos ligados aos festejos religiosos locais;
- p.14** | precária infraestrutura de suporte à atividades culturais e de lazer;
- p.15** | baixa capilaridade entre os percursos inter e intra bairros;
- p.16** | baixa capacitação profissional e precarização da força de trabalho local.

A partir da exposição dos suportes teórico-conceitual e espaço-temporal, que fundamentam a estrutura deste trabalho, bem como as dimensões de análise e caracterização da Margem Direita, pôde-se expor alguns conflitos presentes entre os principais agentes ligados à produção da paisagem. Nesse sentido, este capítulo tem por objetivo pensar em utopias – do grego “u”, não, e “topos”, lugar – possíveis para o futuro, permitindo, portanto, esboçar cenários, a partir de um olhar enquanto técnico. Entretanto, antes de expor a estrutura de formulação dos caminhos possíveis, faz-se necessário apresentar algumas considerações sobre o processo de planejamento urbano e a participação efetiva da população local na sua construção.

para o lugar.

Primeiramente, acredita-se que o exercício de pensar paisagens contra-hegemônicas para territórios subalternizados na cidade contemporânea é, por si só, um ato de |re|existência. Ou seja, formular, no papel de arquiteto e urbanista, “possibilidades de futuros” que estimulem a apropriação e emancipação social, econômica e cultural de espaços historicamente marginalizados, o que, na fala de Car-

los Vainer (2019), remete diretamente à uma produção de “utopias concretas.”

Todavia, vale salientar a relevância dada por este trabalho para a construção de paisagens que forneçam a plena autonomia e emancipação cidadã. Acredita-se que isso deve ser alcançado diretamente por meio dos movimentos sociais e de ações coletivas de autogestão e autoeducação na ânsia de questionar e romper as antigas estruturas que ainda sustentam a reprodução das desigualdades socioeconômicas, inseridas no atual modelo de produção capitalista do espaço urbano.

Nesse sentido, para implementar ações transformadoras de lugares individuais e coletivos da Margem Direita, torna-se fundamental a participação ativa dos moradores, aliado ao estímulo periódico de investimentos públicos. A gestão democrática de bens e interesses coletivos é uma das bases para garantir efetivamente o direito à cidade, à moradia e à paisagem. Entretanto, alguns elementos conjunturais, como a alta desarticulação comunitária local, aliado à escassez de tempo e recursos financeiros contribuíram para a não aplicação de metodologias que fomentam a participação dos atores necessários, tais como oficinas de mobilização e cartografias afetivas.

Portanto, a partir dessas contradições, inerentes ao processo de planejamento, entende-se que a construção de um plano de intervenção é fundamental para sistematizar qualitativamente a implementação de ações que viabilizem a transformação da paisagem presente. Entretanto, é necessário lembrar de qual ponto de vista este trabalho está partindo. O que será apresentado a seguir enquadrar-se-á apenas como uma ideia formulada dentro do ambiente acadêmico. Para sua real execução, deve-se debater e revisar amplamente entre membros da sociedade civil, um corpo técnico multidisciplinar e agentes do Poder Público.

plano geral integrado da margem direita_

Após as breves considerações feitas sobre o processo de planejamento, pode-se expor a estrutura total da proposta de intervenção. O Plano Geral Integrado da Margem Direita (PGImd) foi elaborado a partir da permutação de problemáticas detectadas nos capítulos anteriores, com três conceitos norteadores, já sendo construídos ao longo do trabalho, sendo eles: autonomia cidadã |c.1|, equilíbrio ecossistêmico |c.2|, e justiça social |c.3|. A partir disso, ramifica-se seis eixos estratégicos de atuação, os quais fundamentam a formulação de diretrizes, para finalmente expor alternativas de ações transformadoras. Na etapa posterior, serão apresentados, a partir da espacialização em um território específico, dois cenários possíveis para a paisagem.

Sobre os três conceitos norteadores adotados por este trabalho, entende-se:

c.1| **Autonomia cidadã** como a construção contínua de condições físico-simbólicas que estimulam formas cada vez mais autônomas de intervir no âmbito político-cultural da cidade, a partir de organizações igualitárias, solidárias e não-capitalistas, sobretudo através de métodos de |re| existência e criação.

c.2| **Equilíbrio ecossistêmico** como o estímulo da relação sustentável entre os processos socioeconômicos inerentes à vida humana nas cidades, presentes nas gerações atuais e futuras, com o pleno desenvolvimento dos ciclos biogeoquímicos, essenciais para o suporte da fauna e flora locais.

c.3| **Justiça social** como a prática emancipatória dialética de grupos socioeconômicos subalternizados, que almejam, a partir de uma escala “macro”, romper com históricas condições de reprodução das desigualdades de classe, inerentes ao sistema capitalista, ao mesmo tempo, a partir de uma escala “micro”, reivindicar melhorias nas condições atuais de acesso à serviços públicos básicos, qualidade de moradia e condições dignas de trabalho e lazer.



figura 21: trecho da margem direita
fonte: acervo pessoal do autor

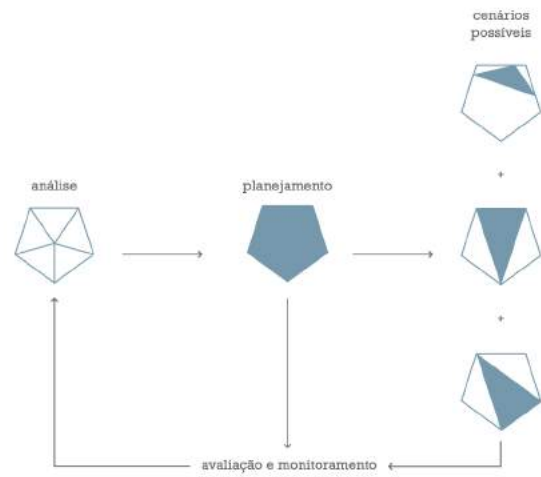


figura 22: processo de planejamento e seus elementos
 fonte: produzido pelo autor

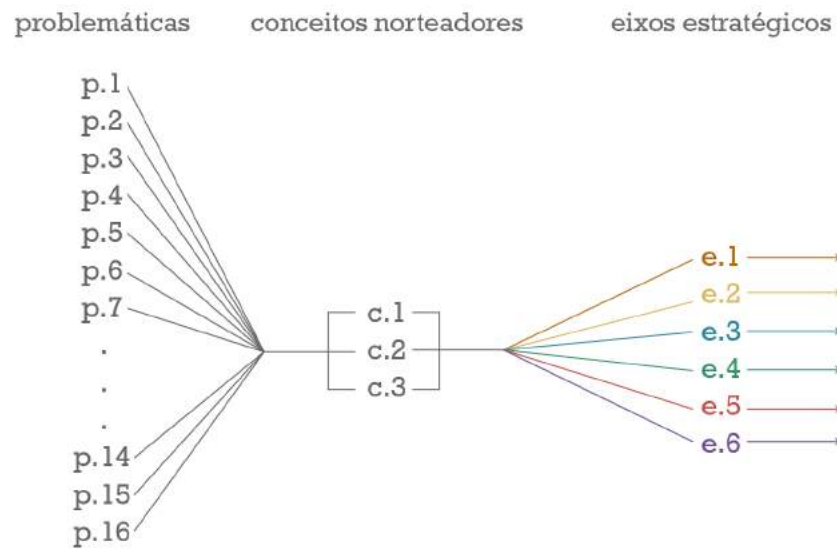


figura 23: prisma problemáticas/conceitos/
 eixos estratégicos
 fonte: produzido pelo autor

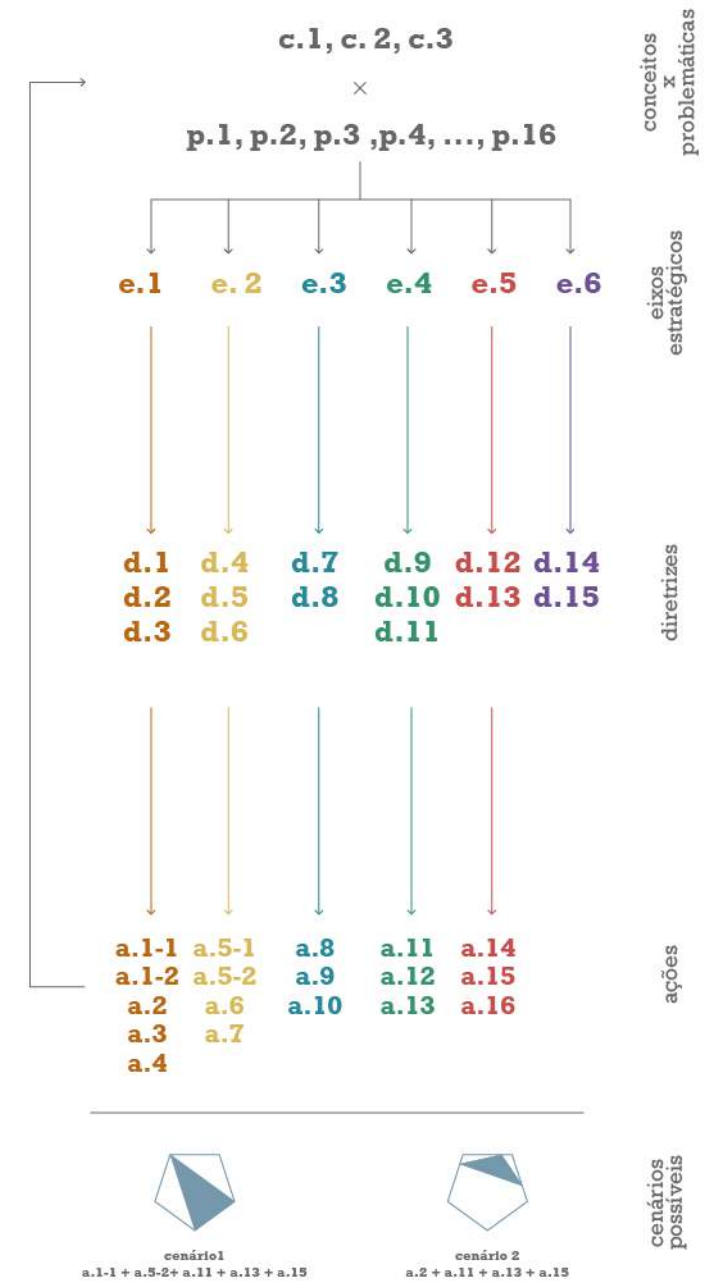


figura 24: processo de planejamento e seus elementos
 fonte: produzido pelo autor

PLANO GERAL INTEGRADO DA MARGEM DIREITA (PGImd)



| eixo estratégico

e.1| fortalecimento comunitário e da memória local

| diretrizes

d.1| fomentar a participação popular nos processos decisórios locais, envolvendo todos os atores sociais relevantes nas ações e projetos que impactem futuramente áreas da margem direita e de seu entorno imediato;

d.2| promover manifestações culturais, religiosas e artísticas nos espaços livres públicos degradados, visando desenvolver de forma sustentável o modo de vida local;

d.3| proteger, recuperar, delimitar e/ou implementar equipamentos em áreas de valor histórico, cultural, religioso, artístico, ambiental e de interesse coletivo, a fim de atender demandas dos diferentes grupos sociais da área;

| ações

a.1-1| elaboração de um programa de necessidades e posterior execução do centro comunitário e artístico da margem direita, integrado à uma lavanderia coletiva em terrenos vazios na rua dom expedito;

a.1-2| elaboração de um programa de necessidades e posterior execução de um edifício anexo ao centro de saúde da família que funcionará como lavanderia coletiva;

a.2| criação de um conselho gestor deliberativo da margem direita, formado por moradores, representantes de organizações da sociedade civil e representantes de entidade públicas;

a.3| criação do programa "mais cultura", vinculado à secretaria de cultura juventude e lazer do município de sobral, com intuito de ampliar o número de editais que financiem iniciativas de produção cultural criativas ligadas ao rio acaraú, fortalecimento, portanto, coletivos de juventude, blog's, organizações da sociedade civil e eventos festivos locais;

a.4| elaboração de um programa de necessidades e posterior execução de um projeto paisagístico, de mobiliário urbano e iluminação pública em espaços livres públicos dentro do perímetro da zona de proteção paisagística 2 (zpp2), com intuito de torná-los adequados para receber eventos efêmeros, como shows, espetáculos artísticos populares de médio e grande porte

PLANO GERAL INTEGRADO DA MARGEM DIREITA (PGImd)



| eixo estratégico

e.2| garantia habitacional

| diretrizes

d.4| promover o processo de regularização fundiária aliado ao de urbanização de assentamentos precários em situação irregular;

d.5| construir habitações de interesse social para famílias que estiverem em áreas com risco de inundação, em edificações apresentando riscos estruturais graves e/ou em área residencial inferior a 38m2;

d.6| realizar melhorias construtivas de impacto individual e/ou coletivo em residências situadas prioritariamente em zeis, as quais não precisam ser realocadas;

| ações

a.5-1| construção de novas unidades de habitação de interesse social, por meio de mutirão coletivo em terrenos vazios e/ou subutilizados situados entre as ruas: espanha, dom expedito e antônio rodrigues magalhães. em caso de terrenos privados, utilizando-se do instrumento de consórcio imobiliário, no qual os futuros moradores construiriam suas

casas e seriam capacitados e contratados para a construção de novas, que poderiam ser destinadas aos estudantes da faculdade luciano feijão;

a.5-2| construção de novas unidades de habitação de interesse social por meio de financiamento do programa minha casa minha vida-entidades em terrenos vazios e/ou subutilizados entre as ruas: antônio rodrigues de magalhães, padre osvaldo chaves e rua roma;

a.6| contratação de arquitetos e urbanistas, através da secretaria de direitos humanos, habitação e assistência social do município de sobral para execução de assessoria técnica (levantamentos, intervenções e melhorias construtivas) em habitações dentro do polígono da zeis da comunidade dos gaviões, as quais não serão realocadas para novas habitações de interesse social.

a.7| contratação de advogados e assistentes sociais, através da secretaria de direitos humanos, habitação e assistência social, para viabilização de assessoria jurídica, sobretudo com intuito de realizar regularização fundiária das residências não realocadas dentro do polígono da zeis da comunidade dos gaviões, através, preferencialmente, de usucapião coletivo.

PLANO GERAL INTEGRADO DA MARGEM DIREITA (PGI_{md})



| eixo estratégico

e.3| controle do uso e ocupação do solo

| diretrizes

d.7| restringir o adensamento populacional, o uso e ocupação do solo incompatíveis com a realidade dos moradores, visando, sobretudo, manter o equilíbrio entre as dimensões sociais, ambientais e econômicas da margem direita;

d.8| incentivar a permanência dos “miolos” de quadra como áreas verdes drenantes, a fim de permitir maior capacidade de infiltração das águas pluviais

| ações

a.8| elaboração de um projeto de lei, aliado à realização de audiências públicas destinadas à alteração de parâmetros da zona de ocupação prioritária (zop) do plano diretor participativo de sobral, visando incluir os seguintes instrumentos urbanísticos, já previstos no estatuto das cidades: parcelamento, uso e ocupação compulsórios; direito de preempção; outorga onerosa do direito de construir; operações urba-

nas concorciadas; e concessão do direito real de uso’;

a.9| elaboração de um projeto de lei visando a ampliação da zona de proteção paisagística da margem direita (zpp2), através de audiências públicas e revisão do plano diretor participativo de sobral, estendendo-se ao norte até a rua Itália, ao leste até avenida monsenhor aloísio, e ao sul a rua antônio rodrigues magalhães;

a.10| elaboração de um projeto de lei, aliado à realização de audiências públicas, destinado à alteração da zona de ocupação prioritária (zop) e zona de proteção paisagística 2 (zpp2) do plano diretor participativo de sobral, visando implementar a redução progressiva do imposto sobre propriedade predial e territorial urbana (iptu) para proprietários que destinarem pelo menos 20% de taxa de permeabilidade em seu fundo de lote para novos projetos que sejam solicitadas aprovações técnicas de órgãos municipais.

PLANO GERAL INTEGRADO DA MARGEM DIREITA (PGI_{md})



| eixo estratégico

e.4| requalificação ambiental

| diretrizes

d.9| conservar e recuperar serviços ambientais existentes, em especial aqueles destinados à produção e armazenamento de água, proteção do solo e lençóis freáticos, fomentando o emprego de tecnologias de manejo sustentável dos recursos hídricos e reciclagem de resíduos sólidos;

d.10| fomentar atividades não habitacionais de uso público comum ligadas aos recursos naturais, visando a integração dos moradores inter e intra bairros, sem, contudo, comprometer a qualidade dos ecossistemas impactados para a atual e futuras gerações;

d.11| urbanizar e recuperar espaços livres ambientalmente degradados, sobretudo localizados às margens da calha fluvial do Acaraú.

| ações

a.11| geração de programas de reciclagem do lixo sólido e reúso das águas cinzas, através de associações entre empresas privadas, organizações não governamentais e linhas de crédito desti-

nadas à diminuição da pegada ecológica e emissão de carbono;

a.12| criação, por meio da secretaria de cultura, juventude e lazer, do programa “esporte entre bairros”, com o intuito de fomentar competições de esportes, eventos recreativos aquáticos, saraus e apresentações musicais em parques e praças públicas de diferentes bairros de sobral, provendo, portanto, maior interação entre crianças e adolescentes com o meio ambiente e moradores de outras localidades;

a.13| elaboração de um programa de necessidades e posterior execução de um parque linear da margem direita, entre a avenida monsenhor aloísio e rua espanha, contendo equipamentos de uso recreativo, contemplativo e esportivo, atendendo à moradores locais e demais cidadãos da cidade de sobral.

PLANO GERAL INTEGRADO DA MARGEM DIREITA (PGImd)



| eixo estratégico

e.5| mobilidade e infraestrutura urbana

| diretrizes

d.12| melhorar e complementar o sistema de mobilidade urbana existente, integrando meios de transporte coletivo, viário, cicloviário, hidroviário e de circulação de pedestres, dotados de condições adequadas de acessibilidade universal e sinalização;

d.13| promover a universalização do acesso aos sistemas de abastecimento de água, coleta de esgoto, drenagem pluvial e coleta seletiva de resíduos sólidos.

| ações

a.14| adequação e execução das propostas apresentadas na cartilha planmob, desenvolvida pela prefeitura de sobral, dando prioridade à implementação de bicicletários compartilhados na rua antônio rodrigues magalhães e avenida monsenhor aloísio, bem como a implementação de mais uma linha de microônibus, além das linhas previstas cristino mendes e sinhá sabóia, aliado ao incentivo do transporte realizado em

canoas, ligando moradores de uma margem à outra;

a.15| implementação e execução do projeto de eixos verdes e sistemas tecnológicos de manejo hídrico adaptativos às condições topográficas, geológicas e hídricas da bacia do rio Acaraú, visando valorizar os percursos entre os territórios, sobretudo nas vias: dom expedito, rua espanha, rua antônio rodrigues magalhães, avenida monsenhor aloísio, rua lucimar e rua itália;

a.16| ação compartilhada entre a secretaria de urbanismo e meio ambiente, e secretaria de obras, mobilidade e serviços públicos para fiscalização e implementação de novas conexões entre edifícios residenciais, comerciais e industriais à rede geral de coleta de esgoto, ao sistema de drenagem pluvial e à rede geral de abastecimento de água em todo o perímetro da área de intervenção, além do estudo de viabilidade e projeto de implementação de tecnologias alternativas de tratamento das águas usadas, como círculo de bananeiras e bacias de evapotranspiração compartilhadas em terrenos vazios e/ou subutilizados nas ruas: antônio rodrigues magalhães e dom expedito.

PLANO GERAL INTEGRADO DA MARGEM DIREITA (PGImd)



| eixo estratégico

e.6| geração de emprego e renda
















| diretrizes

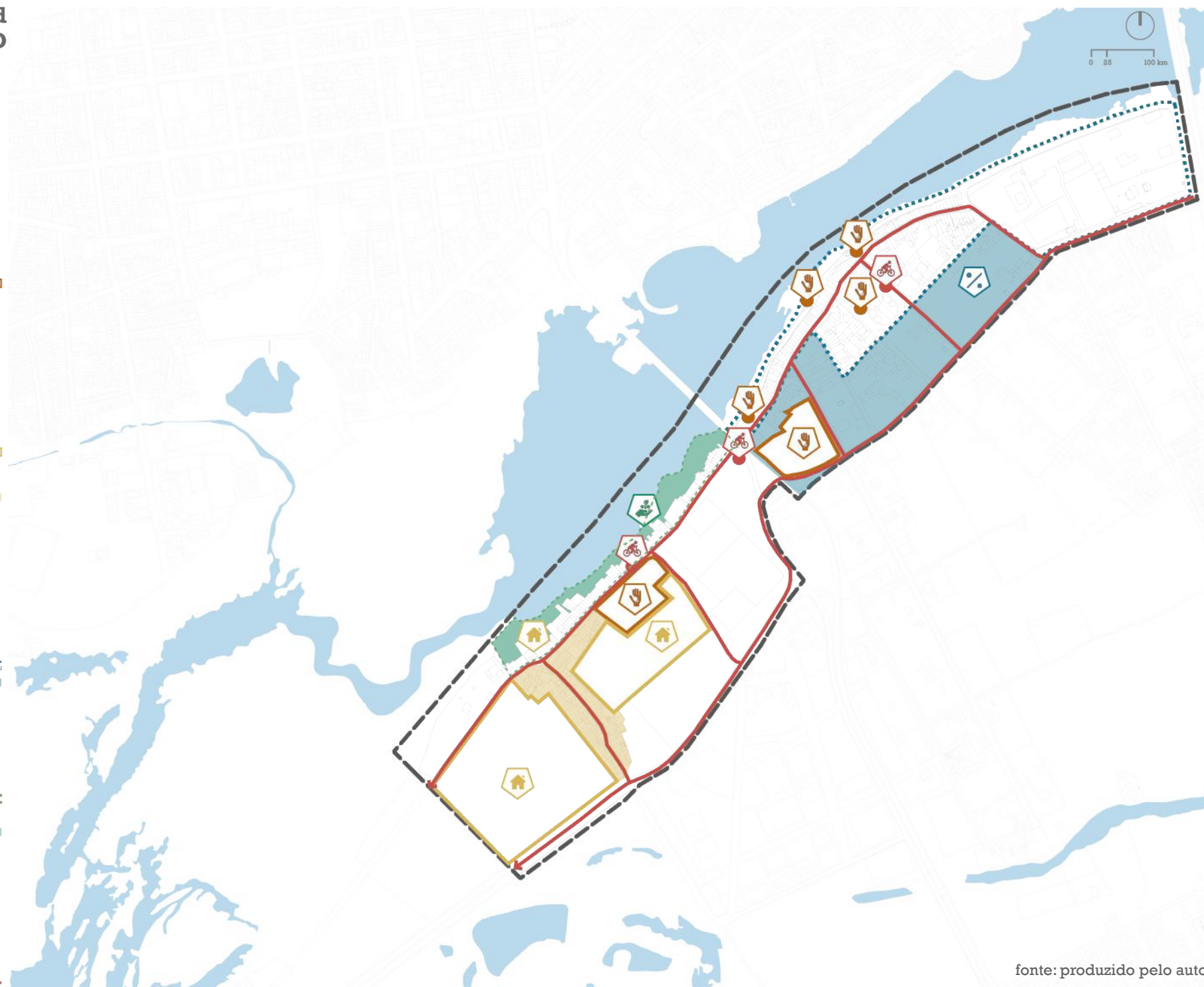
d.14| desenvolver estratégias de capacitação profissional conjuntas entre entidades públicas e privadas na margem direita, visando garantir o acesso, oportunidade e condições dignas de emprego aos moradores locais;

d.15| criar um fundo de estímulo ao trabalhador individual ribeirinho, vinculado à secretaria do trabalho e desenvolvimento econômico, visando financiar investimentos relacionados à compra de equipamentos, materiais e melhoria do ambiente de trabalho de profissionais autônomos e pequenos estabelecimentos comerciais para moradores da margem direita.

PGI_{md} ESPACIALIZAÇÃO

legenda

-  e.1 | fortalecimento comunitário e da memória local
-  terrenos possíveis para equipamentos culturais (a.1.1 e a.1.2)
-  reordenamento paisagístico e de mobiliário urbano(a.4)
-  e.2 | garantia habitacional
-  terrenos possíveis para novas habitações de interesse social (a.5.1 e a.5.2)
-  regularização fundiária e assessoria técnica da comunidade dos gaviões (a.6 e a.7)
-  e.3 | controle do uso e ocupação do solo
-  delimitação zpp2 atualmente
-  expansão proposta da zpp2 (a.9)
-  e.4 | requalificação ambiental
-  parque linear da margem direita cenário 1(a.13)
-  parque linear da margem direita cenário 2(a.13)
-  e.5 | mobilidade e infraestrutura urbana
-  bicicletários (a.14)
-  eixos verdes (a.15)



fonte: produzido pelo autor

o território dos gaviões_

A Comunidade dos Gaviões é, como elucidado na etapa de caracterização da Margem Direita, palco atualmente de intensos conflitos fundiários, ambientais, sociais e culturais. Como justificativa de escolha para aprofundar as espacializações das ações sugeridas no PGImd, leva-se em consideração a qualidade de algumas relações existentes no território e questão.

Nesse sentido, devido à presença de grandes terrenos vazios e/ou subutilizados; a instalação contígua de grandes equipamentos comerciais; a ausência do Estado no provimento de serviços de drenagem e esgotamento sanitário; e a intensa degradação dos espaços livres públicos, percebe-se uma urgente fragmentação das forças de composição internas e externas do território dos Gaviões, se comparado a outros territórios da Margem Direita.

Para construção dessas forças, levou-se em conta os conceitos apresentados anteriormente, onde considera-se que as forças internas do território partem da qualidade dos itinerários traçados entre os lugares individuais |I| e lugares coletivos |II|. Nesse sentido, entende-se:

I| **Lugares individuais** como representações primariamente de casas e pequenos comércios, onde prevalecem as relações afetivas de cunho familiar e da rede de contatos mais próximo da escala do indivíduo.

II| **Lugares Coletivos** como representações primariamente de praças, parques, ruas e centros comunitários, onde prevalecem as relações afetivas de cunho coletivo, onde o protagonismo das relações se dá na escala das práticas cidadãs.

No que tange às forças externas de composição do território dos Gaviões, leva-se em consideração a capacidade de conexão deste com outros territórios da cidade. Essa conexão é caracterizada a partir da qualidade dos serviços e meios de transportes atendendo às diferentes modalidades; e da oferta de equipamentos

urbanos que estimulam a circulação de moradores inter e intra bairros.

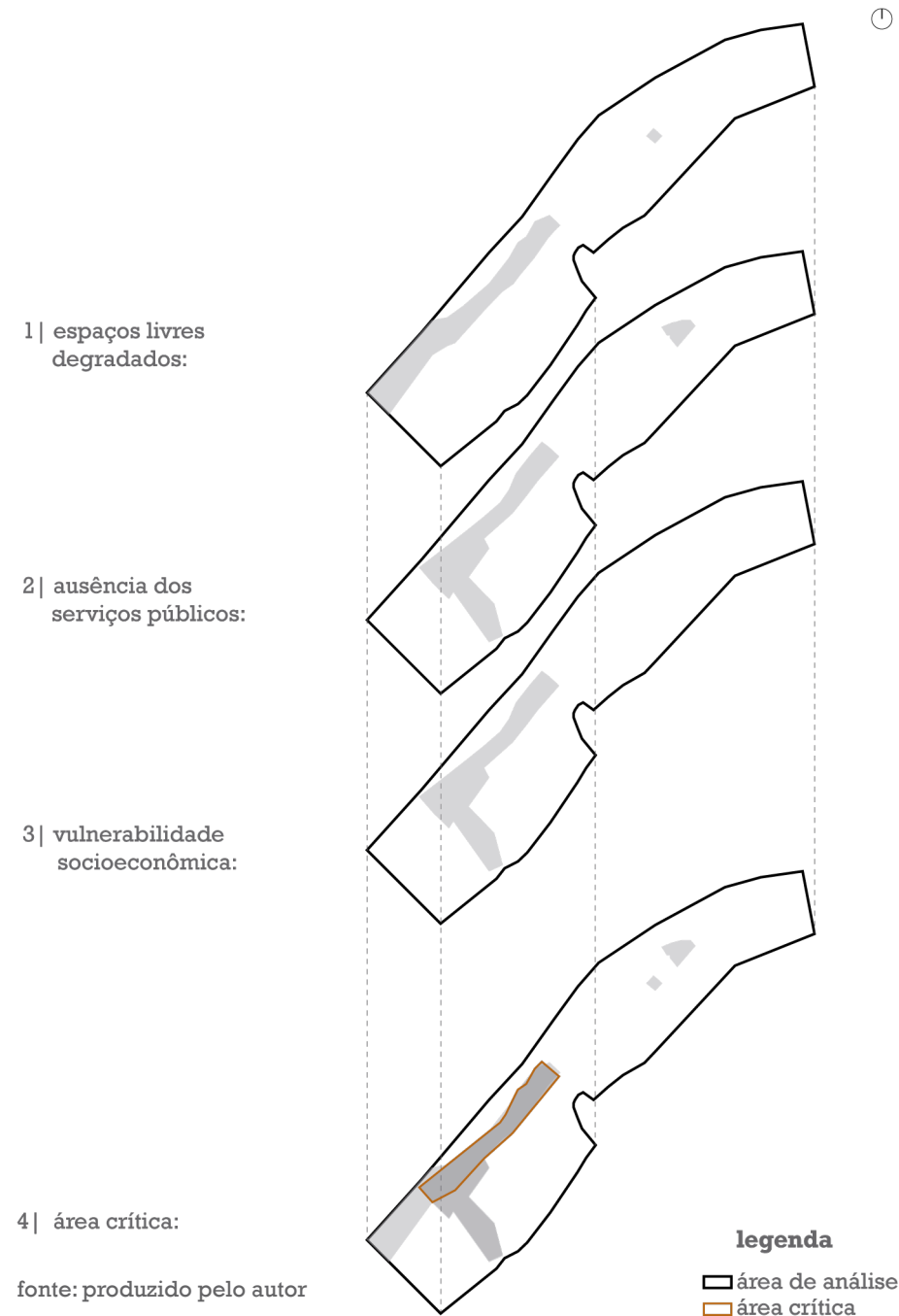
O território dos Gaviões conta com um total de 210 habitações, sendo 64 ainda em situação de extrema vulnerabilidade socioambiental, por estarem ocupando uma faixa contígua ao principal recurso hídrico da cidade, o Rio Acaraú. O discurso histórico de remoção e realocação de famílias em situação de risco socioambiental é, por vezes, cooptado por agentes produtores do espaço urbano, os quais visam exclusivamente a especulação e valorização de suas propriedades, havendo, portanto, uma verdadeira expulsão dos moradores originários. Isso estabelece condições de reprodução de novas periferias, cada vez mais precarizadas.

Nesse sentido, a demarcação e aprovação da ZEIS - Comunidade dos Gaviões, presente na atual LUOS do município de Sobral, pode ser considerada um instrumento normativo que permite trabalhar possibilidades contra-hegemônicas de permanência dessas famílias. Pretende-se, a partir da apresentação dos cenários para o território, encarar as ações projetuais como ferramentas políticas, na medida em que seguem os princípios norteadores do PGImd, já apresentados anteriormente. Tais projetos, portanto, podem ser utilizados pelos moradores e movimentos sociais locais como ponto de partida para intensificar suas reivindicações de |re|existência na paisagem.



figura 25: vista fachada de residência no território “comunidade dos gaviões”
fonte: acervo pessoal do autor

SOBREPOSIÇÃO DE PROBLEMÁTICAS E EMERGÊNCIA DA ÁREA CRÍTICA



cenários possíveis_

Os cenários para o território dos Gaviões foram desenvolvidos visando o equilíbrio entre suas forças de composição interna e externa, onde compreende-se como elemento motriz seus itinerários traçados a partir das relações humanas e do ciclo hídrico local. Logo, as principais preocupações das propostas concentram-se na replicabilidade, integração e regeneração da mata ciliar, bem como no emprego de técnicas e materiais de baixo impacto.

Ambos os cenários apresentam espacializações de algumas ações propostas no PGImd, como os eixos verdes nas ruas dom expedito e rua espanha | a.15 |, aliado ao programa do parque linear da margem direita | a.13|. A diferença entre os dois encontra-se precisamente no processo de remoção/relocação de parte das famílias presentes nos Gaviões, aliado ao programa do centro comunitário. Nesse sentido, o cenário 1 constitui-se a partir da sugestão de implantação de um conjunto habitacional contendo 72 novas unidades de habitações de interesse social | a.5-2 |, uma proposta para o centro comunitário e artístico | a.1-1, bem como para o parque linear da margem direita | a.13|. O cenário 2, entretanto, conta com a permanência dessas famílias nas bordas do Acaraú, aliado à uma nova sugestão de implantação do programa do parque linear da margem direita | a.13|.

A respeito dos materiais construtivos, propõe-se o uso de pedras locais, como arenitos (dada a presença de inúmeros monólitos na região), para a confecção de muros de gabião, aplicados na implementação das tecnologias de manejo das águas pluviais, e para todo mobiliário proposto nos dois cenários. Sugere-se para a pavimentação de boa parte dos lugares coletivos a aplicação, em diferentes dimensões e cores, de blocos de concreto drenante.

Portanto, o intuito é apresentar “soluções abertas,” visando fomentar discussões entre os membros do conselho gestor da margem direita, bem como os demais agentes presentes em um real processo de planejamento da área de estudo.

CENÁRIO 1

- legenda**
- 1- praça dos gaviões
 - 2- pomar
 - 3- quiosques
 - 4- w.c públicos
 - 5- playground
 - 6- cactário
 - 7 - bromeliário
 - 8- praça das sensações
 - 9- escada hidráulica/ acesso pier horizontal
 - 10- espriguiçadeira
 - 11- praça do túnel
 - 12- equipamento comunitário
 - 13- anfiteatro
 - 14- praça do meio
 - 15- estacionamento
 - 16- quadras poliesportivas
 - 17- caixas d'água coletivas
 - 18- bacia de evapotranspiração
 - 19- horta comunitária
 - 20- canteiros de hortaliças
 - 21- áreas de estar
 - 22- unidades habitacionais
 - 23- cisterna coletiva
 - 24- ciclofaixa



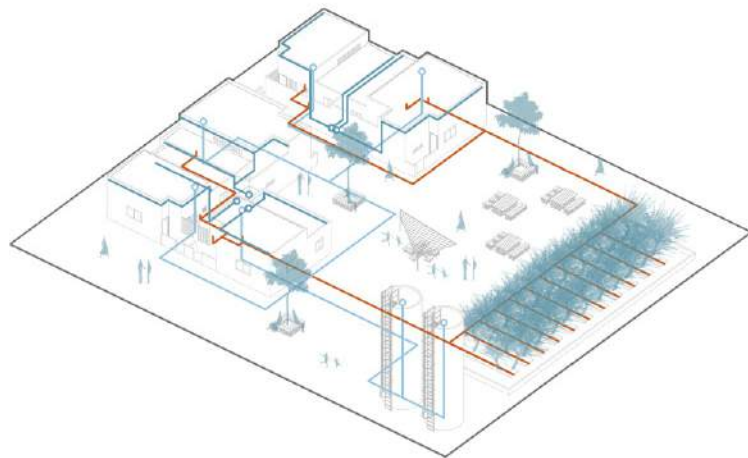
CENÁRIO 2



COMPOSIÇÃO HABITACIONAL CENÁRIO 1

Foi contemplado, em ambas as composições de cenários, o uso racionalizado das águas pluviais, no uso, consumo, e descarte (principalmente as águas cinzas), dadas a cíclica falta d'água, dramatizada nos períodos de estiagem. Desse modo, propõe-se o contínuo contato, tanto em nível individual quanto coletivo, dos moradores com boa parte do ciclo hidrológico, visando, em ultima instância, a autogestão e autoeducação ambiental.

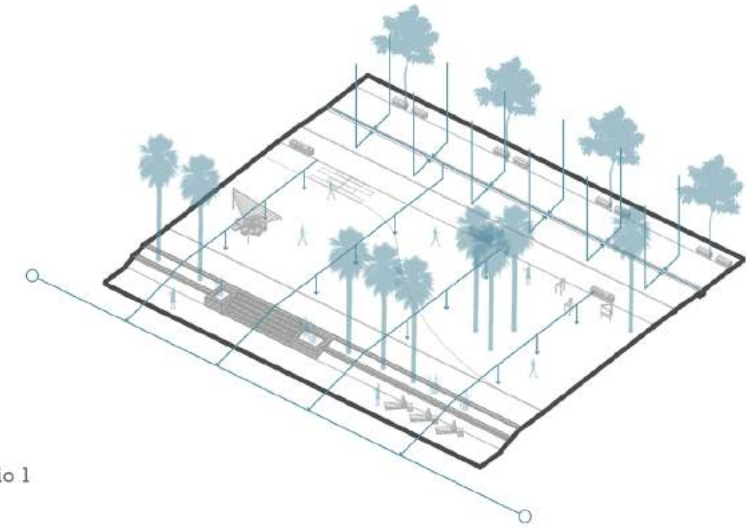
O itinerário hídrico do conjunto habitacional foi pensado da seguinte maneira: cada nova unidade habitacional (lugares individuais) possui sua própria cisterna e caixa d'água (núcleos individuais de armazenamento), a qual está conectada, do ponto de vista do abastecimento, à uma caixa d'água coletiva (núcleo coletivo de armazenamento) e, do ponto de vista do descarte, ao sistema BET (núcleo coletivo de tratamento).



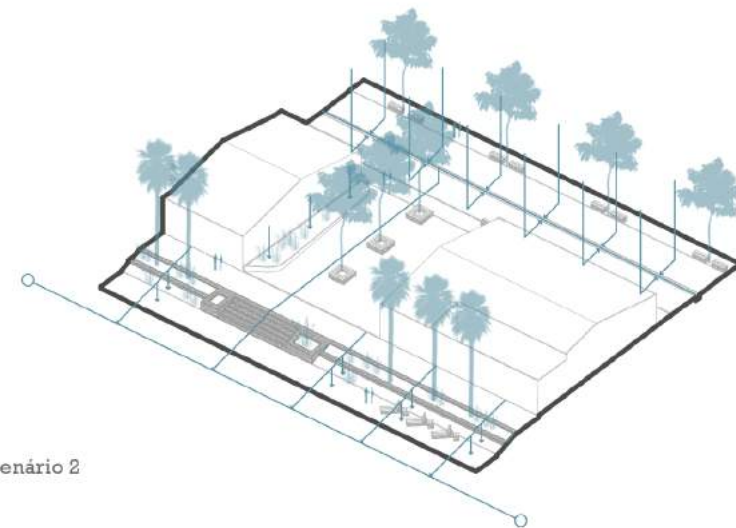
legenda

- fluxo de águas pluviais
- fluxo de águas cinzas
- fluxo de água potável
- cisterna
- caixa d'água

COMPOSIÇÕES PARQUE LINEAR DA MARGEM DIREITA



| cenário 1



| cenário 2

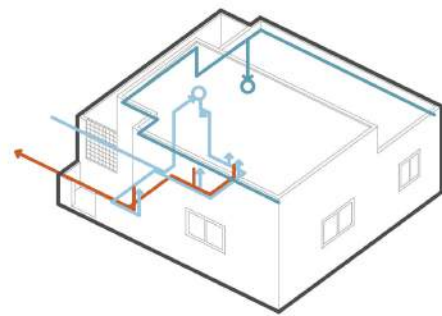
legenda

- fluxo de águas pluviais
- rio acaraú

TIPOLOGIA HABITACIONAL 1



| planta baixa e corte transversal



| diagrama de fluxos

legenda

- 1- w.c
- 2- quarto 1
- 3- quarto 2
- 4- sala de estar
- 5- cozinha / lavanderia

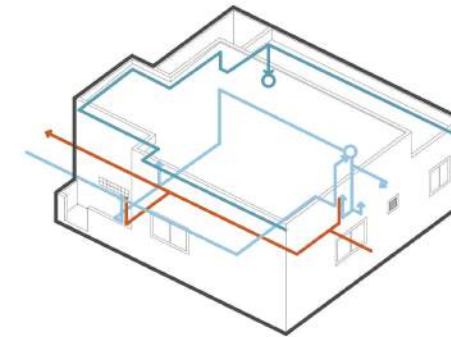
- 6- quintal
- 7- cisterna
- 8- varanda
- 9- sala de jantar
- a total= 62,5 m²

- fluxo de águas pluviais
- fluxo de águas cinzas
- fluxo de água potável
- cisterna
- caixa d'água

TIPOLOGIA HABITACIONAL 2



| planta baixa e corte transversal



| diagrama de fluxos

legenda

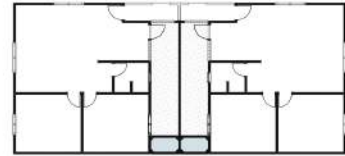
- 1- w.c
- 2- quarto 1
- 3- quarto 2
- 4- quarto 3
- 5- sala de estar

- 6- cozinha / lavanderia
- 7- sala de jantar
- 8- varanda
- 9- quintal
- 10- cisterna
- a total= 76,50 m²

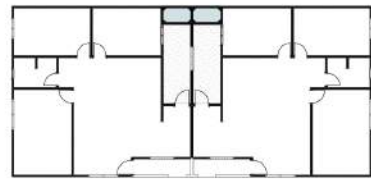
- fluxo de águas pluviais
- fluxo de águas cinzas
- fluxo de água potável
- cisterna
- caixa d'água

COMPOSIÇÕES TIPOLOGIAS HABITACIONAIS

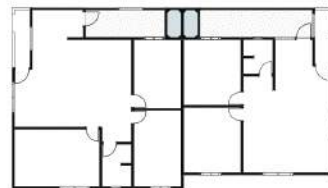
| tipologia 1 + tipologia 1



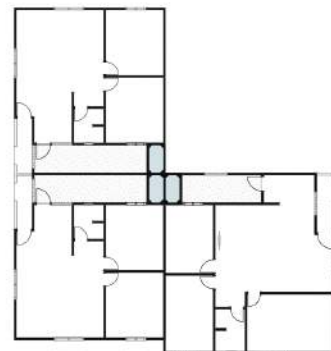
| tipologia 2 + tipologia 2



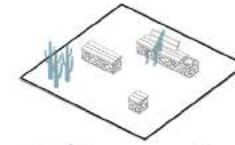
| tipologia 1 + tipologia 2



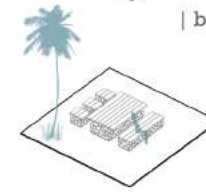
| tipologia 1 + tipologia 1 + tipologia 2



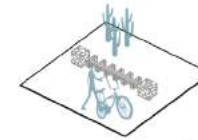
LISTA DE MOBILIÁRIO



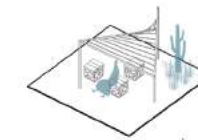
| bancos



| mesa 6 lugares



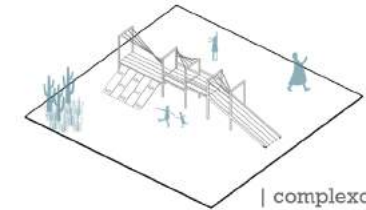
| bicicletário



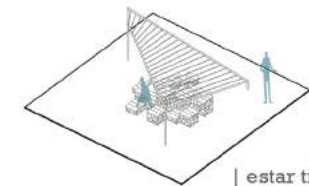
| estar tipo 1



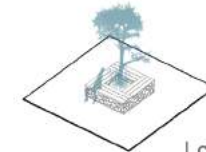
| espreguiçadeira



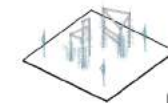
| complexo de brinquedos



| estar tipo 2



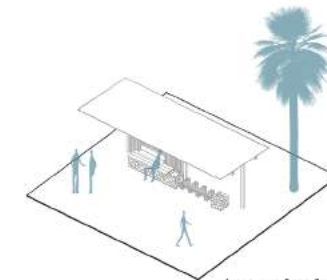
| caixa de árvore



| armação para trepadeira

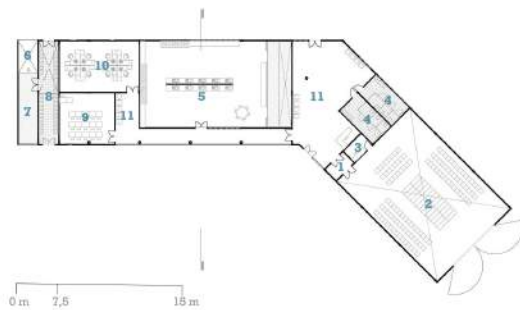


| balanço

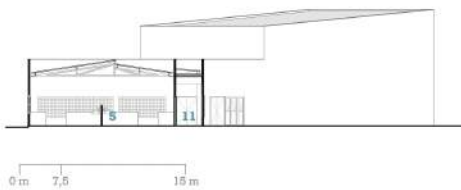


| parada de ônibus

CENTRO COMUNITÁRIO



| planta baixa



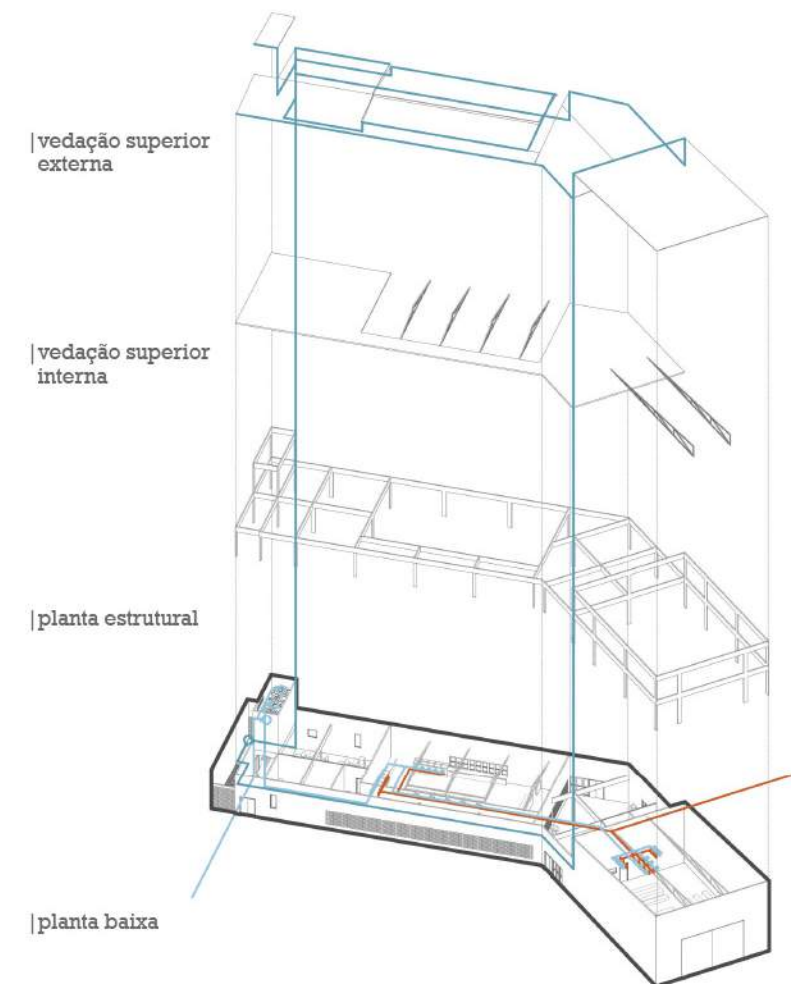
| corte transversal

legenda

- 1- antecâmara
- 2- espaço cênico
- 3- sala técnica
- 4- w.c
- 5- lavanderia coletiva

- 6- projeção caixa d'água a total= 782 m²
- 7- jardim de inverno
- 8- lixo
- 9- sala multiuso 1
- 10- sala multiuso 2
- 11- hall

CENTRO COMUNITÁRIO



| vedação superior externa

| vedação superior interna

| planta estrutural

| planta baixa

legenda

- fluxo de águas pluviais
- fluxo de águas cinzas
- fluxo de água potável
- cisterna
- caixa d'água

DIRETRIZES DE VEGETAÇÃO

| palmeiras

nome científico	nome popular	altura média	uso
<i>Copernicia prunifera</i>	carnaúba	10 m	agrupado em canteiros centrais
<i>Butia capitata</i>	butiá	5 m	agrupado em canteiros laterais
<i>Syagrus cearensis</i>	catolé	6 m	agrupado em canteiros laterais
<i>Syagrus schizopylla</i>	jerivá	3 m	agrupado em canteiros laterais
<i>Syagrus comosa</i>	coco-babão	6 m	agrupado em canteiros laterais
<i>Mauritia flexuosa</i>	buriti	10 m	agrupado em canteiros centrais

| arbóreas

nome científico	nome popular	altura média	uso
<i>Cordia superba</i>	guanhumá	6 m	passoio e caixas de árvore
<i>Amburana cearensis</i>	camaru-nordestino	8 m	passoio e caixas de árvore
<i>Tabebuia caraiba</i>	carauá	8 m	puntual em canteiros centrais
<i>Mimosa artemisiana</i>	jurema-branca	8 m	puntual em canteiros centrais
<i>Spondias tuberosa</i>	umbuzeiro	8 m	puntual em canteiros centrais
<i>Plumeria rubra</i>	jasmim-manga	5 m	puntual em canteiros centrais

| arbustivas

nome científico	nome popular	altura média	uso
<i>Pilosocereus pachycladus</i>	facheiro	3 m	puntual em canteiros centrais
<i>Cenostigma pyramipale</i>	catingueira	3 m	agrupado em canteiros centrais
<i>Cerus jamacaru</i>	mandacaru	3 m	agrupado em canteiros laterais
<i>Pilosocereus gounellei</i>	xique-xique	2 m	agrupado em canteiros laterais
<i>Hancornia spenciosa</i>	mangabeira	4 m	pomar
<i>Citrus limon</i>	limoeiro	3 m	pomar e caixas de árvore
<i>Talisia esculenta</i>	pitombeira	3 m	pomar e caixas de árvore
<i>Hylocerus undatus</i>	pitaya-branca	3 m	pomar e armação para trepadeira
<i>Spondias purpurea</i>	ciriguela	2 m	pomar
<i>Byrsonima crassifolia</i>	murici	2 m	pomar

DIRETRIZES DE VEGETAÇÃO

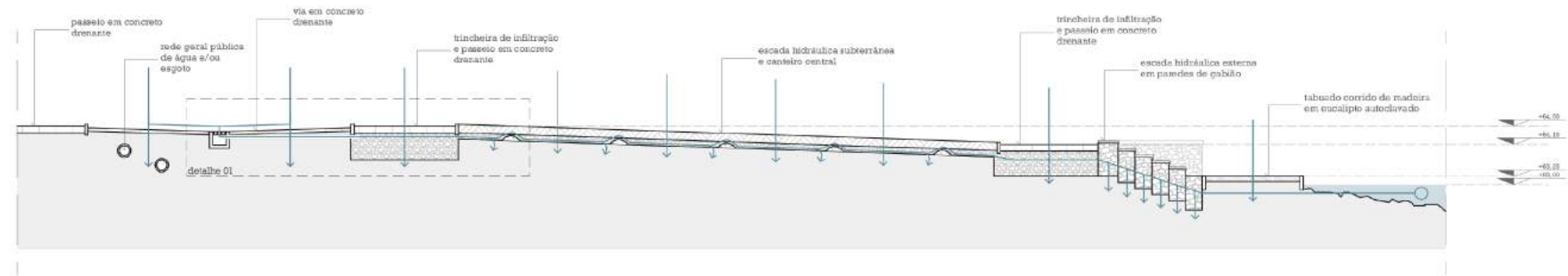
| herbáceas

nome científico	nome popular	altura média	uso
<i>Stephanocereus wetzelburgii</i>	cacto-garrafa	50 cm	agrupado em canteiros centrais
<i>Melocactus zehntmeri</i>	coroa-de-frade	50 cm	agrupado em canteiros centrais
<i>Neoglasiovia variegata</i>	caroá	30 cm	agrupado em canteiros centrais
<i>Lantana camara</i>	cambará	1 m	agrupado em canteiros centrais
<i>Thumbergia erecta</i>	tumbergia-azul	1,5 m	agrupado em canteiros laterais
<i>Passiflora cincinnata</i>	maracujá-da-caatinga	2 m	armação para trepadeiras
<i>Epiphyllum crenatum</i>	cacto-orquídea	30 cm	agrupado em canteiros centrais
<i>Euphorbia milii</i>	coroa-de-cristo	90 cm	agrupado em canteiros centrais
<i>Bromelia laciniosa</i>	macambira	30 cm	agrupado em canteiros centrais
<i>Encholirium spectabile</i>	macambira-de-flecha	60 cm	agrupado em canteiros centrais
<i>Tacinga inamoena</i>	palmatória	60 cm	agrupado em canteiros centrais
<i>Aechmea bromelifolia</i>	bromélia-rosa	50 cm	agrupado em canteiros centrais
<i>Allamanda laevis</i>	alamanda	1,5 m	puntual em canteiros centrais
<i>Allamanda violacea</i>	viúva-alegre	90 cm	agrupado em canteiros laterais
<i>Angelonia cornigera</i>	angelônia	50 cm	agrupado em canteiros laterais
<i>Bauhinia cheilantha</i>	mororó	2 m	puntual em canteiros laterais
<i>Agave tequilana</i>	agave-azul	50 cm	agrupado em canteiros laterais
<i>Agave angustifolia</i>	piteira-do-caribe	50 cm	agrupado em canteiros laterais

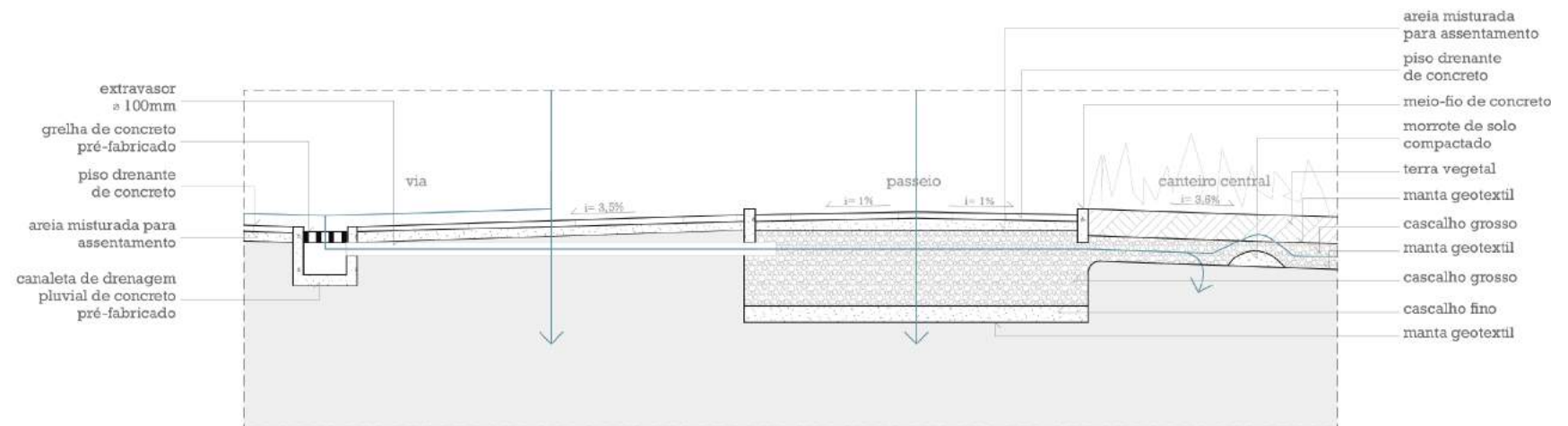
| rasteiras

nome científico	nome popular	altura média	uso
<i>Mitracarpus buturitensis</i>	-	-	forração de canteiros centrais
<i>Evolvulus codatus</i>	azul-rasteira	-	forração de canteiros centrais
<i>Arachis reprens</i>	grama-amendoim	-	forração de canteiros laterais
<i>Povonia cancellata</i>	malva-rasteira	-	forração de canteiros centrais
<i>Ipomoea cairica</i>	jetirana	-	forração de canteiros centrais
<i>Ipomoea asarifolia</i>	pé-de-cabra	-	forração de canteiros centrais

DETALHAMENTO - PARQUE LINEAR DA MARGEM DIREITA



| corte transversal



| detalhe 01

ILUSTRAÇÃO 1

figura 26: composição conjunto
habitacional
fonte: produzido pelo autor



ILUSTRAÇÃO 2

figura 27: composição parque
linear da margem direita
fonte: produzido pelo autor



ILUSTRAÇÃO 3

figura 28: composição parque linear da margem direita
fonte: produzido pelo autor



6 | considerações finais

Por meio desta modesta contribuição para o ambiente acadêmico local, reforça-se a importância do processo de planejamento, em todas suas contradições, dado seu potencial concreto de transformar as formas de apropriação da paisagem a partir do protagonismo de grupos sociais historicamente subalternizados. Nesse sentido, o que foi apresentado torna-se apenas um primeiro passo possível, um fragmento em meio às complexas alternativas de transformação da realidade existente na Margem Direita em Sobral.

As estruturas de exploração que suportam as atuais desigualdades socioeconômicas, presentes no atual modo de produzir o espaço urbano; bem como a histórica repressão ideológica e cultural das elites, legitimada por ações do poder público em territórios das classes subalternizadas devem ser continuamente desestabilizadas. Essas ações urgem em benefício de um |re|pensar possibilidades de produção de uma paisagem autogerida, justa e em equilíbrio com os ciclos hidroequímicos postos na natureza.

Portanto, a escolha de apresentar uma proposta aberta, baseia-se no entendimento da posição do arquiteto urbanista como mediador(a), agente tradutor de desejos e conflitos inerentes à gestão e planejamento de espaços democraticamente públicos. Este trabalho não sugere um fim em si mesmo, ao contrário, apresenta-se como ponto de início para dialogar e adequar-se aos desdobramentos de movimentos sociais locais e moradores interessados em executar suas próprias utopias concretas.

